

CONTAS NACIONAIS

número 43

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

2012



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Carlos Cesar Bittencourt Sobral (em exercício)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 43

Produto Interno Bruto dos Municípios 2012

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4333-8

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional

Produto Interno Bruto dos Municípios

Análise da concentração do PIB

Curva de Lorenz e índice de Gini

Distribuição de frequência acumulada da renda

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

Participação dos cinco maiores PIBs municipais por Unidade da Federação

Concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Movimentos mais expressivos entre os municípios

PIB per capita

Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

Valor adicionado bruto da Agropecuária

Valor adicionado bruto da Indústria

Valor adicionado bruto dos Serviços

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Tabelas de resultados

1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

Referências

Apêndices

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012

3 - Atividades de extração de petróleo e refino de petróleo: breves considerações metodológicas

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Listas

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA - Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA - Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/SãoPaulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/ Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta, nesta publicação, os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios para o ano de 2012.

Os resultados municipais – completamente integrados com as séries do Sistema de Contas Nacionais¹ e das Contas Regionais do Brasil – estão disponíveis no portal do IBGE na Internet e no CD-ROM que acompanha esta publicação. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços –, os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o Produto Interno Bruto e o Produto Interno Bruto *per capita*. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, divulga-se, também, o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em separado, devido à relevância desse segmento na economia municipal. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, destaca aspectos econômicos de abrangência tanto nacional, como regional e municipal.

A publicação inclui Apêndices contendo informações de natureza metodológica e o índice de Gini, por atividade econômica, bem como um Glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

¹Em 2010, 2011 e 2012, os resultados nacionais foram os obtidos com a soma dos resultados divulgados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Cabe esclarecer que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais, porém com nível de detalhamento mais restrito.

A metodologia de cálculo do PIB dos Municípios encontra-se descrita, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos².

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

² Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 55 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

Introdução

O Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios é desenvolvido desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Nesse projeto, coube ao IBGE a tarefa de coordenar as discussões metodológicas, treinar as equipes técnicas e acompanhar os trabalhos, seguindo os princípios fundamentais das estatísticas oficiais, e, aos organismos estaduais, o cálculo do PIB dos Municípios. Como ocorreu no ano anterior, os resultados para o Estado de São Paulo foram elaborados com a colaboração técnica e institucional da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, que enviou ao IBGE a base de dados solicitada.

O PIB dos Municípios, calculado sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. Não se estima o valor adicionado bruto a preços constantes por município.

O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das 20 atividades econômicas³ de cada Unidade da Federação, pelos respectivos municípios.

³ Consideram-se as seguintes atividades econômicas: Agricultura; Pecuária; Silvicultura e exploração florestal; Pesca; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Serviços prestados às empresas; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Educação mercantil; Saúde mercantil; Serviços prestados às famílias e associativos; e Serviços domésticos.

O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especialmente na Agropecuária, no nível de produto.

Considerações metodológicas sobre as atividades de extração e refino de petróleo, também elaboradas pela Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, encontram-se no Apêndice 3, ao final da publicação.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados do ano anterior como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Os dados divulgados nesta publicação, porém, por ser a última cujo ano-base refere-se a 2002, não serão objeto de revisão. Em 2015, quando da divulgação da nova série com referência 2010, os resultados do PIB dos Municípios para o período de 2002 a 2012 serão reapresentados, integrados à nova série do Sistema de Contas Nacionais.

Esta publicação apresenta um conjunto de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de estabelecer relações macroeconômicas, possibilita traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Além das informações anteriormente mencionadas, destaca-se, também, o valor adicionado bruto corrente da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à importância desta atividade na economia brasileira. Os dados de Brasília que constam nesta publicação são os publicados nas Contas Regionais do Brasil para o Distrito Federal.

A publicação está estruturada em duas partes. Na primeira, é analisado o PIB, o PIB *per capita* e o valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica, destacando-se a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior. Na segunda, é apresentado um conjunto de oito tabelas com as principais informações sobre a economia municipal brasileira.

Em 2015, como mencionado anteriormente, o IBGE concluirá os trabalhos, iniciados em 2011, de concepção e compilação da Série de Contas Nacionais - Referência 2010. Em linhas gerais, serão incluídas as recomendações internacionais expressas no manual *System of national accounts 2008* (SYSTEM..., 2009), introduzida a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 e incorporadas novas fontes de dados para a economia brasileira, como os resultados do Censo Agropecuário 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 e do Censo Demográfico 2010, também realizados pelo IBGE. Assim, a próxima publicação do PIB dos Municípios estará integrada à nova série do Sistema de Contas Nacionais e também incorporará revisão metodológica.

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional⁴

Em 2012, o Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado cresceu, em relação ao ano anterior, nominalmente, 6,0%; e, em termos reais, 1,0%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 4 392,1 bilhões (INDICADORES IBGE, 2014, p. 31, tab. 8). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 0,9% do valor adicionado bruto⁵ a preços básicos e do aumento de 1,6% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no ano de 2012, por grandes grupos de atividade econômica⁶.

O crescimento nominal do valor adicionado bruto da Agropecuária, no ano de 2012, 2,8%, refletiu principalmente a elevação dos preços. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2012⁷, realizada pelo IBGE, o valor bruto da produção agrícola alcançou

⁴ Resumo da análise realizada com os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e das Contas Regionais do Brasil, para o ano de 2012.

⁵ O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos (exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto).

⁶ Consideram-se os seguintes grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária (Agricultura, silvicultura e exploração florestal; e Pecuária e pesca); Indústria (Indústria extrativa; Indústria de transformação; Construção civil; e Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana); Serviços (Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos).

⁷ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Culturas temporárias e permanentes 2012. Rio de Janeiro, v. 39, 2013. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

R\$ 204,0 bilhões em 2012, um crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior. Entre os produtos que mais tiveram incremento no valor da produção, destacaram-se milho e feijão (ambos cresceram 20,7%), algodão herbáceo (11,8%) e mandioca (10,5%). O aumento do valor da produção do milho foi devido ao recorde da produção (71,1 milhões de toneladas), enquanto o preço foi o responsável pelo aumento do valor da produção dos demais produtos. Entre os produtos da lavoura que registraram variação no valor da produção abaixo da média, destacaram-se: cana-de-açúcar (3,1%), café (3,0%) e soja (0,2%). O incremento no valor da produção da cana-de-açúcar foi devido ao preço do açúcar no mercado externo, uma vez que a produção sofreu queda de 1,8%. No caso do café, embora tenha ocorrido crescimento de 12,5% na produção, houve forte retração nos preços. Apesar do aumento da área plantada de soja em mais de 1 milhão de hectares e dos bons preços no mercado internacional, sua produção sofreu com a seca, causando retração de 12,0%.

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2011-2012

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2011 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2012 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volum e	Preço	Valor		2011	2012
Total	3 530 871	0,9	4,5	5,5	3 725 069	100,0	100,0
Agropecuária	192 653	(-) 2,1	5,1	2,8	198 137	5,5	5,3
Indústria	972 156	(-) 0,8	0,5	(-) 0,3	969 234	27,5	26,0
Extrativa Mineral	143 924	(-) 1,1	11,7	10,5	159 002	4,1	4,3
Transformação	515 441	(-) 2,4	(-) 4,1	(-) 6,4	482 494	14,6	13,0
Construção	204 067	1,4	3,0	4,4	213 100	5,8	5,7
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	108 724	3,5	1,9	5,4	114 637	3,1	3,1
Serviços	2 366 062	1,9	6,1	8,1	2 557 699	67,0	68,7
Comércio	446 606	0,9	5,3	6,3	474 743	12,6	12,7
Transporte, armazenagem e correio	180 997	1,9	9,1	11,2	201 226	5,1	5,4
Serviços de informação	107 589	4,2	(-) 4,1	(-) 0,1	107 519	3,0	2,9
Intermediação financeira e seguros	262 482	0,7	0,9	1,6	266 793	7,4	7,2
Outros Serviços	513 445	2,2	11,2	13,6	583 228	14,5	15,7
Serviços imobiliários e aluguel	278 402	2,2	7,4	9,8	305 726	7,9	8,2
APU, educação pública e saúde pública	576 541	2,3	4,9	7,3	618 464	16,3	16,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria apresentou, tanto em volume quanto em preços, variação abaixo da média do valor adicionado bruto total das atividades, registrando perda de participação no valor adicionado bruto do País, ao passar de 27,5% para 26,0%. Esse fato foi reflexo do fraco desempenho da Indústria de transformação, tanto em volume (-2,4%) como em preços (-4,1%). Em 2011, a Indústria extrativa gerava 4,1% do valor adicionado bruto total e, em 2012, passou a gerar 4,3%. A variação positiva no valor adicionado bruto ocorreu em virtude da variação dos preços, 11,7%, pois, em termos reais, ocorreu queda de 1,1%. As atividades Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e Construção cresceram acima da média da economia em volume, porém abaixo da média em preços, participando com 3,1% e 5,7%, respectivamente, do valor adicionado bruto nacional.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 8,1% e apresentou crescimento real de 1,9%. Este segmento passou a representar 68,7% do valor adicionado bruto total em 2012 e foi beneficiado pelo aumento da massa salarial, pela expansão do crédito ao consumo e pelo desemprego baixo, que estimularam o crescimento das vendas no comércio varejista em ritmo superior ao da produção industrial. Apenas dois subsetores apresentaram suave queda na participação: Serviços de informação – devido ao efeito preço – e Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados – em virtude das variações de preço e volume situarem-se abaixo da média do País⁸.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2014, p. 21-22, tab. 2-3). Um resumo desses resultados encontra-se na Tabela 2.

As maiores variações positivas na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária ocorreram em Mato Grosso (2,4 pontos percentuais), Goiás e Paraná (0,9 ponto percentual, cada). Segundo a PAM 2012, o crescimento da produção e a valorização do milho, da soja e do algodão herbáceo, levaram o Estado de Mato Grosso a obter ganhos significativos. Os cultivos mais importantes no ganho de participação de Goiás e do Paraná foram soja e milho. Entretanto, as variações absolutas negativas foram observadas nos Estados de Santa Catarina (1,2 ponto percentual), São Paulo (1,1 ponto percentual) e Minas Gerais (0,9 ponto percentual). A queda na participação de Santa Catarina no valor adicionado bruto da Agropecuária nacional foi ocasionada pela redução das produções de soja e milho. No Estado de São Paulo, essa queda decorreu, principalmente, da redução do valor da produção da laranja. Esse estado foi responsável por 74,2% da produção nacional, contudo seu valor sofreu forte redução (- R\$ 1,9 bilhão) em consequência dos baixos preços. As condições climáticas não favoreceram o desenvolvimento da cultura do algodão herbáceo no Estado de Minas Gerais.

Em relação ao ano anterior, o estado com maior variação positiva na atividade Indústria foi o Rio de Janeiro (1,9 ponto percentual), cujo segmento responsável foi o da Extrativa mineral. Os segmentos da Indústria de transformação e da Construção civil foram os responsáveis pela perda de participação na geração do valor adicionado bruto industrial do Estado de São Paulo (-1,5 ponto percentual), enquanto o Estado de Minas Gerais perdeu participação nos segmentos da Indústria extrativa mineral e de transformação e da Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-0,8 ponto percentual).

De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos negativos foram verificados em todos os segmentos desse setor no Estado do Rio de Janeiro (-0,2 ponto percentual), com exceção de Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e Educação e saúde mercantis. Em contrapartida, ocorreram ganhos de participação em todos os segmentos do setor em Minas Gerais (0,2 ponto percentual), exceto em Serviços de informação e Demais serviços. No Distrito Federal, que apresentou movimentação negativa (-0,2 ponto percentual), apenas os segmentos de Comércio e serviços de manutenção e reparação e Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados obtiveram ganho de participação⁹.

⁸ Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

⁹ Para informações complementares, consultar: CONTAS regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 54 p. (Contas nacionais, n. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

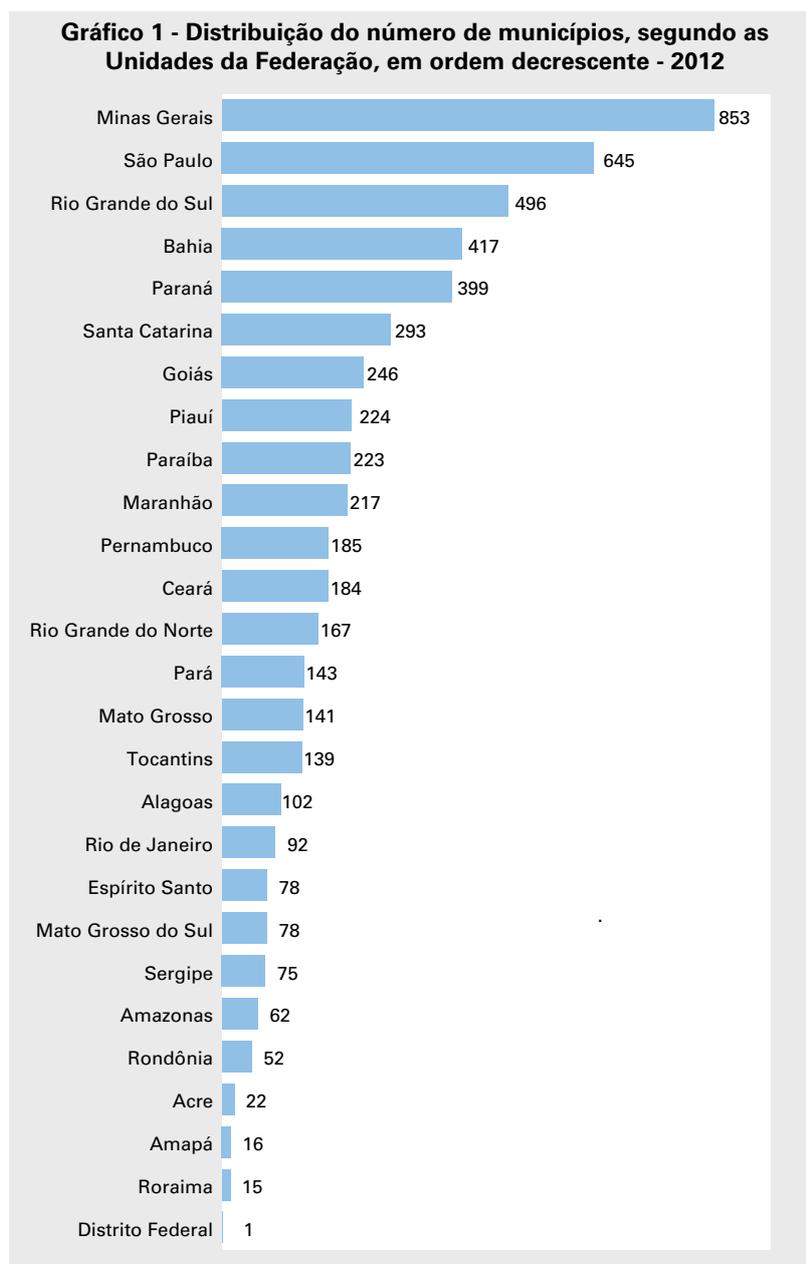
Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2011-2012

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2011	2012	Diferença absoluta	2011	2012	Diferença absoluta	2011	2012	Diferença absoluta	2011	2012	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	2,6	2,7	0,1	0,5	0,5	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Acre	0,7	0,8	0,1	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
Amazonas	1,9	2,0	0,0	2,3	2,0	(-) 0,3	1,2	1,1	(-) 0,0	1,5	1,4	(-) 0,1
Roraima	0,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Pará	2,5	3,0	0,4	3,5	3,2	(-) 0,4	1,8	1,8	0,0	2,3	2,2	(-) 0,1
Amapá	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,3	0,0
Tocantins	1,5	1,5	(-) 0,0	0,4	0,4	(-) 0,0	0,4	0,4	0,0	0,5	0,5	0,0
Maranhão	4,2	3,9	(-) 0,3	0,8	0,9	0,1	1,3	1,4	0,1	1,3	1,4	0,1
Piauí	0,8	0,5	(-) 0,4	0,4	0,4	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Ceará	1,9	1,3	(-) 0,6	1,8	1,8	0,1	2,4	2,3	(-) 0,1	2,2	2,1	(-) 0,1
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	(-) 0,0	0,8	0,9	0,1	1,0	1,0	0,0	0,9	0,9	0,0
Paraíba	0,7	0,6	(-) 0,1	0,7	0,8	0,1	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	0,0
Pernambuco	1,6	1,4	(-) 0,2	2,2	2,6	0,4	2,7	2,8	0,1	2,5	2,7	0,2
Alagoas	0,8	0,7	(-) 0,1	0,7	0,6	(-) 0,1	0,7	0,7	(-) 0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Sergipe	0,4	0,5	0,1	0,7	0,7	0,0	0,7	0,6	(-) 0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Bahia	5,4	5,4	(-) 0,0	3,8	3,8	0,0	3,9	3,8	(-) 0,1	4,0	3,9	(-) 0,1
Minas Gerais	16,1	15,2	(-) 0,9	11,5	10,7	(-) 0,8	8,3	8,5	0,2	9,6	9,4	(-) 0,2
Espírito Santo	2,5	2,6	0,1	3,1	3,5	0,4	1,8	1,9	0,0	2,2	2,4	0,1
Rio de Janeiro	0,9	0,9	0,0	12,3	14,3	1,9	11,6	11,3	(-) 0,2	11,2	11,5	0,3
São Paulo	12,1	11,0	(-) 1,1	31,3	29,8	(-) 1,5	33,0	33,0	0,0	31,4	31,0	(-) 0,4
Paraná	9,2	10,1	0,9	5,7	5,5	(-) 0,2	5,5	5,6	0,1	5,8	5,8	0,0
Santa Catarina	4,5	3,2	(-) 1,2	5,2	5,2	0,0	3,6	3,6	0,1	4,1	4,0	(-) 0,0
Rio Grande do Sul	10,9	10,1	(-) 0,7	6,3	6,2	(-) 0,1	6,2	6,2	0,0	6,4	6,4	(-) 0,1
Mato Grosso do Sul	3,1	3,7	0,6	1,0	1,1	0,1	1,1	1,2	0,0	1,2	1,3	0,1
Mato Grosso	8,0	10,4	2,4	1,2	1,2	(-) 0,0	1,6	1,6	0,0	1,8	1,9	0,1
Goiás	6,3	7,2	0,9	2,7	2,9	0,3	2,5	2,6	0,1	2,7	2,9	0,2
Distrito Federal	0,3	0,3	(-) 0,0	0,9	0,9	(-) 0,1	5,7	5,5	(-) 0,2	4,1	4,0	(-) 0,1

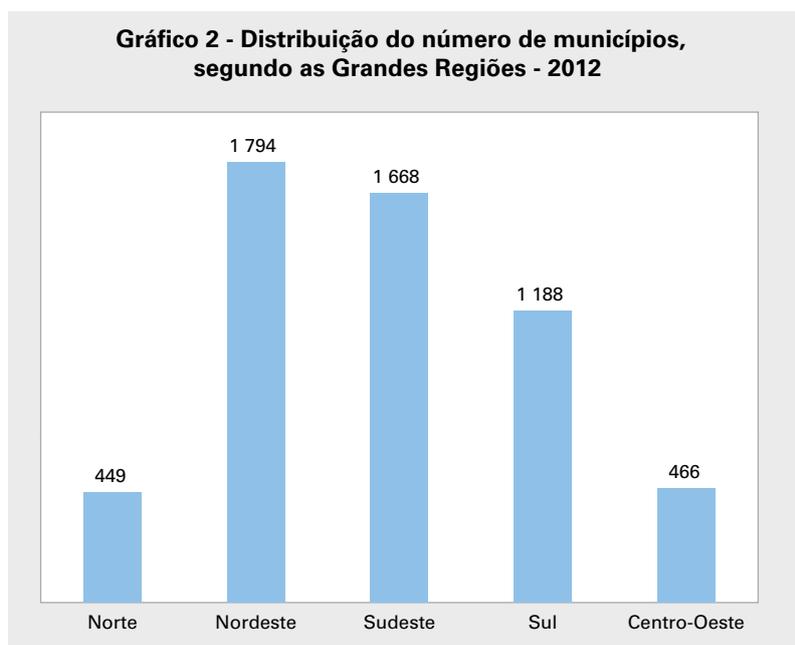
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Produto Interno Bruto dos Municípios

A malha municipal brasileira, em 2012, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 565 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País, por Unidades da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

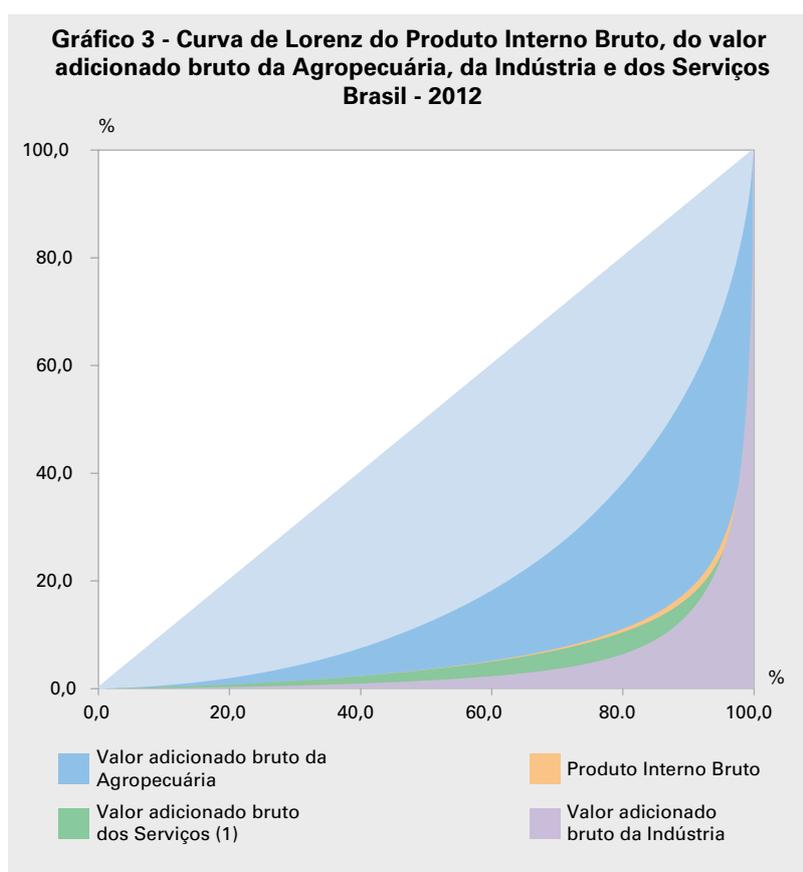
Análise da concentração do PIB

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco maiores PIBs municipais por Unidade da Federação, e a concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹⁰

As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços evidenciam a desigualdade da economia nacional e estão representadas no Gráfico 3.

¹⁰ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver **Glossário**, ao final da publicação.

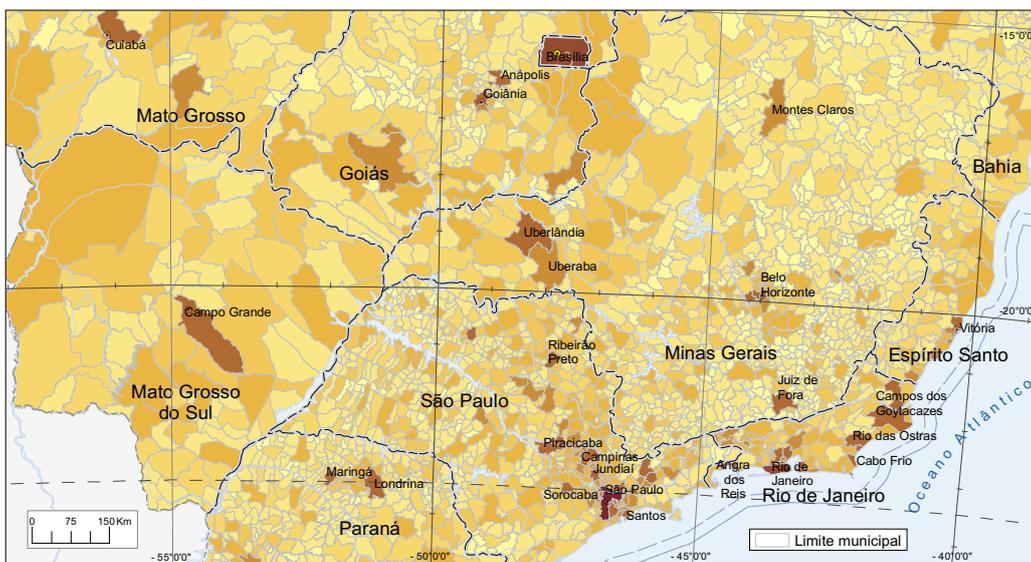
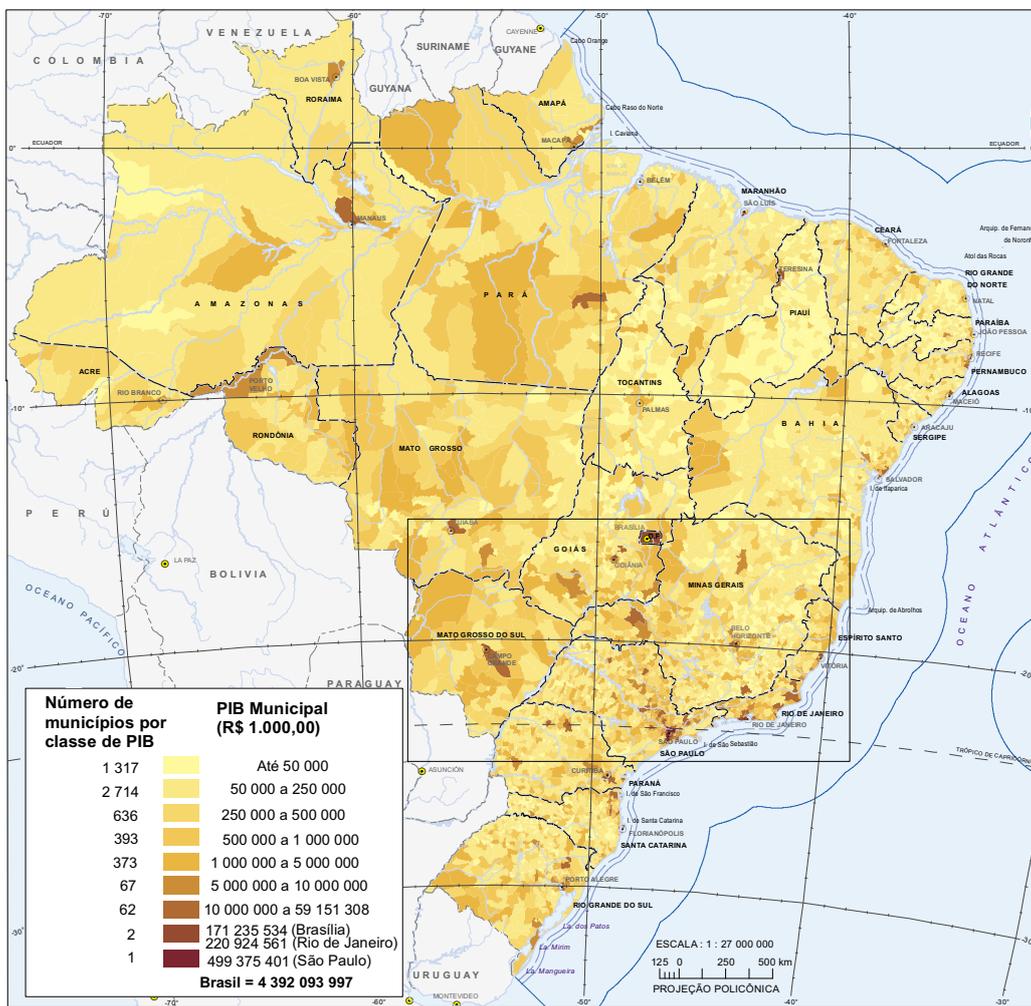


O índice de Gini para o PIB, no ano de 2012, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços foi de 0,61, 0,90 e 0,86, respectivamente. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2004. No que diz respeito à concentração, a Agropecuária foi a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorreu com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração. Como os Serviços pesavam aproximadamente 69,0% do valor adicionado bruto total (em 2012, a Agropecuária registrou R\$ 198 137 milhões; a Indústria, R\$ 969 234 milhões; e os Serviços, R\$ 2 557 699 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais à direita, denota grande concentração. Consta no Apêndice 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2012.

Em 2012, apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,87, cada. Os menores indicadores, entre 0,60 e 0,70, foram observados nos Estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto e número de municípios, por classes de tamanho da população dos municípios - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição de frequência acumulada da renda

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹¹ no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2008-2012

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2008						
Até 25%	6	0,1	13,5	6	0,1	13,5
De 25% a 50%	45	0,8	17,0	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	251	4,5	23,2	302	5,4	53,7
De 75% a 95%	1 958	35,2	31,5	2 260	40,6	85,2
De 95% a 99%	1 991	35,8	11,4	4 251	76,4	96,6
De 99% a 100%	1 313	23,6	3,4	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	5	0,1	12,6	5	0,1	12,6
De 25% a 50%	47	0,8	18,3	52	0,9	30,9
De 50% a 75%	258	4,6	23,3	310	5,6	54,2
De 75% a 95%	1 970	35,4	31,3	2 280	41,0	85,6
De 95% a 99%	1 985	35,7	11,1	4 265	76,6	96,7
De 99% a 100%	1 300	23,4	3,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	48	0,9	17,2	54	1,0	30,9
De 50% a 75%	255	4,6	23,1	309	5,6	54,0
De 75% a 95%	1 945	35,0	31,5	2 254	40,5	85,5
De 95% a 99%	1 986	35,7	11,2	4 240	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 325	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0
2011						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	49	0,9	17,2	55	1,0	30,9
De 50% a 75%	261	4,7	23,3	316	5,7	54,2
De 75% a 95%	1 953	35,1	31,4	2 269	40,8	85,6
De 95% a 99%	1 970	35,4	11,1	4 239	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 326	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0
2012						
Até 25%	6	0,1	13,6	6	0,1	13,6
De 25% a 50%	51	0,9	17,7	57	1,0	31,4
De 50% a 75%	267	4,8	23,3	324	5,8	54,6
De 75% a 95%	1 941	34,9	31,0	2 265	40,7	85,6
De 95% a 99%	1 966	35,3	11,1	4 231	76,0	96,7
De 99% a 100%	1 334	24,0	3,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

¹¹ Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2012, a renda gerada por seis municípios correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 13,6% da população. Agregando a renda de 57 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 31,4% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 334 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 75,9% dos municípios do Piauí, 61,4% dos municípios da Paraíba, 53,2% dos municípios do Tocantins e 50,9% dos municípios do Rio Grande do Norte. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4 demonstra a posição dos seis maiores municípios em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

Tabela 4 - Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2012 - 2008-2012

Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2012	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto					Participação relativa em 2012 (%)	
	2008	2009	2010	2011	2012	Produto Interno Bruto	População (1)
São Paulo/SP	1º	1º	1º	1º	1º	11,4	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2º	2º	2º	2º	2º	5,0	3,3
Brasília/DF	3º	3º	3º	3º	3º	3,9	1,4
Curitiba/PR	4º	4º	4º	4º	4º	1,3	0,9
Belo Horizonte/MG	5º	5º	5º	5º	5º	1,3	1,2
Manaus/AM	6º	6º	6º	6º	6º	1,1	1,0

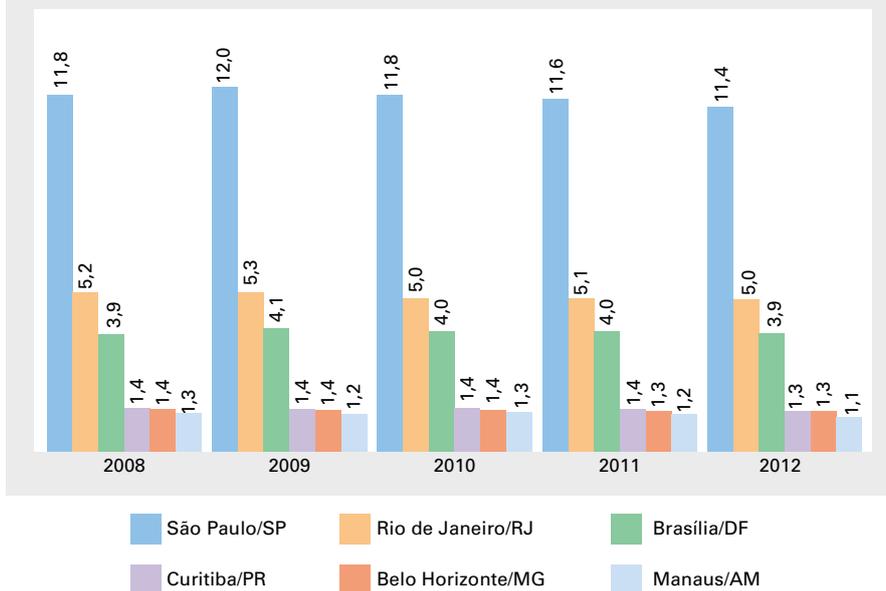
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

O Gráfico 4 destaca os seis maiores municípios, responsáveis por aproximadamente 25,0% do PIB em 2012, e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País, de 2008 a 2012. Todos os seis municípios eram capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, Comércio e Administração pública, exceto o Município de Manaus (AM) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústria de transformação) e de Serviços.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 11 municípios destacaram-se por gerarem individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 8,7% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram: Campos dos Goytacazes (RJ), 1,0%; Guarulhos (SP), 1,0%; Campinas (SP), 1,0%; Osasco (SP), 0,9%; Santos (SP), 0,9%; São Bernardo do Campo (SP), 0,8%; Barueri (SP), 0,8%; Betim (MG), 0,6%; São José dos Campos (SP), 0,6%; Duque de Caxias (RJ), 0,6%; e Jundiaí (SP), 0,5%. Os Municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), São José dos Campos (SP) e Jundiaí (SP) são localizados fora das Regiões Metropolitanas. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

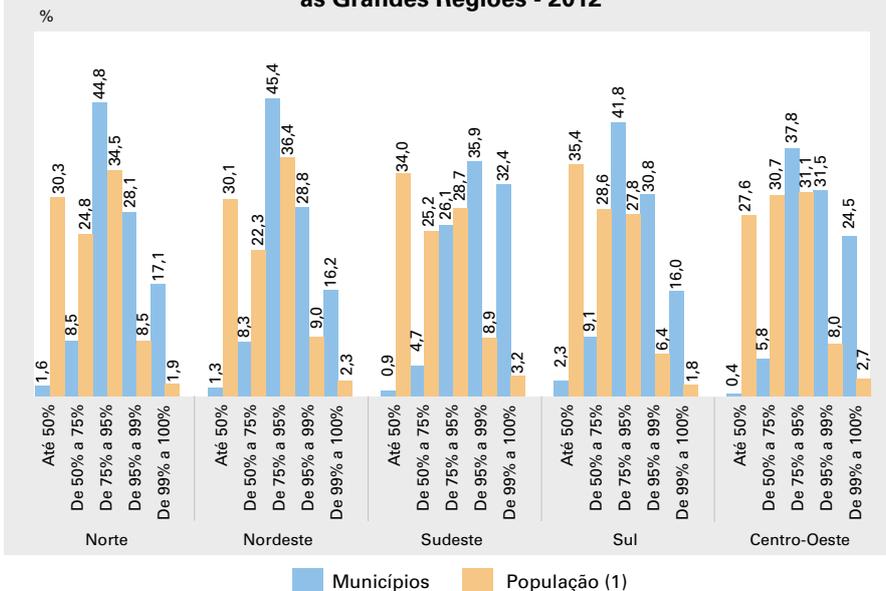
Gráfico 4 - Participação percentual do Produto Interno Bruto dos seis maiores municípios no Brasil, por municípios e respectivas Unidades da Federação - 2008-2012



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Gráfico 5 mostra a participação relativa do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB das Grandes Regiões do País.

Gráfico 5 - Participações relativas dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto e as Grandes Regiões - 2012



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

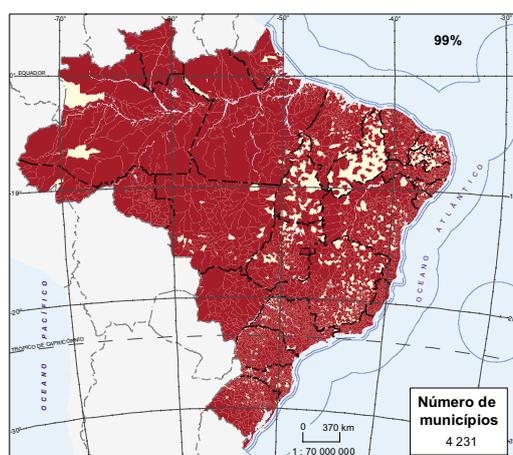
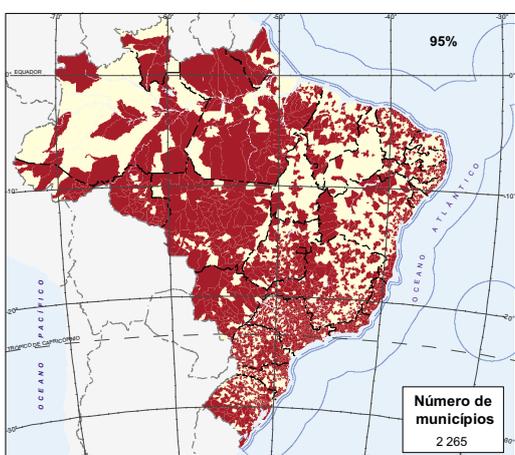
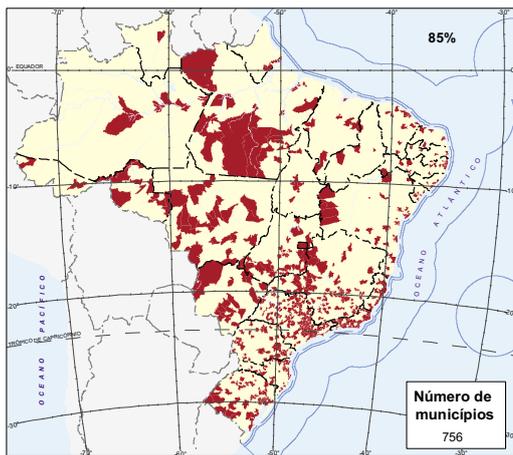
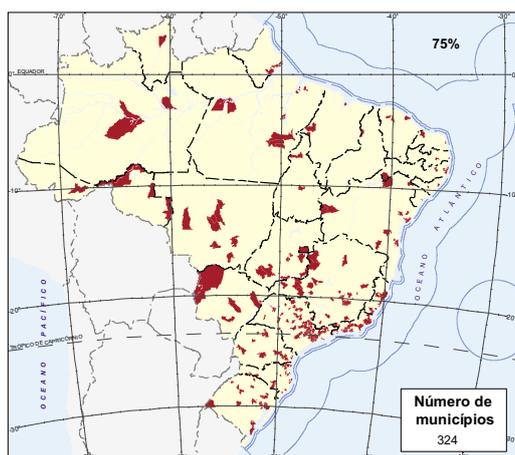
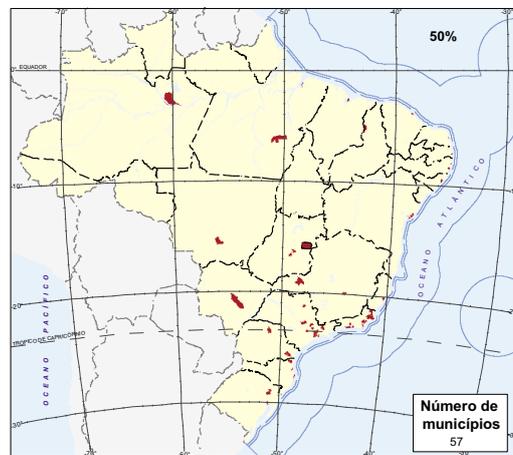
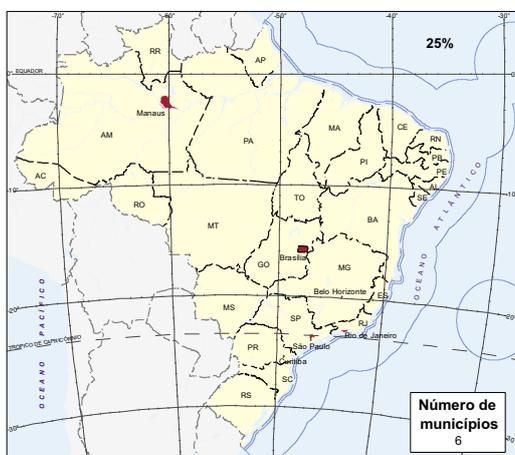
(1) População residente estimada para 1^o de julho, série revisada.

¹² Sendo a participação relativa no PIB de cada Grande Região ordenada de forma decrescente.

O Gráfico 5 mostra uma grande concentração e uma distribuição assimétrica positiva na geração de renda, em todas as Grandes Regiões, bem como no País. Isso evidencia o fato de que poucos municípios geraram os maiores PIBs e, em contrapartida, muitos municípios eram responsáveis pelos menores PIBs, em cada Grande Região. O cálculo, porém, dos coeficientes de variação de cada uma delas – Sudeste (9,5), Centro-Oeste (8,8), Nordeste (5,9), Norte (5,4) e Sul (4,5) – refletiu a diferença de variabilidade entre elas. Nesse sentido, as regiões mais heterogêneas foram a Sudeste e a Centro-Oeste. Na Região Sudeste, aproximadamente, cada 1/3 dos municípios, quando ordenados de forma decrescente em relação ao PIB, gerava 95,0%, 4,0% e 1,0% da renda, e possuía 89,0%, 8,0% e 3,0%, respectivamente, da população. Com menor heterogeneidade está a Região Sul. Nela, aproximadamente, a metade dos municípios, quando ordenados de forma decrescente em relação ao PIB, gerava 95,0% da renda e possuía 92,0% da população. Esses dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 7.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, espacialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2012

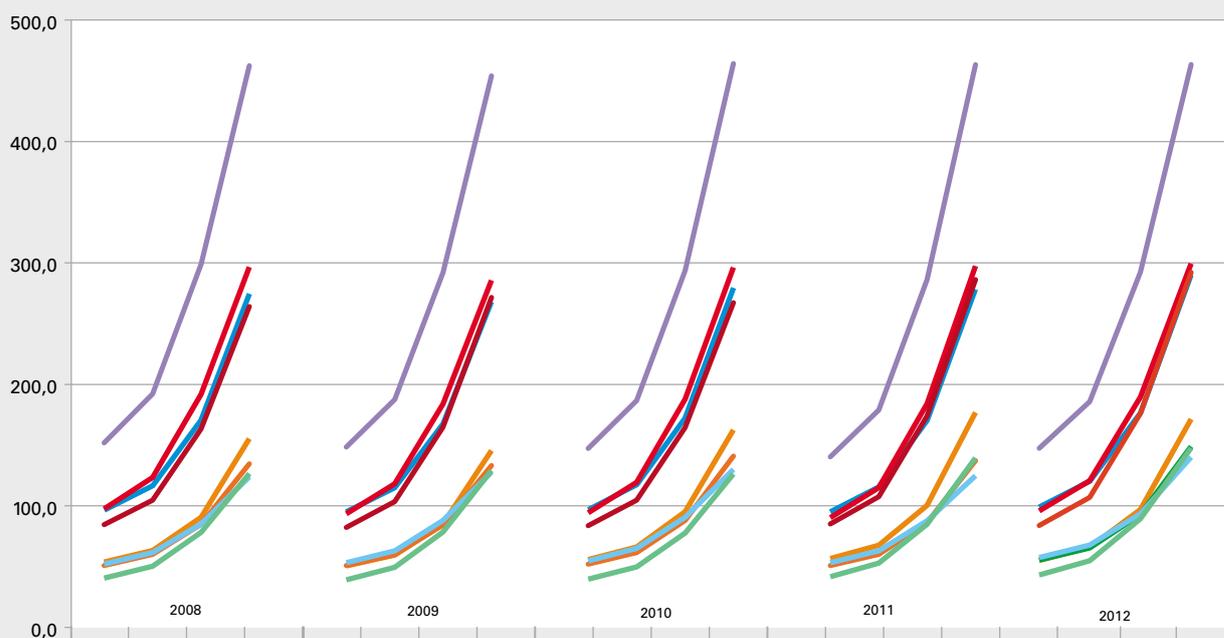


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

O Gráfico 6 apresenta o indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média dos 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 6 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2008-2012



	2008				2009				2010				2011				2012			
	10x60	10x50	10x30	10x10																
Brasil	96,5	116,6	170,3	274,5	94,9	114,8	167,6	268,0	96,7	117,3	172,0	279,3	95,5	115,9	171,2	279,0	95,5	116,6	172,2	283,8
Norte	53,8	63,2	90,6	155,4	50,6	59,5	85,1	145,4	55,7	66,1	95,1	162,5	56,5	67,4	100,2	176,8	52,4	63,1	93,8	167,1
Nordeste	50,8	59,9	84,7	134,5	50,7	59,7	84,3	133,1	52,1	61,4	88,0	141,0	50,9	60,1	86,2	136,9	52,6	62,4	89,6	144,8
Sudeste	151,8	192,0	298,7	462,2	148,3	187,6	291,9	454,0	147,1	186,7	293,7	464,0	143,2	182,4	291,4	468,2	143,2	181,1	286,4	454,6
Sudeste (1)	97,5	123,3	191,9	296,5	93,4	118,2	183,9	285,7	94,1	119,4	187,8	296,3	91,8	117,0	186,9	299,8	92,5	117,0	185,0	293,2
Sul	51,9	61,4	85,2	124,0	53,0	63,0	88,0	127,6	54,6	64,9	90,6	129,8	53,3	63,1	87,7	124,9	54,6	64,9	90,3	136,1
Centro-Oeste	84,5	104,6	163,2	263,9	82,1	103,4	164,8	271,5	83,5	104,7	164,4	267,2	85,2	107,5	174,1	286,3	80,7	103,4	171,7	286,2
Centro-Oeste (2)	40,5	50,3	78,2	126,4	39,0	49,3	78,3	129,0	39,4	49,6	77,6	126,1	41,5	52,7	84,8	139,6	40,5	52,2	86,2	143,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Excluído os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (2) Excluído Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2012, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB gerou 95,5 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (DF). Quando excluiu-se esse município, os indicadores ficaram reduzidos em 50,0%.

Participação dos cinco maiores PIBs municipais por Unidade da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIBs por Unidade da Federação, em 2012, e retrata o quanto cada um desses municípios representava em relação ao respectivo PIB estadual. Pode-se observar que, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIBs municipais concentravam mais do que 50,0% do PIB estadual. As exceções foram os Estados do Tocantins e da Bahia, com 46,6% e 41,9%, respectivamente. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIBs municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam 58,8% e 64,0%, respectivamente, do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50,0%, exceto no Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou concentração de 55,8%.

Os Estados do Amapá, Amazonas e Roraima, onde os cinco maiores PIBs municipais geravam 87,1%, 85,7% e 85,0% de seus PIB estaduais, respectivamente, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País. Em outro extremo, com as menores concentrações de renda, encontravam-se os Estados de Minas Gerais, 34,4%; Rio Grande do Sul, 34,4%; Mato Grosso, 37,0%; e Santa Catarina, 38,5%.

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2012, o Município de São Paulo (SP) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (TO) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (SC) era a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município foi Itajaí, seguido de Joinville.

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2012

(continua)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações (%)	
			Relativa	Relativa acumulada
Rondônia (52 municípios)	51,1			
Porto Velho		9 775 427	33,3	33,3
Ji-Paraná		2 043 809	7,0	40,3
Vilhena		1 879 427	6,4	46,7
Ariquemes		1 537 870	5,2	51,9
Cacoal		1 324 657	4,5	56,4
Acre (22 municípios)	69,2			
Rio Branco		4 946 632	51,4	51,4
Cruzeiro do Sul		859 430	8,9	60,3
Sena Madureira		427 464	4,4	64,7
Tarauacá		333 365	3,5	68,2
Senador Guiomard		303 679	3,2	71,4
Amazonas (62 municípios)	61,8			
Manaus		49 824 579	77,7	77,7
Coari		2 592 501	4,0	81,7
Itacoatiara		1 040 442	1,6	83,4
Manacapuru		834 748	1,3	84,7
Parintins		675 333	1,1	85,7
Roraima (15 municípios)	79,4			
Boa Vista		5 322 964	72,8	72,8
Rorainópolis		307 566	4,2	77,0
Caracarái		218 807	3,0	80,0
Mucajá		182 805	2,5	82,5
Alto Alegre		181 499	2,5	85,0
Pará (143 municípios)	30,9			
Belém		20 557 946	22,6	22,6
Parauapebas		16 733 726	18,4	41,0
Marabá		4 423 290	4,9	45,8
Ananindeua		4 155 795	4,6	50,4
Barcarena		3 467 361	3,8	54,2
Amapá (16 municípios)	85,2			
Macapá		6 453 597	61,9	61,9
Santana		1 594 983	15,3	77,2
Laranjal do Jari		466 827	4,5	81,7
Oiapoque		290 832	2,8	84,5
Pedra Branca do Amapari		269 988	2,6	87,1
Tocantins (139 municípios)	40,4			
Palmas		4 130 976	21,2	21,2
Araguaína		2 201 523	11,3	32,4
Gurupi		1 323 450	6,8	39,2
Porto Nacional		759 608	3,9	43,1
Paraíso do Tocantins		686 936	3,5	46,6

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2012

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações (%)	
			Relativa	Relativa acumulada
Maranhão (217 municípios)	24,5			
São Luís		24 601 718	41,8	41,8
Imperatriz		2 853 989	4,9	46,7
Açailândia		1 833 847	3,1	49,8
Balsas		1 711 043	2,9	52,7
Timon		992 826	1,7	54,4
Piauí (224 municípios)	35,8			
Teresina		12 306 772	47,8	47,8
Parnaíba		1 131 355	4,4	52,2
Picos		831 280	3,2	55,5
Floriano		656 458	2,6	58,0
Uruçuí		650 724	2,5	60,6
Ceará (184 municípios)	40,7			
Fortaleza		43 402 190	48,2	48,2
Maracanaú		4 789 878	5,3	53,5
Caucaia		3 657 134	4,1	57,5
Sobral		2 462 619	2,7	60,3
Juazeiro do Norte		2 354 692	2,6	62,9
Rio Grande do Norte (167 municípios)	43,4			
Natal		13 291 177	33,6	33,6
Mossoró		4 493 958	11,4	45,0
Parnamirim		2 963 518	7,5	52,5
Guamaré		1 365 226	3,5	55,9
São Gonçalo do Amarante		1 291 107	3,3	59,2
Paraíba (223 municípios)	37,1			
João Pessoa		11 225 777	29,0	29,0
Campina Grande		5 487 353	14,2	43,2
Cabedelo		3 381 452	8,7	51,9
Santa Rita		1 624 386	4,2	56,1
Bayeux		886 137	2,3	58,4
Pernambuco (185 municípios)	31,4			
Recife		36 821 898	31,4	31,4
Ipojuca		11 595 851	9,9	41,3
Jaboatão dos Guararapes		9 480 125	8,1	49,3
Cabo de Santo Agostinho		6 006 252	5,1	54,5
Caruaru		3 872 947	3,3	57,8
Alagoas (102 municípios)	42,0			
Maceió		13 694 808	46,4	46,4
Arapiraca		2 416 888	8,2	54,5
Marechal Deodoro		1 122 913	3,8	58,3
São Miguel dos Campos		884 362	3,0	61,3
Coruripe		729 741	2,5	63,8

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2012

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações (%)	
			Relativa	Relativa acumulada
Sergipe (75 municípios)	41,3			
Aracaju		9 813 852	35,3	35,3
Nossa Senhora do Socorro		2 049 719	7,4	42,6
Canindé de São Francisco		1 399 831	5,0	47,7
Estância		1 303 713	4,7	52,4
Laranjeiras		1 010 389	3,6	56,0
Bahia (417 municípios)	26,4			
Salvador		39 866 168	23,8	23,8
Camaçari		12 669 924	7,6	31,3
Feira de Santana		8 635 051	5,1	36,5
Candeias		5 096 383	3,0	39,5
Simões Filho		4 023 462	2,4	41,9
Minas Gerais (853 municípios)	22,9			
Belo Horizonte		58 374 103	14,5	14,5
Betim		28 100 845	7,0	21,4
Uberlândia		21 420 638	5,3	26,7
Contagem		20 647 181	5,1	31,9
Juiz de Fora		10 078 403	2,5	34,4
Espírito Santo (78 municípios)	43,1			
Vitória		28 655 025	26,7	26,7
Serra		14 850 851	13,8	40,5
Vila Velha		7 535 326	7,0	47,6
Cariacica		6 771 111	6,3	53,9
Presidente Kennedy		5 339 306	5,0	58,8
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,0			
Rio de Janeiro		220 924 561	43,8	43,8
Campos dos Goytacazes		45 129 215	9,0	52,8
Duque de Caxias		27 121 886	5,4	58,1
Niterói		15 112 496	3,0	61,1
Macaé		14 459 881	2,9	64,0
São Paulo (645 municípios)	35,3			
São Paulo		499 375 401	35,4	35,4
Guarulhos		44 670 723	3,2	38,6
Campinas		42 766 024	3,0	41,7
Osasco		39 198 919	2,8	44,4
Santos		37 722 531	2,7	47,1
Paraná (399 municípios)	28,9			
Curitiba		59 151 308	23,1	23,1
São José dos Pinhais		15 419 051	6,0	29,1
Araucária		13 282 426	5,2	34,3
Londrina		12 826 470	5,0	39,3
Maringá		10 246 122	4,0	43,3

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2012

(conclusão)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações (%)	
			Relativa	Relativa acumulada
Santa Catarina (293 municípios)	25,3			
Itajaí		19 754 199	11,1	11,1
Joinville		18 299 283	10,3	21,5
Florianópolis		12 614 711	7,1	28,6
Blumenau		10 927 079	6,2	34,7
Jaraguá do Sul		6 686 194	3,8	38,5
Rio Grande do Sul (496 municípios)	24,6			
Porto Alegre		48 002 209	17,3	17,3
Caxias do Sul		16 651 357	6,0	23,3
Canoas		14 856 173	5,4	28,6
Rio Grande		8 965 447	3,2	31,9
Gravataí		6 936 437	2,5	34,4
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	51,8			
Campo Grande		16 970 656	31,2	31,2
Dourados		4 940 434	9,1	40,2
Corumbá		3 741 556	6,9	47,1
Três Lagoas		3 385 077	6,2	53,3
Ponta Porã		1 365 906	2,5	55,8
Mato Grosso (141 municípios)	36,8			
Cuiabá		13 298 345	16,5	16,5
Rondonópolis		5 888 661	7,3	23,7
Várzea Grande		4 069 000	5,0	28,8
Sorriso		3 814 714	4,7	33,5
Primavera do Leste		2 867 798	3,5	37,0
Goiás (246 municípios)	39,4			
Goiânia		30 131 330	24,3	24,3
Anápolis		11 690 888	9,4	33,7
Aparecida de Goiânia		7 437 833	6,0	39,7
Rio Verde		6 264 991	5,1	44,8
Catalão		5 482 621	4,4	49,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2012

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	499 375 401	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	220 924 561	2º	1º	2º
Brasília/DF	171 235 534	3º	1º	3º
Curitiba/PR	59 151 308	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	58 374 103	5º	1º	5º
Manaus/AM	49 824 579	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	48 002 209	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	43 402 190	8º	1º	10º
Salvador/BA	39 866 168	9º	1º	12º
Recife/PE	36 821 898	10º	1º	15º
Goiânia/GO	30 131 330	11º	1º	18º
Vitória/ES	28 655 025	12º	1º	19º
São Luís/MA	24 601 718	13º	1º	23º
Belém/PA	20 557 946	14º	1º	27º
Campo Grande/MS	16 970 656	15º	1º	33º
Maceió/AL	13 694 808	16º	1º	41º
Cuiabá/MT	13 298 345	17º	1º	42º
Natal/RN	13 291 177	18º	1º	43º
Florianópolis/SC	12 614 711	19º	3º	48º
Teresina/PI	12 306 772	20º	1º	50º
João Pessoa/PB	11 225 777	21º	1º	57º
Aracaju/SE	9 813 852	22º	1º	66º
Porto Velho/RO	9 775 427	23º	1º	67º
Macapá/AP	6 453 597	24º	1º	95º
Boa Vista/RR	5 322 964	25º	1º	126º
Rio Branco/AC	4 946 632	26º	1º	134º
Palmas/TO	4 130 976	27º	1º	155º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma Grande Região.

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2008-2012

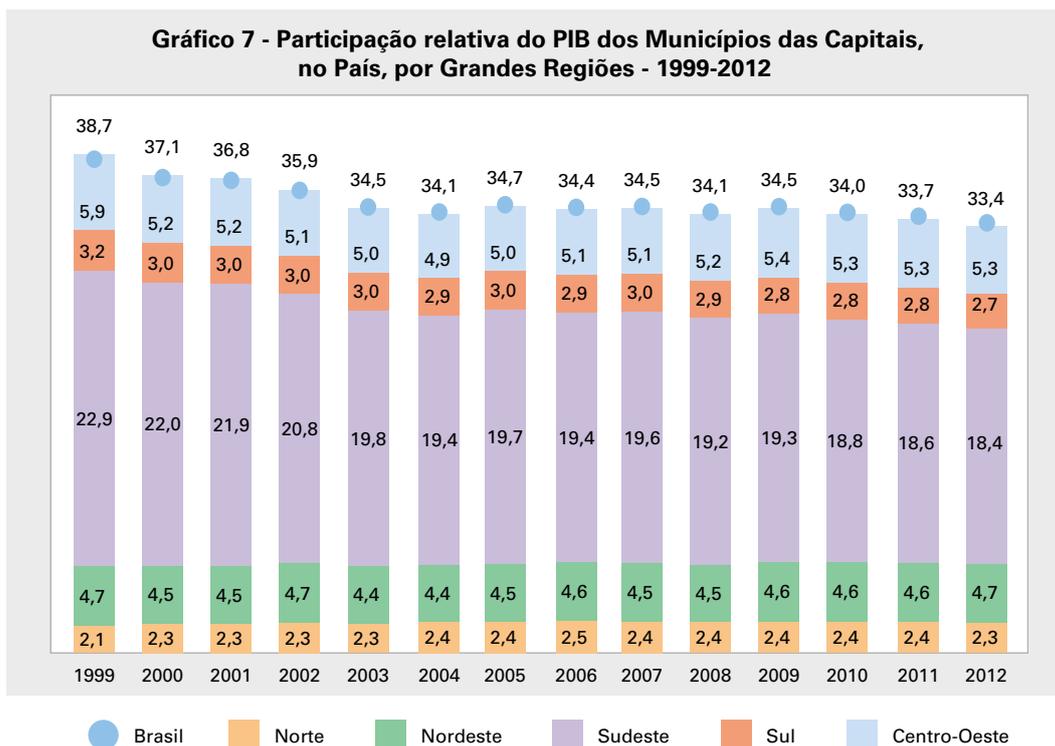
2008		2009		2010		2011		2012	
São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	12,0	São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	11,6	São Paulo/SP	11,4
Rio de Janeiro/RJ	5,2	Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,0	Rio de Janeiro/RJ	5,1	Rio de Janeiro/RJ	5,0
Brasília/DF	3,9	Brasília/DF	4,1	Brasília/DF	4,0	Brasília/DF	4,0	Brasília/DF	3,9
Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,3
Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,3	Belo Horizonte/MG	1,3
Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,1
Porto Alegre/RS	1,2	Porto Alegre/RS	1,1						
Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Fortaleza/CE	1,0	Fortaleza/CE	1,0	Fortaleza/CE	1,0
Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	0,9	Salvador/BA	0,9
Vitória/ES	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8
Recife/PE	0,7	Goiânia/GO	0,7	Vitória/ES	0,7	Vitória/ES	0,7	Goiânia/GO	0,7
Goiânia/GO	0,6	Vitória/ES	0,6	Goiânia/GO	0,6	Goiânia/GO	0,7	Vitória/ES	0,7
Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,6
São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5
Campo Grande/MS	0,3	Campo Grande/MS	0,4						
Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3
Cuiabá/MT	0,3	Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Cuiabá/MT	0,3
Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Natal/RN	0,3	Natal/RN	0,3
Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3	Teresina/PI	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Florianópolis/SC	0,3
João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3	Teresina/PI	0,3
Teresina/PI	0,2	Florianópolis/SC	0,3	João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,2	João Pessoa/PB	0,3
Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Aracaju/SE	0,2
Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,2
Macapá/AP	0,1								
Boa Vista/RR	0,1								
Rio Branco/AC	0,1								
Palmas/TO	0,1								

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Os movimentos entre as capitais foram sempre suaves, sendo que, em relação a 2011, houve ganho de posição de Goiânia (GO) e Aracaju (SE) em relação a Vitória (ES) e Porto Velho (RO), respectivamente.

Em 2012, a participação relativa das capitais na composição do PIB nacional foi a menor desde o início da série, em 1999. O Gráfico 7 mostra os resultados para cada ano, segundo as Grandes Regiões. O conjunto das capitais brasileiras representava 33,4% da renda nacional, sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,3% desse total; as da Região Nordeste, 4,7%; as da Região Sudeste, 18,4%; as da Região Sul, 2,7%; e as da Região Centro-Oeste, 5,3%.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído, em 2012, com 7,1%. O Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com 77,7% para o PIB do estado, sendo este o menor valor observado em toda a série.

Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2008-2012

2008		2009		2010		2011		2012	
Brasília/DF	100,0								
Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,6	Manaus/AM	81,0	Manaus/AM	79,1	Manaus/AM	77,7
Boa Vista/RR	73,2	Boa Vista/RR	73,1	Boa Vista/RR	73,5	Boa Vista/RR	73,4	Boa Vista/RR	72,8
Macapá/AP	63,3	Macapá/AP	63,1	Macapá/AP	62,8	Macapá/AP	62,7	Macapá/AP	61,9
Rio Branco/AC	52,7	Rio Branco/AC	51,9	Rio Branco/AC	50,8	Rio Branco/AC	51,1	Rio Branco/AC	51,4
Fortaleza/CE	47,9	Maceió/AL	48,3	Maceió/AL	49,2	Maceió/AL	48,1	Fortaleza/CE	48,2
Maceió/AL	46,9	Rio de Janeiro/RJ	48,2	Teresina/PI	47,7	Fortaleza/CE	47,7	Teresina/PI	47,8
Rio de Janeiro/RJ	46,3	Fortaleza/CE	47,7	Fortaleza/CE	47,7	Teresina/PI	46,3	Maceió/AL	46,4
Teresina/PI	44,8	Teresina/PI	45,7	Rio de Janeiro/RJ	46,7	Rio de Janeiro/RJ	45,3	Rio de Janeiro/RJ	43,8
São Luís/MA	38,2	São Luís/MA	38,4	São Luís/MA	39,6	São Luís/MA	39,9	São Luís/MA	41,8
São Paulo/SP	35,6	Natal/RN	37,1	Aracaju/SE	36,6	São Paulo/SP	35,7	São Paulo/SP	35,4
Natal/RN	34,8	Aracaju/SE	35,9	Natal/RN	35,7	Aracaju/SE	35,2	Aracaju/SE	35,3
Aracaju/SE	34,6	São Paulo/SP	35,9	São Paulo/SP	35,5	Porto Velho/RO	34,2	Natal/RN	33,6
Vitória/ES	33,1	Porto Velho/RO	32,6	Porto Velho/RO	31,9	Natal/RN	34,0	Porto Velho/RO	33,3
Recife/PE	31,9	Campo Grande/MS	32,0	Campo Grande/MS	31,9	Campo Grande/MS	31,9	Recife/PE	31,4
Campo Grande/MS	31,6	Recife/PE	31,5	Recife/PE	31,7	Recife/PE	31,7	Campo Grande/MS	31,2
João Pessoa/PB	29,8	João Pessoa/PB	30,0	João Pessoa/PB	30,6	Vitória/ES	29,0	João Pessoa/PB	29,0
Porto Velho/RO	28,3	Vitória/ES	29,6	Vitória/ES	30,4	João Pessoa/PB	28,5	Vitória/ES	26,7
Belém/PA	26,1	Belém/PA	28,4	Goiânia/GO	25,1	Goiânia/GO	24,9	Goiânia/GO	24,3
Goiânia/GO	25,8	Goiânia/GO	25,0	Curitiba/PR	24,6	Salvador/BA	24,3	Salvador/BA	23,8
Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	23,6	Curitiba/PR	24,1	Curitiba/PR	23,1
Curitiba/PR	24,2	Curitiba/PR	24,1	Belém/PA	23,1	Belém/PA	22,3	Belém/PA	22,6
Palmas/TO	20,0	Palmas/TO	20,3	Palmas/TO	22,8	Palmas/TO	20,7	Palmas/TO	21,2
Porto Alegre/RS	18,0	Cuiabá/MT	17,1	Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	17,4	Porto Alegre/RS	17,3
Cuiabá/MT	16,8	Porto Alegre/RS	17,1	Porto Alegre/RS	17,0	Porto Alegre/RS	17,3	Cuiabá/MT	16,5
Belo Horizonte/MG	15,0	Belo Horizonte/MG	15,6	Belo Horizonte/MG	14,6	Belo Horizonte/MG	14,2	Belo Horizonte/MG	14,5
Florianópolis/SC	6,6	Florianópolis/SC	6,4	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	7,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Movimentos mais expressivos entre os municípios

As análises seguintes têm como foco os movimentos mais expressivos da economia, considerando o biênio 2011-2012. São apresentados os ganhos e as perdas na participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB e os movimentos mais significativos de posição no País.

A análise de ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2012 em relação a 2011 foi realizada considerando os municípios que geravam pelo menos 0,5% do PIB nacional. A Tabela 7 apresenta os 24 municípios que se enquadravam nessa categoria.

Tabela 7 - Participação relativa e diferença absoluta do Produto Interno Bruto, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2008-2012

Municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Produto Interno Bruto					
	Participação relativa (%)					Diferença absoluta 2011/2012 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	
Campos dos Goytacazes/RJ	1,0	0,6	0,7	0,9	1,0	0,1
Santos/SP	0,8	0,7	0,7	0,8	0,9	0,1
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,1
Recife/PE	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
São José dos Campos/SP	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,0
Goiânia/GO	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,0
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	0,0
Porto Alegre/RS	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	(-) 0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Barueri/SP	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8	(-) 0,0
Rio de Janeiro/RJ	5,2	5,3	5,0	5,1	5,0	(-) 0,0
Fortaleza/CE	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Duque de Caxias/RJ	0,6	0,8	0,7	0,6	0,6	(-) 0,0
Guarulhos/SP	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Salvador/BA	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	(-) 0,0
Vitória/ES	0,8	0,6	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0
Betim/MG	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	(-) 0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	(-) 0,0
Osasco/SP	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	(-) 0,1
Brasília/DF	3,9	4,1	4,0	4,0	3,9	(-) 0,1
Manaus/AM	1,3	1,2	1,3	1,2	1,1	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	(-) 0,1
São Paulo/SP	11,8	12,0	11,8	11,6	11,4	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Em Campos dos Goytacazes (RJ), a variação positiva na participação deveu-se principalmente ao efeito do câmbio no preço do petróleo¹⁴, que impactou diretamente o segmento Extrativa mineral. O câmbio vinha sendo valorizado de 2008 até 2011 (quando chegou à cotação mínima de R\$1,50/US\$), e isso tinha efeito amortecedor sobre o aumento do preço em dólares. A partir de 2011, o câmbio passou a inverter a tendência, se desvalorizando e, conseqüentemente, reforçando o seu efeito sobre o preço.

¹⁴ Segundo a Energy Information Administration - EIA, a média aritmética dos preços, em dólares por barril, no mercado *spot* do petróleo do tipo Brent, em 2011, foi de US\$ 111,26 por barril e, para 2012, US\$ 111,659 por barril, resultando em uma variação positiva de 0,3% no período. Para informações complementares, consultar: EUROPE brent spot price FOB: dollars per barrel. Washington, DC: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRT&f=M>>. Acesso em: nov. 2014.

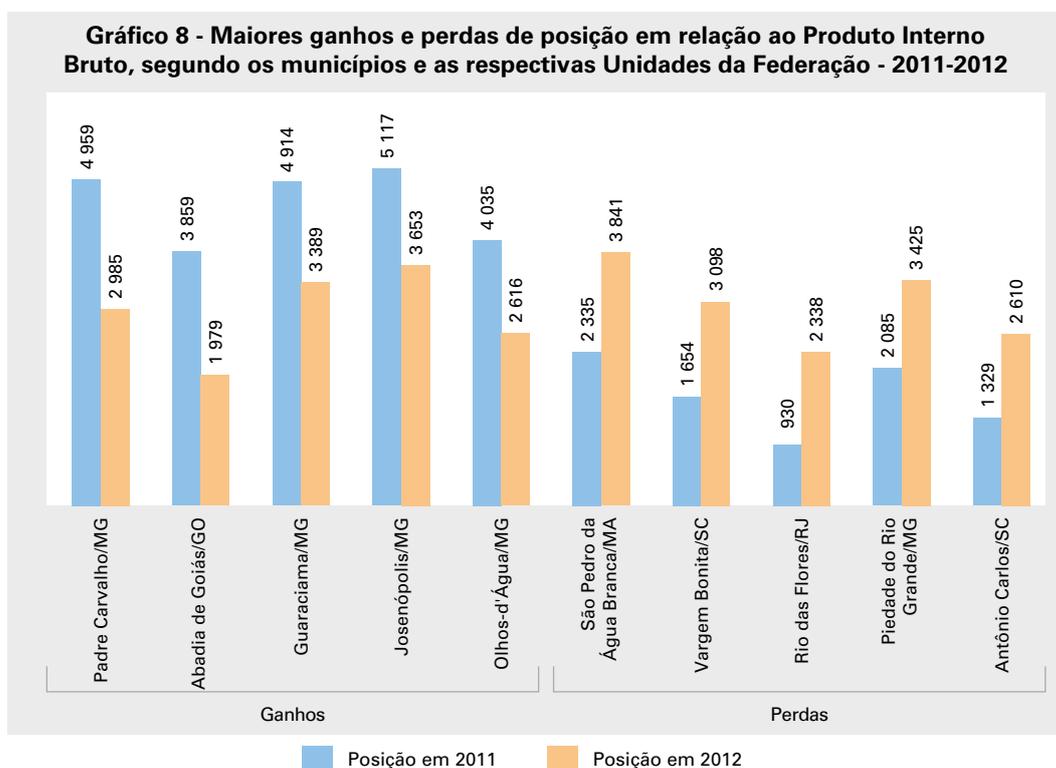
Segundo o Banco Central do Brasil, a taxa média anual de câmbio (média entre compra e venda), em 2011, foi de R\$ 1,67 e, em 2012, R\$ 1,95 por dólar. Utilizando essa conversão, a variação, em reais, do preço no mercado *spot* do barril de petróleo tipo Brent foi de 16,7%. Para informações complementares, consultar: SÉRIES temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: nov. 2014.

O ganho na participação do Município de Santos (SP) ocorreu em virtude dos segmentos Indústria de transformação, Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados e Serviços prestados às empresas. No Município de São Luís (MA), o comércio de combustíveis, lubrificantes e derivados foi o principal responsável pelo ganho de participação.

Em 2012, a perda na geração do valor adicionado bruto relativa de São Paulo (SP) foi devida aos segmentos Indústria de transformação, serviços de Intermediação financeira e Comércio. Em São Bernardo do Campo (SP), destacava-se a indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a esta cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosmético. Estes segmentos foram os principais responsáveis pela perda de participação do município. Manaus (AM), município industrial, apresentou queda em decorrência da Indústria de transformação. Em Brasília (DF), os setores que mais impactaram na queda de participação foram Construção civil, Serviços de informação, Indústria de transformação e Serviços prestados às empresas. Os segmentos da Indústria de transformação, Comércio e os serviços de Intermediação financeira foram os principais responsáveis pela perda de participação do Município de Osasco (SP).

A análise dos maiores ganhos e perdas de posição dos municípios no País, no biênio 2011-2012, foi realizada considerando-se todos os municípios brasileiros e está ilustrada no Gráfico 8.

Os municípios mineiros de Padre Carvalho, Guaraciama, Josenópolis e Olhos-d'Água estão localizados no norte do estado e apresentaram significativos acréscimos na produção silvícola de carvão vegetal e de madeira em tora em 2012. O crescimento de Abadia de Goiás (GO) ocorreu devido à instalação de grande frigorífico e de atacadista de móveis e eletrodomésticos; além disso, a economia local foi estimulada pelas obras de terraplanagem e construção de edifícios.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Município de São Pedro da Água Branca (MA) apresentou redução na produção de carvão vegetal. A queda na atividade Serviços de informação foi verificada no Município de Rio das Flores (RJ). A perda de posição dos Municípios de Antônio Carlos (SC) e Vargem Bonita (SC) foi decorrente, principalmente, da Indústria de transformação, enquanto a queda de posição do Município de Piedade do Rio Grande (MG) foi ocasionada pelo segmento de fabricação de pós alimentícios e pelo comércio atacadista de cosméticos.

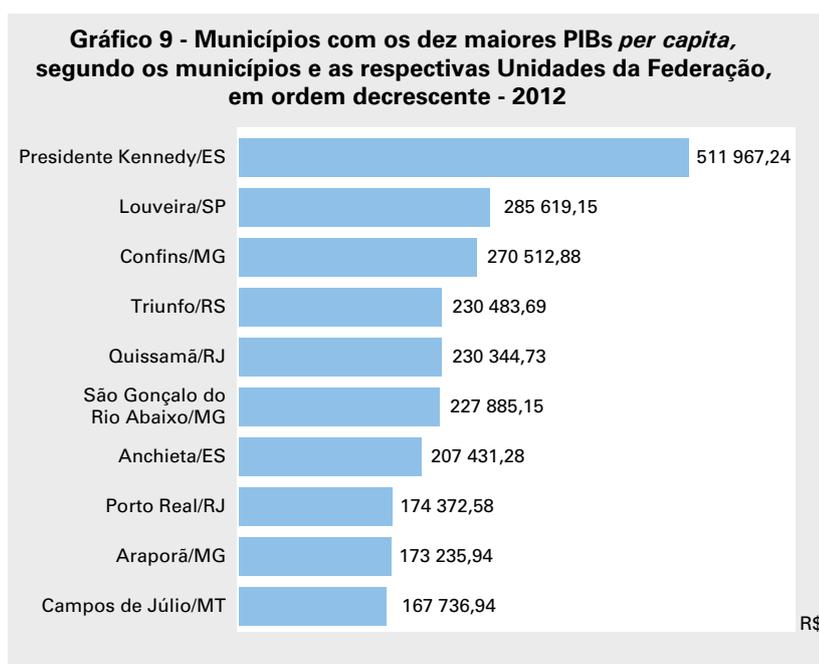
PIB *per capita*

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de 2012, tendo 1º de julho de 2012 como data de referência.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro, que, em 2012, foi de R\$ 22 645,86. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

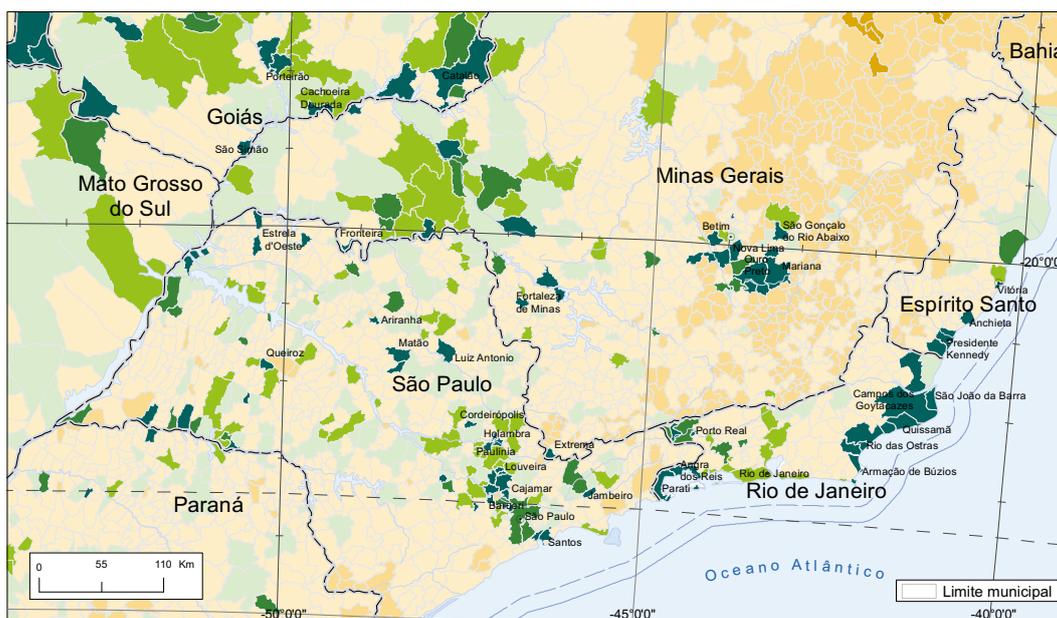
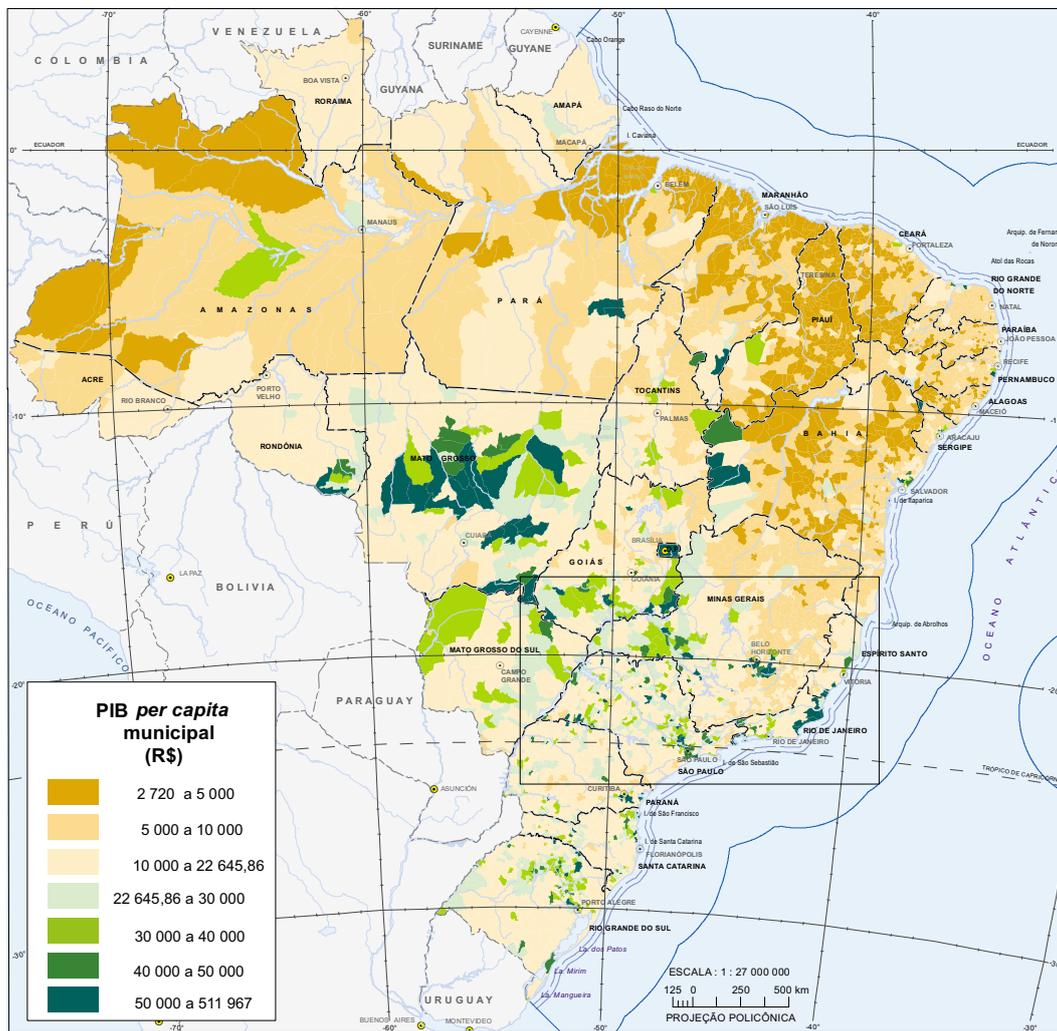
Mais de 30,0% dos municípios dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul apresentaram PIBs *per capita* superiores ao nacional, enquanto nenhum município dos Estados do Acre e Roraima apresentou essa característica.

O Gráfico 9 apresenta os municípios com os 10 maiores PIBs *per capita*, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2012.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Nota: População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto per capita - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em comum, observa-se que esses municípios possuíam baixa densidade demográfica. Presidente Kennedy (ES) era município produtor de petróleo. Louveira (SP) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. Confins (MG) ganhou posição com a transferência da maior parte dos voos do aeroporto, em Belo Horizonte, para o aeroporto internacional situado no município. O Município de Triunfo (RS), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Quissamã (RJ) era município produtor de petróleo. São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) está localizado na região central do estado e sua principal atividade é a extração de minério de ferro. Anchieta (ES) caracterizava-se pela pelotização e sinterização de minério de ferro. No Município de Porto Real (RJ), situava-se uma indústria automobilística. O Município de Araporã (MG), localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidrelétrica do seu estado, com capacidade instalada de 2 082 megawatts. Campos de Júlio (MT) elevou consideravelmente a produção das usinas, alcançando aumento significativo na produção de energia elétrica. Esses dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 2.

O menor PIB *per capita*, em 2012, foi R\$ 2 720,32, verificado no município paraense de Currálinho. Este município, localizado no Arquipélago do Marajó, sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 59,4% do valor adicionado bruto total. Outras atividades importantes no município eram construção civil, pesca e agricultura extrativista. O município era habitado por extrativistas tradicionais, onde a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo eram enraizados no modo de vida e na cultura. Segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2012¹⁵, realizada pelo IBGE, os principais produtos alimentícios explorados eram o açaí e a erva-mate cancheada.

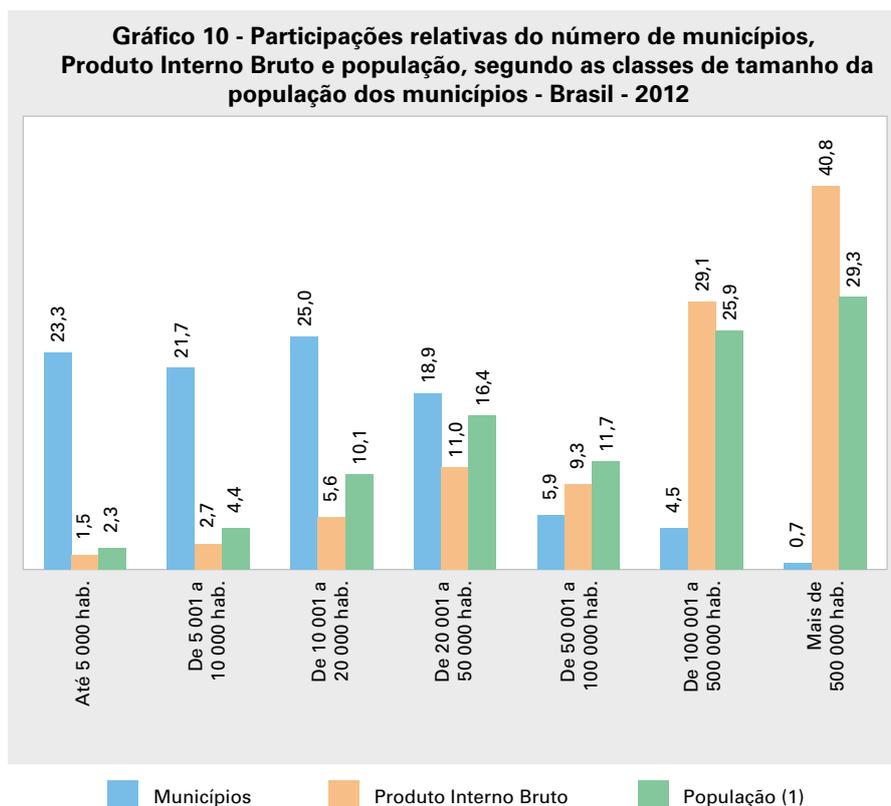
O Gráfico 10 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 288 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70,0% de toda a renda do País. Os 3 897 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10,0% da renda.

O Gráfico 11 apresenta a razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população em 2012. As duas últimas faixas com mais de 100 000 habitantes apresentaram PIB *per capita* superior ao nacional.

Na Tabela 8, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Nota-se que, apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, correspondendo a 4,0 vezes o PIB *per capita* brasileiro, foi o quarto maior no Estado do Espírito Santo, atrás dos Municípios de Presidente Kennedy, Anchieta e Itapemirim.

O PIB *per capita* de cada um dos 556 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 4 639,63. Entre esses municípios, estavam 67,9% dos municípios do Piauí, 46,5% do Maranhão e 44,0% do Ceará.

¹⁵ Para informações complementares, consultar: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 6 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIBs *per capita* foi 5,3 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores das Regiões Norte e Centro-Oeste são os maiores e ficam muito próximos. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce. As Regiões Sul e Nordeste apresentavam os menores indicadores entre as regiões em todos os segmentos. Esses resultados estão apresentados no Gráfico 12.

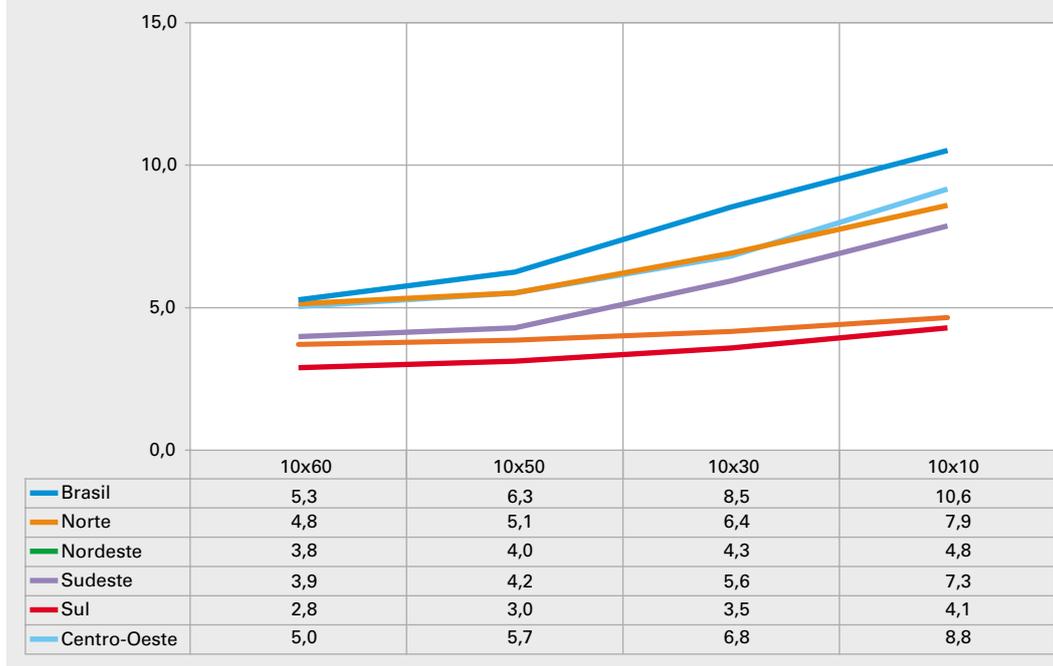
Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2012

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			População (1 000 hab.) (1)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil	
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação			Ao Brasil
Vitória/ES	86 009,28	1º	4º	42º	333	3,8
Brasília/DF	64 653,00	2º	1º	70º	2 649	2,9
São Paulo/SP	43 894,63	3º	38º	166º	11 377	1,9
Rio de Janeiro/RJ	34 571,91	4º	20º	287º	6 390	1,5
Porto Alegre/RS	33 882,78	5º	54º	301º	1 417	1,5
Curitiba/PR	33 291,65	6º	16º	320º	1 777	1,5
Florianópolis/SC	29 122,65	7º	31º	449º	433	1,3
Manaus/AM	26 760,96	8º	2º	565º	1 862	1,2
Belo Horizonte/MG	24 365,33	9º	85º	699º	2 396	1,1
Cuiabá/MT	23 690,82	10º	49º	754º	561	1,0
Recife/PE	23 679,08	11º	5º	756º	1 555	1,0
São Luís/MA	23 664,37	12º	2º	758º	1 040	1,0
Goiânia/GO	22 591,15	13º	48º	854º	1 334	1,0
Porto Velho/RO	22 081,33	14º	9º	899º	443	1,0
Campo Grande/MS	21 071,17	15º	29º	1 000º	805	0,9
Boa Vista/RR	17 924,91	16º	1º	1 377º	297	0,8
Fortaleza/CE	17 359,53	17º	4º	1 470º	2 500	0,8
Palmas/TO	17 065,21	18º	19º	1 529º	242	0,8
Aracaju/SE	16 698,72	19º	10º	1 597º	588	0,7
Natal/RN	16 256,53	20º	13º	1 684º	818	0,7
Macapá/AP	15 530,10	21º	5º	1 842º	416	0,7
João Pessoa/PB	15 119,34	22º	6º	1 933º	742	0,7
Teresina/PI	14 823,31	23º	2º	2 008º	830	0,7
Salvador/BA	14 705,51	24º	31º	2 037º	2 711	0,6
Belém/PA	14 575,66	25º	14º	2 070º	1 410	0,6
Maceió/AL	14 364,28	26º	3º	2 115º	953	0,6
Rio Branco/AC	14 200,01	27º	6º	2 148º	348	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Gráfico 12 - Relação entre o PIB *per capita* dos 10% dos municípios com os maiores PIBs *per capita* e o PIB *per capita* dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: População residente estimada para 1ª de julho, série revisada.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 9, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

Tabela 9 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2012

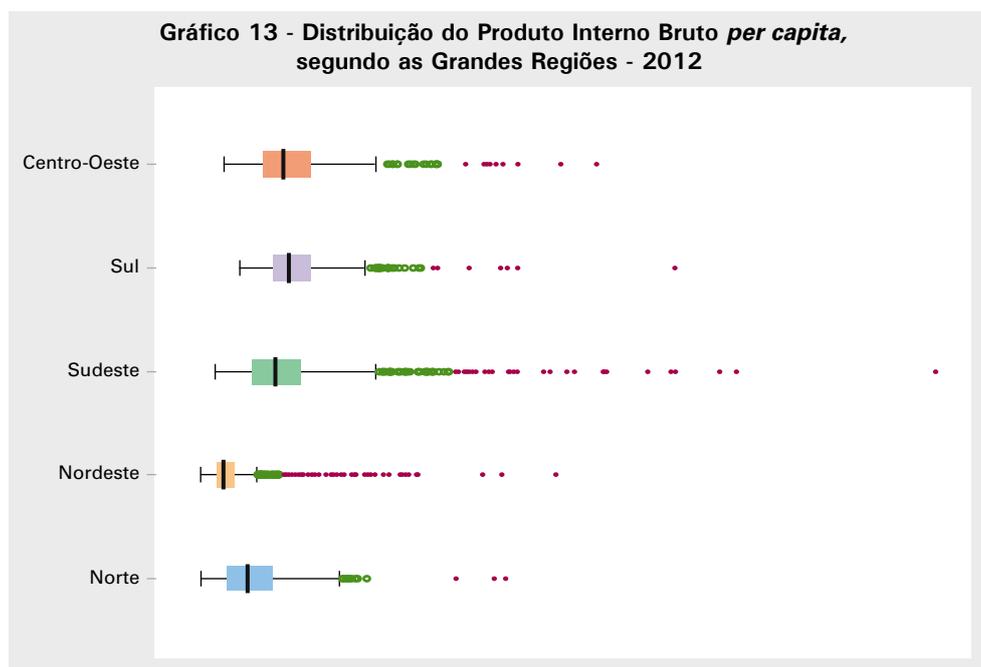
Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
Brasil	2 720,32	6 103,24	11 510,06	17 836,17	511 967,24	0,08
Norte	2 720,32	5 691,17	8 946,66	13 538,42	107 164,39	0,17
Nordeste	2 727,16	4 559,71	5 394,52	6 724,41	138 273,00	0,23
Sudeste	4 229,22	9 580,93	14 038,68	20 455,64	511 967,24	0,18
Sul	7 695,87	13 940,07	17 161,50	23 075,42	230 483,69	0,29
Centro-Oeste	5 381,94	11 643,44	15 606,23	23 294,18	167 736,94	0,32

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Como mencionado anteriormente, o PIB *per capita* brasileiro, em 2012, era de R\$ 22 645,86, muito superior ao valor mediano, que era de R\$ 11 510,06, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País, aproximadamente uma vez e meia

a mediana da renda nacional. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 6 724,41 e esse valor era menor que o valor mínimo encontrado entre os municípios da Região Sul. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

O Gráfico 13 apresenta o Box Plot¹⁶ do PIB *per capita* para cada uma das Grandes Regiões. Este gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 9. Optou-se por utilizar uma transformação na escala com a finalidade de facilitar a visualização da distribuição do PIB *per capita* entre as regiões. Para cada uma delas, todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartílica são considerados valores atípicos e foram representados com a cor verde, e os valores superiores ao terceiro quartil mais três vezes a diferença interquartílica são considerados pontos extremos e foram representados com a cor vinho. Desse modo, o conjunto de pontos verdes e vinhos representavam 2,4% dos municípios da Região Norte; 8,8% dos municípios da Região Nordeste; 4,8% dos municípios da Região Sudeste; 3,5% dos municípios da Região Sul; e 7,1% dos municípios da Região Centro-Oeste.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹⁶ Para construir este desenho esquemático, considera-se um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis (q1 e q3). A partir do retângulo, para a direita, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite superior, $q3 + 1,5 \times (q3 - q1)$. A diferença $q3 - q1$ é chamada diferença interquartílica. Do mesmo modo, para a esquerda, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite inferior, $q1 - 1,5 \times (q3 - q1)$.

Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, analisa-se posteriormente o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Para cada setor de atividade, é apresentado o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada e os ganhos e perdas mais expressivos na participação percentual do País.

Valor adicionado bruto da Agropecuária

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O índice de Gini no Brasil, em 2012, para essa atividade, foi de 0,61. Os índices mais altos do que o obtido para o País foram observados nos Estados da Bahia (0,67), Goiás (0,63), Piauí (0,62), Minas Gerais (0,62) e Paraíba (0,62). No Apêndice 2, estão calculados os índices de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, com 48,2% e 40,4%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas.

A Tabela 10 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁷ no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2008 a 2012. Observa-se que, em 2012, 163 municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária e 879 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de Resultados 3.

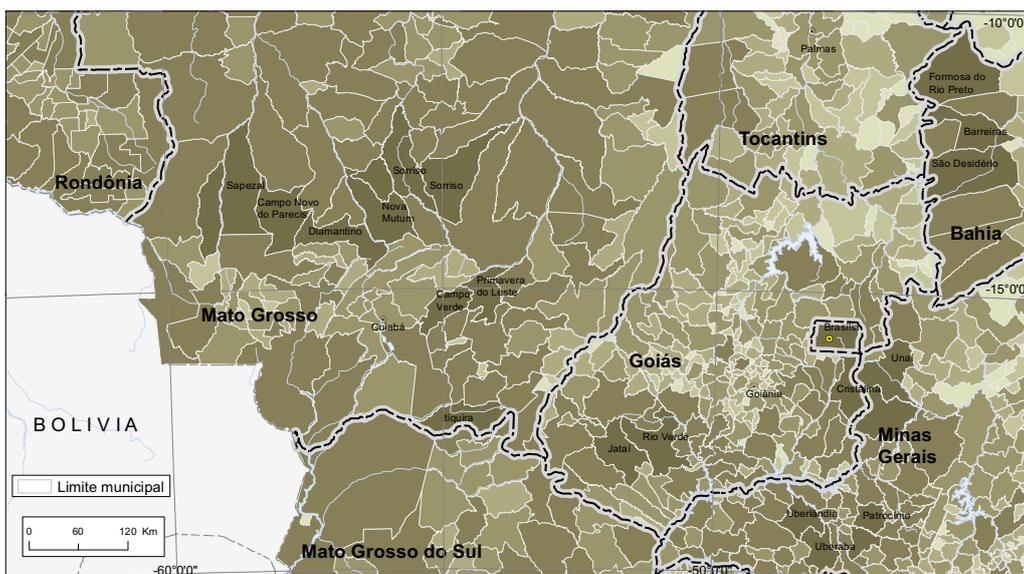
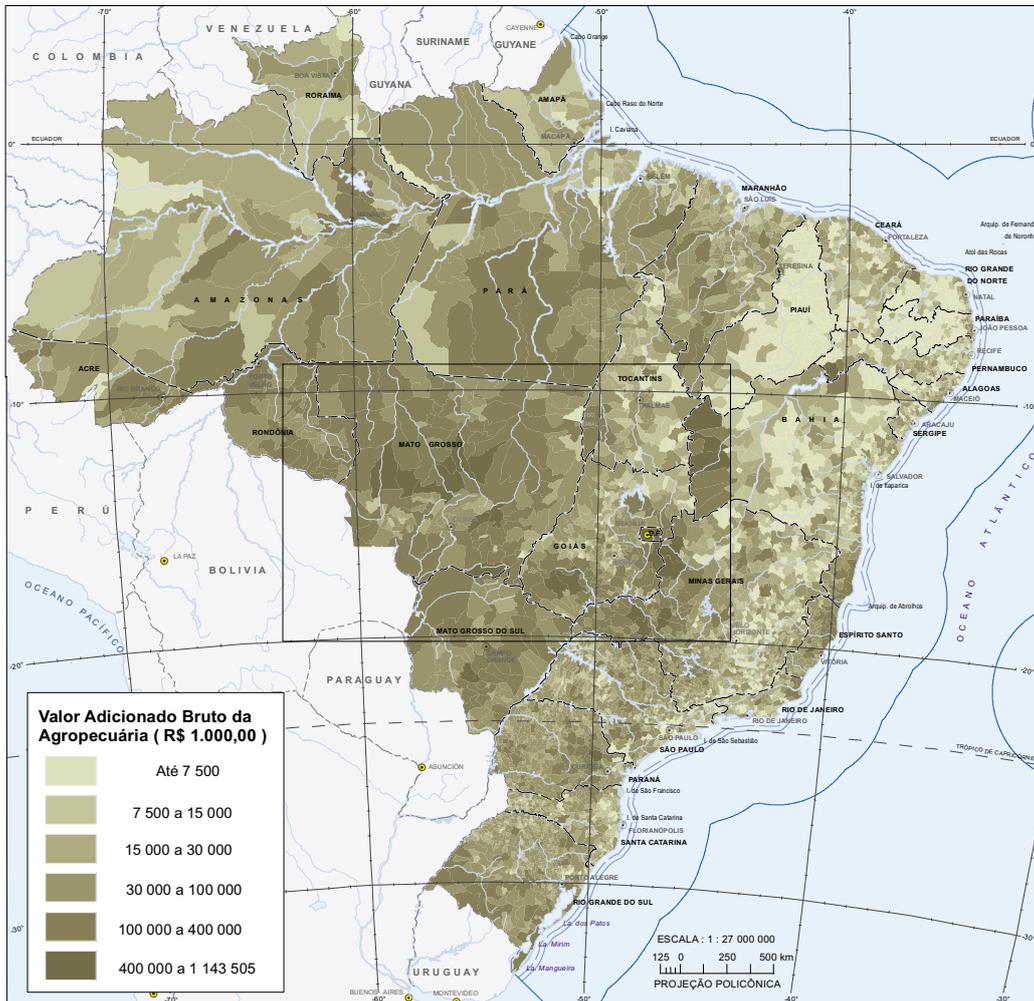
Na Tabela 11, foram destacados os 12 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente, 5,0% do total em 2012. Ressalta-se a intensa e prolongada seca que afetou a agricultura das Regiões Nordeste e Sul.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado, foi o que obteve maior valor de produção do País e, segundo a PAM 2012, foi responsável por 12,4% da produção nacional de algodão herbáceo, que registrou variação de preço de 66,4% em relação ao ano anterior. A agricultura irrigada foi a principal base da economia do município, que possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas da Região Nordeste.

O Município de Sorriso (MT) foi o que obteve o segundo maior valor da produção, segundo a PAM 2012. Esse município se destacou como o maior produtor de soja e milho do País. O aumento no valor da produção foi decorrente da produção de milho que, em relação ao ano anterior, cresceu 124,6%.

¹⁷ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da Agropecuária - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tabela 10 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2008-2012

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2008						
Até 25%	187	3,4	7,8	187	3,4	7,8
De 25% a 50%	537	9,7	12,9	724	13,0	20,7
De 50% a 75%	1 100	19,8	22,5	1 824	32,8	43,2
De 75% a 95%	2 045	36,8	35,7	3 869	69,5	78,9
De 95% a 99%	1 038	18,7	11,6	4 907	88,2	90,5
De 99% a 100%	657	11,8	9,5	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	188	3,4	7,7	188	3,4	7,7
De 25% a 50%	528	9,5	16,1	716	12,9	23,8
De 50% a 75%	1 118	20,1	28,1	1 834	33,0	51,9
De 75% a 95%	2 046	36,8	27,0	3 880	69,7	78,9
De 95% a 99%	1 030	18,5	11,9	4 910	88,2	90,7
De 99% a 100%	655	11,8	9,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	213	3,8	9,6	213	3,8	9,6
De 25% a 50%	528	9,5	15,3	741	13,3	25,0
De 50% a 75%	1 084	19,5	20,8	1 825	32,8	45,8
De 75% a 95%	1 994	35,8	32,3	3 819	68,6	78,1
De 95% a 99%	1 021	18,3	12,0	4 840	87,0	90,1
De 99% a 100%	725	13,0	9,9	5 565	100,0	100,0
2011						
Até 25%	195	3,5	8,7	195	3,5	8,7
De 25% a 50%	510	9,2	11,2	705	12,7	19,9
De 50% a 75%	1 046	18,8	22,4	1 751	31,5	42,3
De 75% a 95%	1 989	35,7	34,3	3 740	67,2	76,6
De 95% a 99%	1 062	19,1	13,0	4 802	86,3	89,6
De 99% a 100%	763	13,7	10,4	5 565	100,0	100,0
2012						
Até 25%	163	2,9	8,2	163	2,9	8,2
De 25% a 50%	468	8,4	10,8	631	11,3	19,0
De 50% a 75%	1 005	18,1	19,8	1 636	29,4	38,7
De 75% a 95%	1 964	35,3	36,5	3 600	64,7	75,2
De 95% a 99%	1 086	19,5	13,4	4 686	84,2	88,7
De 99% a 100%	879	15,8	11,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabela 11 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1 000 R\$)	Participações (%)	
		Relativa	Relativa acumulada
São Desidério/BA	1 143 505	0,6	0,6
Sorriso/MT	982 880	0,5	1,1
Rio Verde/GO	951 809	0,5	1,6
Sapezal/MT	906 100	0,5	2,0
Campo Verde/MT	791 205	0,4	2,4
Primavera do Leste/MT	789 670	0,4	2,8
Cristalina/GO	775 057	0,4	3,2
Campo Novo do Parecis/MT	726 444	0,4	3,6
Jataí/GO	698 941	0,4	3,9
Uberaba/MG	685 221	0,3	4,3
Formosa do Rio Preto/BA	604 137	0,3	4,6
Nova Mutum/MT	592 614	0,3	4,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No Município de Rio Verde (GO), a atividade Agropecuária estava integrada com as agroindústrias do ramo alimentício. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de grãos, principalmente milho e sorgo. Na pecuária, o município se destacou na criação de suínos. A utilização de tecnologias avançadas e a profissionalização do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo.

O Município de Sapezal (MT) fica na região oeste do estado e os principais produtos cultivados eram soja, algodão (maior produtor estadual) e milho. Em 2012, segundo a PAM 2012, o município aumentou significativamente a produção de algodão e milho. A indústria do município utilizava parte da produção agrícola na fabricação de biocombustíveis. Esse município possuía pequenas centrais hidrelétricas e fabricava máquinas para o beneficiamento de arroz.

O Município de Campo Verde (MT), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo soja, milho e algodão os principais produtos. Em 2012, ocorreu aumento de produção do milho, segundo a PAM 2012. Na pecuária, tinha a maior produção de aves do estado, a segunda maior produção de ovos e também era um importante produtor de suínos.

Primavera do Leste (MT) está situado no sudeste do estado e sua economia estava integrada com a indústria, destacando-se a produção de soja, milho e algodão incorporada por um processo de industrialização da produção de fabricação de óleo vegetal, ração animal e de produtos têxteis. Observou-se redução no rebanho de aves em 2012.

O Município de Cristalina (GO) possuía agricultura diversificada e caracterizou-se por ser grande produtor de milho, sorgo, soja, trigo, feijão, alho, café e batata-inglesa (maior produtor nacional).

O Município de Campo Novo do Parecis (MT) está localizado na região oeste do estado. Os principais produtos agrícolas cultivados eram soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Segundo a PAM 2012, todos esses produtos registraram aumento de produção em relação ao ano anterior. O setor industrial tinha importância na produção de álcool, fabricação de adubos e fertilizantes e na preparação de fibras de algodão.

O Município de Jataí (GO) está situado na microrregião Sudoeste Goiano. Sua formação se deve ao expansionismo da pecuária em Goiás, atividade pioneira no município até a década de 1970, com a chegada da agricultura moderna. Também corrobora para o desempenho da atividade agropecuária municipal a localização, que facilita o escoamento de sua produção para outras localidades. No ano de 2012, o município destacou-se na produção de grãos, como milho (segundo maior produtor nacional) e sorgo (quarto maior produtor nacional). Em relação ao ano anterior, ocorreu redução na participação das atividades de cultivo de cereais para grãos, cana-de-açúcar e soja.

Uberaba (MG) pertence à região do Triângulo Mineiro e tinha a maior parte da sua produção vegetal concentrada na lavoura temporária. Apresentou as maiores produções estaduais de cana-de-açúcar e milho, a segunda maior produção estadual de soja e a terceira de batata-inglesa. Segundo a PAM 2012, apresentou excepcional aumento da produção de sorgo. Na pecuária, evidenciaram-se os efetivos de bovinos, aves, coelhos, suínos e as produções de ovos e de leite.

O Município de Formosa do Rio Preto está localizado no extremo noroeste baiano. Seu principal setor de atividade era o agropecuário e tinha como principais culturas a soja, o algodão e o milho. Em 2012, foi o sexto maior em valor de produção do País.

Em Nova Mutum (MT), os principais produtos agrícolas cultivados foram soja, milho e algodão.

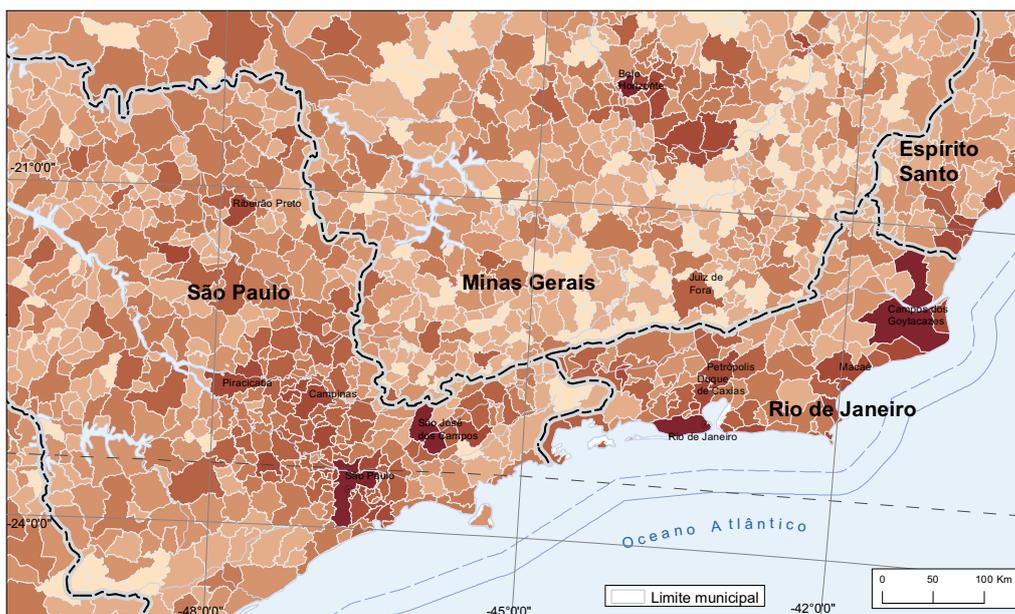
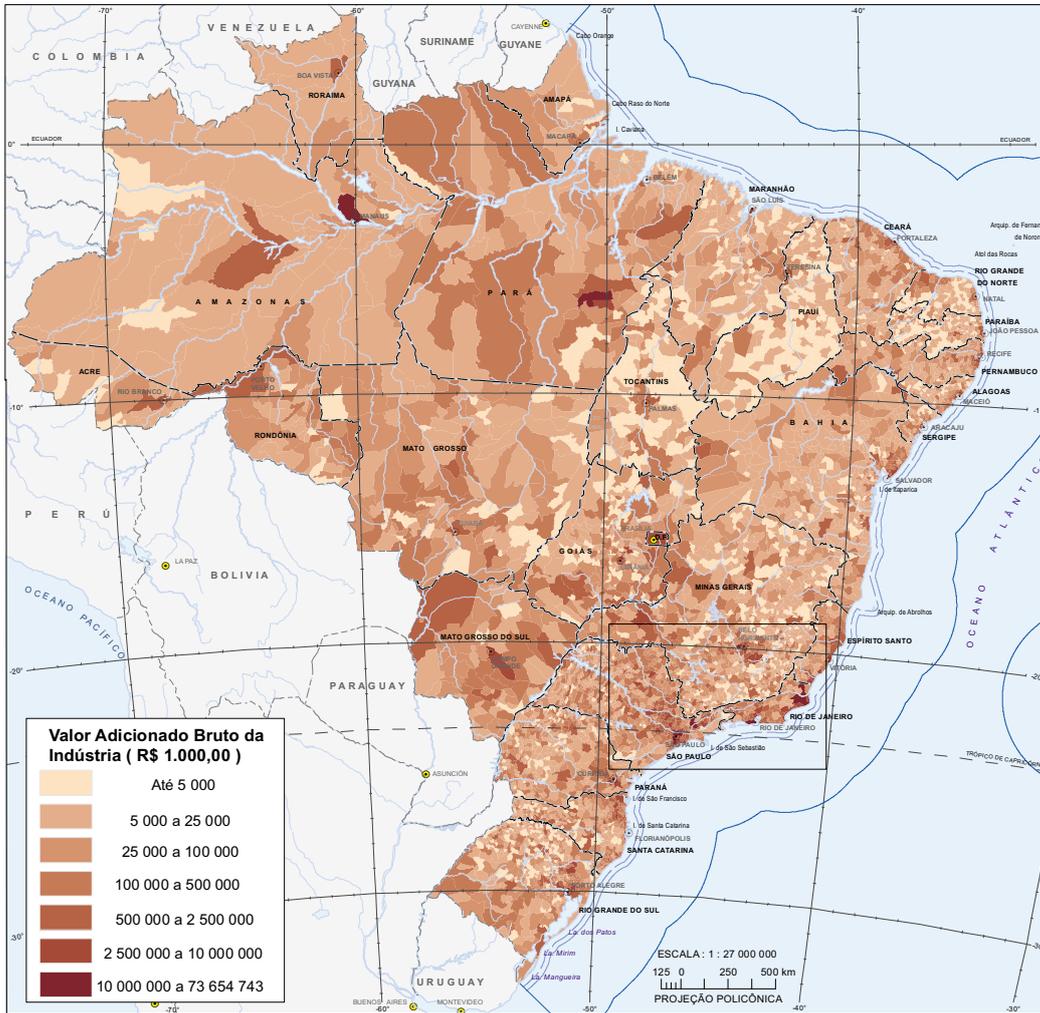
Valor adicionado bruto da Indústria

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato de a atividade industrial, quando comparada às demais atividades, ser a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2012, para essa atividade, foi de 0,89. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série¹⁸. Os índices superiores ao obtido para o País foram observados nos Estados do Amazonas (0,95) e Pará (0,90). No Apêndice 2, estão calculados os índices de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 34,0% e 15,0% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, onde mais de 50,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

¹⁸ Retirou-se do cálculo do índice de Gini da Indústria o valor do Município de São Francisco do Conde (BA). Esse procedimento foi realizado em virtude do valor adicionado bruto industrial desse município ter sido negativo em 2012. Esse fato foi consequência do segmento refino de petróleo e gás, cujo valor dos insumos foi superior ao valor de produção. Para maiores detalhes sobre a metodologia de cálculo dos agregados econômicos das atividades ligadas à produção de refino do petróleo, ver o Apêndice 3.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Indústria - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁹ no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2008 a 2012. Pode-se destacar que, em 2012, apenas 13 municípios concentravam aproximadamente ¼ do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 14,5% da população brasileira.

Tabela 12 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2008-2012

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)		
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)	
2008							
Até 25%	11	0,2	13,4	11	0,2	13,4	
De 25% a 50%	49	0,9	14,5	60	1,1	27,9	
De 50% a 75%	169	3,0	18,6	229	4,1	46,5	
De 75% a 95%	963	17,3	25,7	1 192	21,4	72,2	
De 95% a 99%	1 862	33,5	18,1	3 054	54,9	90,3	
De 99% a 100%	2 510	45,1	9,7	5 564	100,0	100,0	
2009							
Até 25%	11	0,2	14,2	11	0,2	14,2	
De 25% a 50%	51	0,9	14,8	62	1,1	29,0	
De 50% a 75%	180	3,2	18,8	242	4,3	47,8	
De 75% a 95%	1 020	18,3	25,4	1 262	22,7	73,2	
De 95% a 99%	1 924	34,6	18,2	3 186	57,3	91,4	
De 99% a 100%	2 379	42,7	8,6	5 565	100,0	100,0	
2010							
Até 25%	12	0,2	14,8	12	0,2	14,8	
De 25% a 50%	54	1,0	13,7	66	1,2	28,5	
De 50% a 75%	185	3,3	19,6	251	4,5	48,1	
De 75% a 95%	1 028	18,5	25,3	1 279	23,0	73,5	
De 95% a 99%	1 932	34,7	18,2	3 211	57,7	91,6	
De 99% a 100%	2 354	42,3	8,4	5 565	100,0	100,0	
2011							
Até 25%	12	0,2	15,6	12	0,2	15,6	
De 25% a 50%	56	1,0	14,0	68	1,2	29,5	
De 50% a 75%	192	3,5	19,0	260	4,7	48,5	
De 75% a 95%	1 075	19,3	26,1	1 335	24,0	74,6	
De 95% a 99%	1 947	35,0	17,6	3 282	59,0	92,2	
De 99% a 100%	2 283	41,0	7,8	5 565	100,0	100,0	
2012							
Até 25%	13	0,2	14,5	13	0,2	14,5	
De 25% a 50%	59	1,1	15,8	72	1,3	30,2	
De 50% a 75%	195	3,5	18,9	267	4,8	49,2	
De 75% a 95%	1 090	19,6	26,1	1 357	24,4	75,3	
De 95% a 99%	1 876	33,7	16,8	3 233	58,1	92,1	
De 99% a 100%	2 332	41,9	7,9	5 565	100,0	100,0	

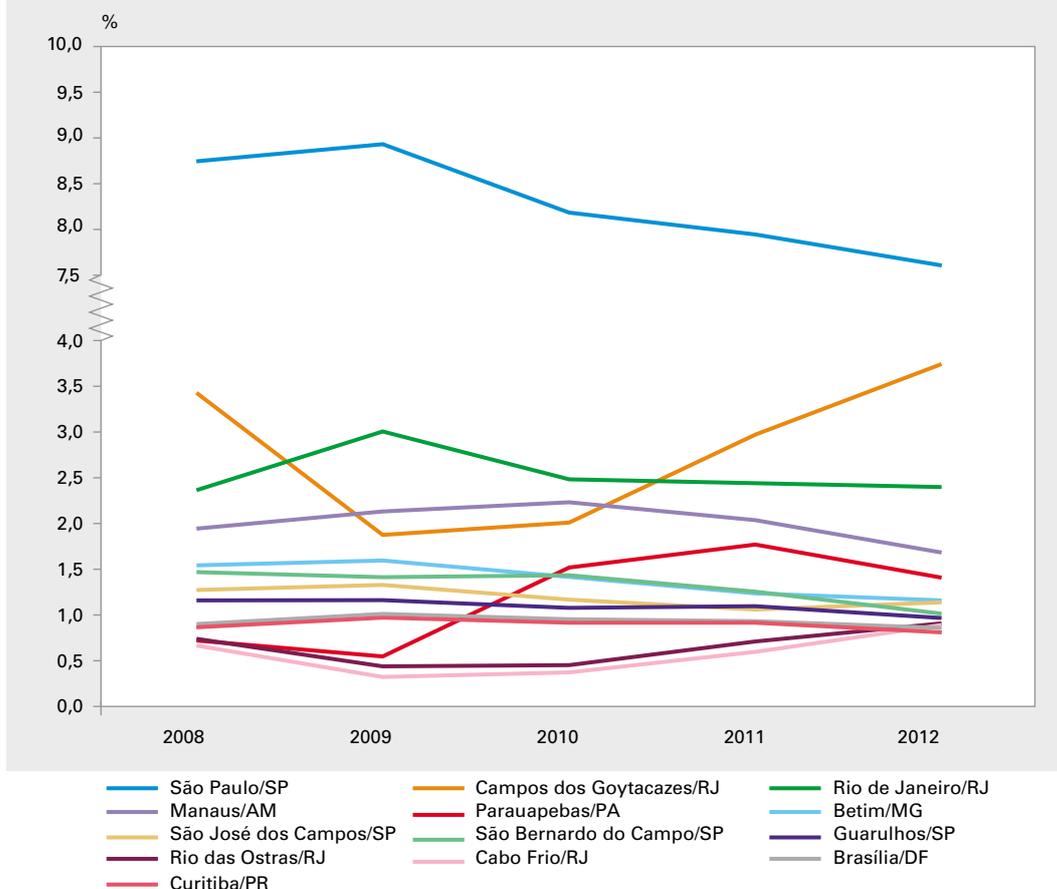
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

¹⁹ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

Em 2012, com 72 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 30,2% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 332 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 7,9% da população. Estes números representam a grande concentração da Indústria no Território Nacional. O Gráfico 14 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto industrial no período de 2008 a 2012. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de Resultados 4.

Gráfico 14 - Municípios que agregavam 25% do valor adicionado bruto da Indústria, por município e respectivas Unidades da Federação - 2008-2012



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Como mencionado anteriormente, em 2012, a Indústria perdeu participação no valor adicionado bruto no País, entretanto o segmento Indústria extrativa apresentou expressivo crescimento em preço. Consequentemente, os municípios cujas economias estavam vinculadas às *commodities* minerais registraram ganho de participação superior aos demais municípios com indústria diversificada.

Em 2012, o Município de São Paulo (SP) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 7,6%. O Município de Campos dos Goytacazes (RJ) – concentrador de atividades de exploração de petróleo e gás natural – ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 3,7%, seguido do Município do Rio de Janeiro

(RJ), com 2,4%. A participação do valor adicionado bruto industrial de Manaus (AM), onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2,0% em toda a série, entretanto, em 2012, gerou 1,7% do valor adicionado bruto industrial total do País.

Parauapebas (PA), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, gerava 1,4% do valor adicionado bruto industrial nacional em 2012.

Betim (MG), município-polo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis e possuía rede de produção de autopeças. O refino de derivados de petróleo também era uma atividade importante. Além dessas atividades, possuía grandes indústrias nos segmentos de química, metal-mecânica e siderurgia. Em 2012, agregava 1,2% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

São José dos Campos (SP), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos. Esse município agregou 1,1% ao valor adicionado bruto industrial do País, em 2012.

São Bernardo do Campo (SP) gerou 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos.

O Município de Guarulhos (SP) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico. Os municípios do Estado do Rio de Janeiro, Rio das Ostras e Cabo Frio, geraram, cada um, aproximadamente 0,9% do valor adicionado industrial, em 2012, o qual estava associado à exploração de petróleo e gás natural.

Segundo a análise das Contas Regionais do Brasil 2012, o valor adicionado bruto industrial do Distrito Federal²⁰ foi responsável por 6,4% do valor adicionado bruto total. O segmento industrial de maior peso era a Construção civil, que representava 61,0% do valor adicionado bruto da Indústria, em 2012.

O Município de Curitiba (PR) está localizado em uma posição geográfica estratégica, próximo aos países do Mercosul, do Estado de São Paulo, além da proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina (localizados no Paraná), e de Navegantes e São Francisco (localizados em Santa Catarina). Com destaque para a Indústria de transformação, em 2012 contemplou diversos segmentos dos mais variados níveis tecnológicos, como: fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; fabricação da linha branca; fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos; fabricação de tratores agrícolas; fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente; fabricação de equipamentos de informática e fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas. Em 2012, participava com 0,8% do valor adicionado bruto industrial.

Na Tabela 13, é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 29 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2012. As variações positivas verificadas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Rio das Ostras e Macaé, e no município capixaba de Presidente Kennedy estavam relacionadas com a produção de petróleo, óleo e gás.

²⁰ Ressalte-se que os resultados do Distrito Federal são produzidos pelas Contas Regionais do Brasil.

Tabela 13 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2008-2012

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria					
	Participação relativa (%)					Diferença absoluta 2011/2012 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	
Campos dos Goytacazes/RJ	3,4	1,9	2,0	2,9	3,7	0,8
Cabo Frio/RJ	0,7	0,3	0,4	0,6	0,9	0,3
Rio das Ostras/RJ	0,8	0,5	0,5	0,7	0,9	0,2
Presidente Kennedy/ES	0,1	0,1	0,2	0,4	0,5	0,1
Macaé/RJ	1,0	0,4	0,5	0,5	0,6	0,1
São José dos Campos/SP	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	0,1
Recife/PE	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,1
Vitória/ES	0,7	0,4	0,6	0,5	0,5	0,0
Fortaleza/CE	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0
Jundiaí/SP	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
Salvador/BA	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Porto Alegre/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,0
Camaçari/BA	1,0	1,2	0,9	0,7	0,7	(-) 0,0
São José dos Pinhais/PR	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	(-) 0,0
Rio de Janeiro/RJ	2,3	3,0	2,5	2,4	2,4	(-) 0,0
Sorocaba/SP	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,0
Campinas/SP	0,8	0,9	0,8	0,8	0,7	(-) 0,0
Caxias do Sul/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
Brasília/DF	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9	(-) 0,1
Betim/MG	1,5	1,6	1,4	1,2	1,2	(-) 0,1
Joinville/SC	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	(-) 0,1
Curitiba/PR	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	0,5	0,9	0,9	0,8	0,7	(-) 0,1
Guarulhos/SP	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	1,5	1,4	1,4	1,3	1,0	(-) 0,2
São Paulo/SP	8,7	8,9	8,2	7,9	7,6	(-) 0,3
Manaus/AM	1,9	2,1	2,2	2,0	1,7	(-) 0,3
Parauapebas/PA	0,7	0,6	1,5	1,8	1,4	(-) 0,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os ganhos de participação no valor adicionado bruto da Indústria dos municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), Cabo Frio (RJ) e Rio das Ostras (RJ) foram decorrentes do preço do barril de petróleo, em reais, como mencionado anteriormente.

O mesmo setor de atividade – extração mineral – foi responsável pela perda de participação do município paraense de Parauapebas. As reduções, sobretudo a registrada pelo minério de ferro, foram provenientes da desaceleração da demanda mundial, principalmente do mercado chinês, que sofreu reflexos da crise mundial.

O Município de Manaus (AM) perdeu participação em virtude do segmento Indústria de transformação. Os decréscimos da participação relativa do valor adicionado bruto da Indústria verificados nos Municípios de São Paulo (SP) e de São Bernardo do Campo (SP) ocorreram no segmento da Indústria de transformação.

Valor adicionado bruto dos Serviços

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços (Gráfico 3) ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2012, para essa atividade, foi de 0,86. Em toda a série, o único índice, por Unidade da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado de São Paulo (0,88). O menor índice foi do Estado do Acre, 0,68. Salienta-se a concentração dessa atividade no Município do Rio de Janeiro (RJ). O índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,83 e, excluindo-se o município da capital, passou a ser 0,68. No Apêndice 2, estão calculados os índices de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuíam valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 48,9% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. No Estado do Piauí, 54,5% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

A Tabela 14 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa²¹ no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2008 a 2012. Os três municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços foram, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF). Esta faixa concentrava 10,5% da população brasileira em 2012.

Em 2012, com 43 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 29,6% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 300 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 2,7% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de Resultados 5.

Na Tabela 15, é apresentado o valor adicionado bruto dos Serviços para as capitais brasileiras.

A geração do valor adicionado bruto dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 38,9% em 2012. Dos 43 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 20 correspondiam a capitais.

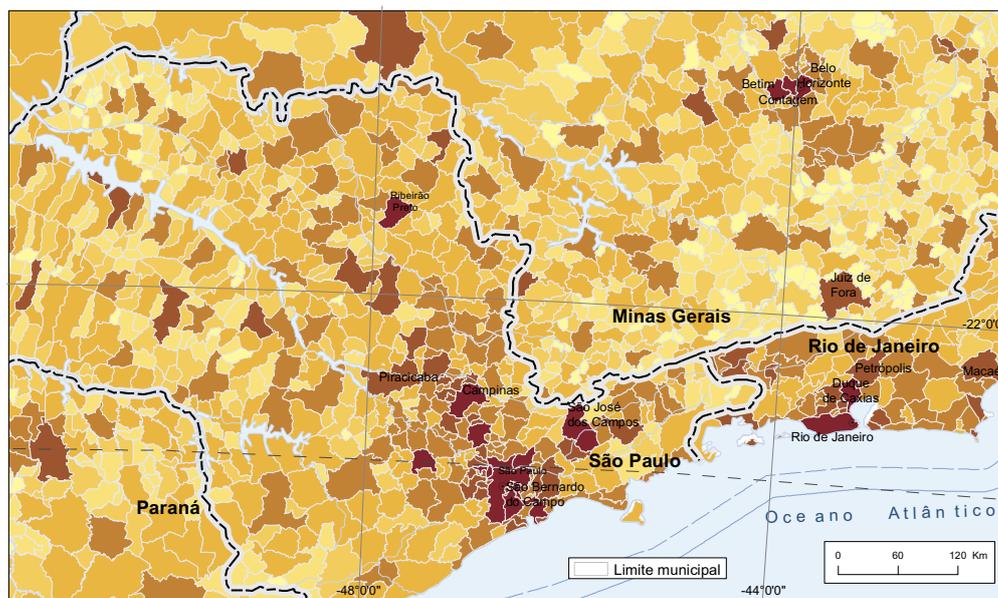
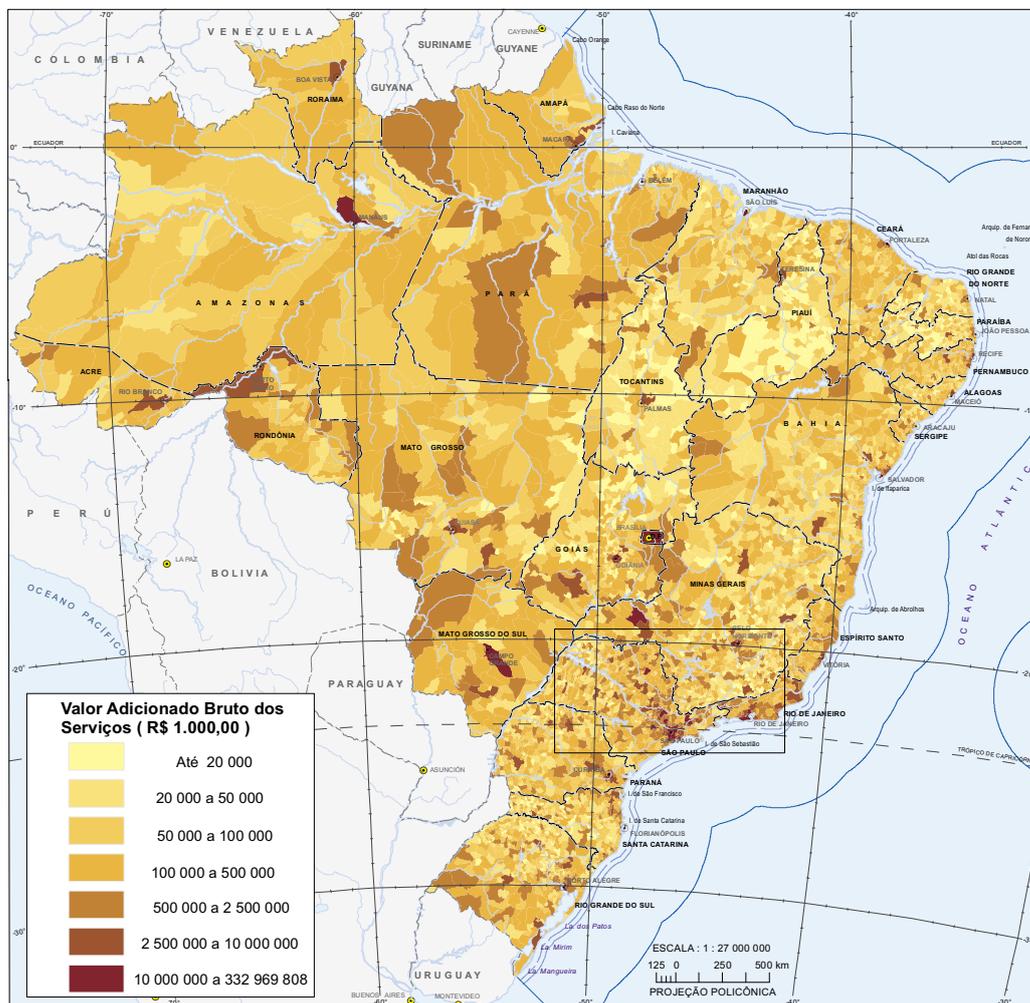
Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2012, obteve-se 22 municípios. A Tabela 16 mostra a participação desses municípios, de 2008 a 2012, e a diferença absoluta entre os anos de 2012 e 2011.

Em relação a 2011, ocorreu ganho de participação no valor adicionado bruto dos Serviços em São Luís (MA). A capital do Estado de São Paulo foi a que mais perdeu participação, seguida dos Municípios de Brasília (DF) e do Rio de Janeiro (RJ).

O segmento do Comércio e serviços de manutenção e reparação foi responsável pelo pequeno ganho de participação do Município de São Luís (MA).

²¹ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos Serviços - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabela 14 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2008-2012

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2008						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	35	0,6	19,2	37	0,7	28,2
De 50% a 75%	218	3,9	23,8	255	4,6	52,0
De 75% a 95%	1 932	34,7	33,8	2 187	39,3	85,9
De 95% a 99%	2 064	37,1	11,2	4 251	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 313	23,6	2,9	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	36	0,6	19,5	38	0,7	28,5
De 50% a 75%	223	4,0	24,1	261	4,7	52,6
De 75% a 95%	1 938	34,8	33,6	2 199	39,5	86,1
De 95% a 99%	2 051	36,9	11,0	4 250	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 315	23,6	2,9	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	37	0,7	19,2	39	0,7	28,4
De 50% a 75%	225	4,0	24,0	264	4,7	52,4
De 75% a 95%	1 941	34,9	33,9	2 205	39,6	86,3
De 95% a 99%	2 044	36,7	10,9	4 249	76,4	97,2
De 99% a 100%	1 316	23,6	2,8	5 565	100,0	100,0
2011						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	37	0,7	18,1	40	0,7	28,7
De 50% a 75%	228	4,1	24,0	268	4,8	52,6
De 75% a 95%	1 957	35,2	33,8	2 225	40,0	86,5
De 95% a 99%	2 035	36,6	10,8	4 260	76,5	97,2
De 99% a 100%	1 305	23,5	2,8	5 565	100,0	100,0
2012						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	40	0,7	19,0	43	0,8	29,6
De 50% a 75%	235	4,2	23,6	278	5,0	53,2
De 75% a 95%	1 964	35,3	33,4	2 242	40,3	86,6
De 95% a 99%	2 023	36,4	10,6	4 265	76,6	97,3
De 99% a 100%	1 300	23,4	2,7	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabela 15 - Valor adicionado bruto dos Serviços total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2012

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	332 969 808	13,0	1º
Rio de Janeiro/RJ	146 771 375	5,7	2º
Brasília/DF	139 916 619	5,5	3º
Belo Horizonte/MG	41 372 484	1,6	4º
Curitiba/PR	38 924 117	1,5	5º
Porto Alegre/RS	34 440 223	1,3	6º
Fortaleza/CE	29 879 821	1,2	7º
Salvador/BA	27 493 435	1,1	9º
Recife/PE	24 231 899	0,9	11º
Manaus/AM	22 240 821	0,9	13º
Goiânia/GO	21 177 363	0,8	14º
São Luís/MA	15 491 889	0,6	18º
Belém/PA	14 268 712	0,6	20º
Vitória/ES	13 184 272	0,5	22º
Campo Grande/MS	11 036 465	0,4	28º
Natal/RN	9 792 285	0,4	31º
Maceió/AL	9 568 096	0,4	34º
Cuiabá/MT	9 180 173	0,4	38º
Florianópolis/SC	9 134 547	0,4	39º
Teresina/PI	8 204 266	0,3	42º
João Pessoa/PB	7 186 797	0,3	48º
Aracaju/SE	6 869 737	0,3	50º
Porto Velho/RO	5 954 167	0,2	60º
Macapá/AP	5 356 414	0,2	66º
Boa Vista/RR	4 170 363	0,2	84º
Rio Branco/AC	3 427 140	0,1	100º
Palmas/TO	2 940 103	0,1	121º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabela 16 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2008-2012

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)					Diferença absoluta 2011/2012 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,1
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Recife/PE	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,0
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
Belo Horizonte/MG	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,0
Guarulhos/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Campinas/SP	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,0
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
Porto Alegre/RS	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	0,0
Vitória/ES	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0
Barueri/SP	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Curitiba/PR	1,7	1,6	1,6	1,6	1,5	0,0
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	(-) 0,1
Salvador/BA	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	(-) 0,1
Osasco/SP	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	(-) 0,1
Rio de Janeiro/RJ	6,1	6,0	5,8	5,9	5,7	(-) 0,2
Brasília/DF	5,7	5,7	5,8	5,7	5,5	(-) 0,2
São Paulo/SP	13,4	13,5	13,5	13,3	13,0	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

A perda de participação relativa do Município de São Paulo (SP) estava relacionada com o desempenho dos serviços de Intermediação financeira e Comércio, estes abaixo da média da economia. Em relação ao ano anterior, Brasília (DF) ganhou participação apenas nos segmentos Comércio e Intermediação financeira. No Município Rio de Janeiro (RJ), o setor de Serviços perdeu em termos proporcionais, por ter crescido menos do que a média nacional, em especial os segmentos de Serviços de informação e de Intermediação financeira.

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios. Por esse motivo, apesar do valor adicionado bruto dessa atividade estar inserido no valor adicionado bruto dos Serviços, divulga-se esse segmento em destaque.

O valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto desde 2008, foi de 0,77. Os maiores índices, 0,79 e 0,77, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto os menores, aos Estados do Maranhão e Bahia, 0,53 e 0,55, respectivamente. No Apêndice 2, estão calculados os índices de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

O Cartograma 7 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País. Dos 5 565 municípios brasileiros, 2 010 (36,1%) tinham mais do que $\frac{1}{3}$ da sua economia dependente dessa atividade.

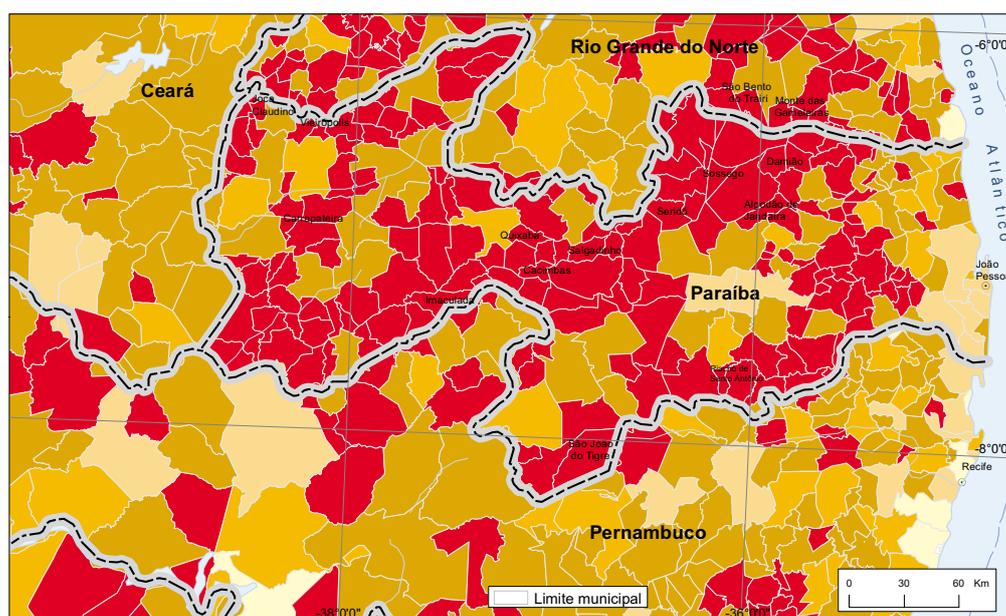
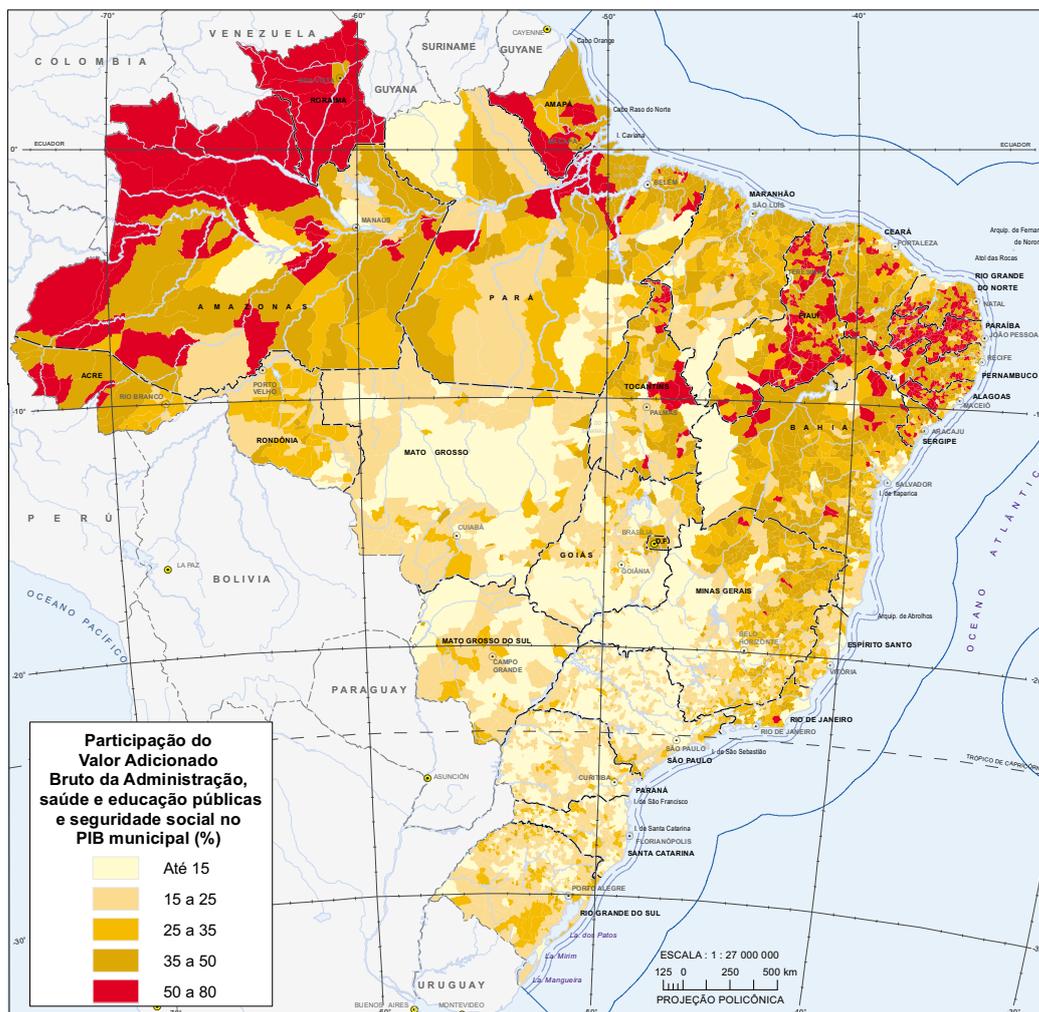
Em 2008, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,4%; em 2009, 14,1%; em 2010, 13,9%; em 2011, 13,9%; e, em 2012, 14,1%. A Tabela 17 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a $\frac{1}{3}$ do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Dois municípios apresentaram participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em relação ao PIB superior a 70,0%, em 2012: Uiramutã (RR), 80,4%, e Areia de Baraúnas (PB), 71,1%.

A atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50,0% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas da capital, Boa Vista, com 41,2%. A Tabela de Resultados 6 apresenta a posição ocupada, em 2012, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 14 delas, como pode ser notado na Tabela 18. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: Vitória (ES), 4,8%; São Paulo (SP), 6,0%, São Luís (MA), 7,6%; e Curitiba (PR), 8,0%.

Cartograma 7 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tabela 17 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2012

Unidades da Federação	Número total de municípios da Unidade da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	52	32,7
Acre	22	68,2
Amazonas	62	79,0
Roraima	15	100,0
Pará	143	61,5
Amapá	16	87,5
Tocantins	139	66,2
Maranhão	217	57,6
Piauí	224	89,7
Ceará	184	75,0
Rio Grande do Norte	167	81,4
Paraíba	223	91,9
Pernambuco	185	77,8
Alagoas	102	78,4
Sergipe	75	72,0
Bahia	417	63,3
Minas Gerais	853	27,5
Espírito Santo	78	20,5
Rio de Janeiro	92	43,5
São Paulo	645	1,9
Paraná	399	0,0
Santa Catarina	293	4,1
Rio Grande do Sul	496	6,0
Mato Grosso do Sul	78	5,1
Mato Grosso	141	5,0
Goiás	246	6,5
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 18 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2008-2012

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)					Participação da população em 2012 (%) (1)	
	2008	2009	2010	2011	2012	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	47,3	49,0	48,4	48,0	48,0	1,4	100,0
Macapá/AP	40,4	40,1	42,5	43,0	41,9	0,2	59,5
Boa Vista/RR	38,8	38,9	40,2	39,8	41,2	0,2	63,2
Rio Branco/AC	26,0	26,0	26,8	28,3	28,7	0,2	45,9
Palmas/TO	18,8	18,5	18,6	23,4	23,5	0,1	17,1
Porto Velho/RO	22,1	19,6	21,2	19,7	21,3	0,2	27,8
João Pessoa/PB	17,8	17,6	19,0	20,2	19,6	0,4	19,5
Aracaju/SE	17,0	18,0	18,0	19,2	18,1	0,3	27,8
Natal/RN	18,0	17,5	18,0	18,6	18,1	0,4	25,3
Campo Grande/MS	16,8	16,3	16,3	16,3	17,0	0,4	32,2
Teresina/PI	14,7	14,4	14,4	14,9	14,5	0,4	26,3
Maceió/AL	14,7	14,5	14,5	13,9	14,4	0,5	30,1
Cuiabá/MT	13,1	12,8	13,7	13,3	14,1	0,3	18,0
Rio de Janeiro/RJ	13,2	13,2	13,7	13,7	13,8	3,3	39,4
Belém/PA	12,0	12,2	12,3	12,4	12,6	0,7	18,1
Porto Alegre/RS	10,0	10,1	11,5	11,9	12,3	0,7	13,2
Fortaleza/CE	12,3	12,4	12,0	11,8	11,8	1,3	29,1
Goiânia/GO	11,0	10,4	11,3	11,3	11,6	0,7	21,7
Recife/PE	12,5	12,7	12,2	11,8	11,5	0,8	17,4
Belo Horizonte/MG	10,7	10,5	10,4	10,9	10,8	1,2	12,1
Florianópolis/SC	10,7	11,7	10,7	10,9	10,8	0,2	6,8
Salvador/BA	10,1	10,0	9,7	9,9	10,6	1,4	19,1
Manaus/AM	9,1	9,5	9,3	9,6	10,3	1,0	51,8
Curitiba/PR	7,1	7,5	7,1	7,4	8,0	0,9	16,8
São Luís/MA	8,0	9,2	10,0	8,6	7,6	0,5	15,5
São Paulo/SP	6,0	6,2	5,8	5,8	6,0	5,9	27,2
Vitória/ES	4,1	5,2	4,8	4,4	4,8	0,2	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	499 375 401	11,37	11,37
Rio de Janeiro/RJ	2º	220 924 561	5,03	16,40
Brasília/DF	3º	171 235 534	3,90	20,30
Curitiba/PR	4º	59 151 308	1,35	21,65
Belo Horizonte/MG	5º	58 374 103	1,33	22,97
Manaus/AM	6º	49 824 579	1,13	24,11
Porto Alegre/RS	7º	48 002 209	1,09	25,20
Campos dos Goytacazes/RJ	8º	45 129 215	1,03	26,23
Guarulhos/SP	9º	44 670 723	1,02	27,25
Fortaleza/CE	10º	43 402 190	0,99	28,23
Campinas/SP	11º	42 766 024	0,97	29,21
Salvador/BA	12º	39 866 168	0,91	30,12
Osasco/SP	13º	39 198 919	0,89	31,01
Santos/SP	14º	37 722 531	0,86	31,87
Recife/PE	15º	36 821 898	0,84	32,71
São Bernardo do Campo/SP	16º	34 185 281	0,78	33,48
Barueri/SP	17º	33 075 587	0,75	34,24
Goiânia/GO	18º	30 131 330	0,69	34,92
Vitória/ES	19º	28 655 025	0,65	35,58
Betim/MG	20º	28 100 845	0,64	36,22
São José dos Campos/SP	21º	28 089 096	0,64	36,85
Duque de Caxias/RJ	22º	27 121 886	0,62	37,47
São Luís/MA	23º	24 601 718	0,56	38,03
Jundiaí/SP	24º	23 712 625	0,54	38,57
Uberlândia/MG	25º	21 420 638	0,49	39,06
Contagem/MG	26º	20 647 181	0,47	39,53
Belém/PA	27º	20 557 946	0,47	40,00
Ribeirão Preto/SP	28º	20 300 802	0,46	40,46
Itajaí/SC	29º	19 754 199	0,45	40,91
Sorocaba/SP	30º	19 019 098	0,43	41,34
Joinville/SC	31º	18 299 283	0,42	41,76
Santo André/SP	32º	18 085 141	0,41	42,17
Campo Grande/MS	33º	16 970 656	0,39	42,56
Parauapebas/PA	34º	16 733 726	0,38	42,94
Caxias do Sul/RS	35º	16 651 357	0,38	43,32
São José dos Pinhais/PR	36º	15 419 051	0,35	43,67
Niterói/RJ	37º	15 112 496	0,34	44,01
Canoas/RS	38º	14 856 173	0,34	44,35
Serra/ES	39º	14 850 851	0,34	44,69
Macaé/RJ	40º	14 459 881	0,33	45,02
Maceió/AL	41º	13 694 808	0,31	45,33
Cuiabá/MT	42º	13 298 345	0,30	45,63
Natal/RN	43º	13 291 177	0,30	45,94
Araucária/PR	44º	13 282 426	0,30	46,24
Londrina/PR	45º	12 826 470	0,29	46,53
Camaçari/BA	46º	12 669 924	0,29	46,82
São Caetano do Sul/SP	47º	12 620 623	0,29	47,11
Florianópolis/SC	48º	12 614 711	0,29	47,39
Cabo Frio/RJ	49º	12 480 926	0,28	47,68
Teresina/PI	50º	12 306 772	0,28	47,96

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Gonçalo/RJ	51º	11 976 716	0,27	48,23
Piracicaba/SP	52º	11 887 388	0,27	48,50
Anápolis/GO	53º	11 690 888	0,27	48,77
Diadema/SP	54º	11 645 673	0,27	49,03
Ipojuca/PE	55º	11 595 851	0,26	49,30
Rio das Ostras/RJ	56º	11 327 340	0,26	49,55
João Pessoa/PB	57º	11 225 777	0,26	49,81
Louveira/SP	58º	11 173 992	0,25	50,06
Angra dos Reis/RJ	59º	10 973 424	0,25	50,31
Blumenau/SC	60º	10 927 079	0,25	50,56
São José do Rio Preto/SP	61º	10 738 220	0,24	50,81
Nova Iguaçu/RJ	62º	10 665 648	0,24	51,05
Maringá/PR	63º	10 246 122	0,23	51,28
Juiz de Fora/MG	64º	10 078 403	0,23	51,51
Paranaguá/PR	65º	10 007 402	0,23	51,74
Aracaju/SE	66º	9 813 852	0,22	51,96
Porto Velho/RO	67º	9 775 427	0,22	52,19
Paulínia/SP	68º	9 749 771	0,22	52,41
Mogi das Cruzes/SP	69º	9 737 244	0,22	52,63
Jaboatão dos Guararapes/PE	70º	9 480 125	0,22	52,85
Taubaté/SP	71º	9 429 900	0,21	53,06
Uberaba/MG	72º	9 368 416	0,21	53,27
Volta Redonda/RJ	73º	9 187 069	0,21	53,48
Petrópolis/RJ	74º	9 133 358	0,21	53,69
Rio Grande/RS	75º	8 965 447	0,20	53,90
Feira de Santana/BA	76º	8 635 051	0,20	54,09
Bauru/SP	77º	8 430 517	0,19	54,28
Mauá/SP	78º	7 863 726	0,18	54,46
Sumaré/SP	79º	7 812 309	0,18	54,64
Foz do Iguaçu/PR	80º	7 771 320	0,18	54,82
Limeira/SP	81º	7 718 277	0,18	54,99
Belford Roxo/RJ	82º	7 542 639	0,17	55,17
Vila Velha/ES	83º	7 535 326	0,17	55,34
Cotia/SP	84º	7 463 856	0,17	55,51
Aparecida de Goiânia/GO	85º	7 437 833	0,17	55,68
Americana/SP	86º	7 131 532	0,16	55,84
Ipatinga/MG	87º	7 127 482	0,16	56,00
Gravataí/RS	88º	6 936 437	0,16	56,16
Ponta Grossa/PR	89º	6 930 451	0,16	56,32
Cariacica/ES	90º	6 771 111	0,15	56,47
Hortolândia/SP	91º	6 761 007	0,15	56,63
Itapevi/SP	92º	6 712 576	0,15	56,78
Jaraguá do Sul/SC	93º	6 686 194	0,15	56,93
Vinhedo/SP	94º	6 561 501	0,15	57,08
Macapá/AP	95º	6 453 597	0,15	57,23
Cubatão/SP	96º	6 348 145	0,14	57,37
Cascavel/PR	97º	6 282 718	0,14	57,51
Passo Fundo/RS	98º	6 275 589	0,14	57,66
Rio Verde/GO	99º	6 264 991	0,14	57,80
Matão/SP	100º	6 194 929	0,14	57,94

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	População (1)
Presidente Kennedy/ES	1º	511 967,24	10 429
Louveira/SP	2º	285 619,15	39 122
Confins/MG	3º	270 512,88	6 077
Triunfo/RS	4º	230 483,69	26 341
Quissamã/RJ	5º	230 344,73	21 234
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG	6º	227 885,15	9 976
Anchieta/ES	7º	207 431,28	24 616
Porto Real/RJ	8º	174 372,58	17 272
Araporã/MG	9º	173 235,94	6 271
Campos de Júlio/MT	10º	167 736,94	5 494
Jambeiro/SP	11º	151 028,00	5 554
São João da Barra/RJ	12º	146 205,05	33 512
Santa Rita do Trivelato/MT	13º	142 974,33	2 676
Ipojuca/PE	14º	138 273,00	83 862
Barueri/SP	15º	134 644,08	245 652
Itapemirim/ES	16º	130 801,25	31 421
São Francisco do Sul/SC	17º	115 032,69	44 064
Itiquira/MT	18º	114 959,20	11 822
Itatiaiuçu/MG	19º	113 352,40	10 142
Paulínia/SP	20º	112 324,55	86 800
Extrema/MG	21º	109 522,15	30 016
Estrela d'Oeste/SP	22º	108 839,73	8 201
Araucária/PR	23º	108 094,42	122 878
Canaã dos Carajás/PA	24º	107 164,39	29 101
Alto Horizonte/GO	25º	106 237,57	4 799
Guamaré/RN	26º	104 639,06	13 047
Itajai/SC	27º	104 635,28	188 791
Alto Taquari/MT	28º	101 927,94	8 615
Parauapebas/PA	29º	100 598,32	166 342
Vinhedo/SP	30º	99 285,80	66 087
Sapezal/MT	31º	98 795,26	19 639
Rio das Ostras/RJ	32º	97 536,81	116 134
São Simão/GO	33º	97 087,67	17 622
Campos dos Goytacazes/RJ	34º	95 552,01	472 300
Casimiro de Abreu/RJ	35º	95 072,28	37 340
Chapadão do Céu/GO	36º	95 022,42	7 488
Cairu/BA	37º	93 883,97	15 973
Santos/SP	38º	89 898,17	419 614
Alumínio/SP	39º	89 374,86	17 079
Cordeirópolis/SP	40º	87 609,11	21 607
Pinhal da Serra/RS	41º	86 506,48	2 089
Vitória/ES	42º	86 009,28	333 162
Ipiranga do Norte/MT	43º	85 091,84	5 631
Cajamar/SP	44º	85 031,31	66 131
Armação dos Búzios/RJ	45º	84 932,64	28 973
São Caetano do Sul/SP	46º	83 781,14	150 638
Jaguariúna/SP	47º	81 040,40	46 533
Matão/SP	48º	79 887,15	77 546
Pimenteiras do Oeste/RO	49º	79 590,81	2 283
Gavião Peixoto/SP	50º	79 303,21	4 464

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)			
Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$) (1)	População (2)
Araçariguama/SP	51º	79 292,12	17 975
Ouroeste/SP	52º	77 433,35	8 725
Sandovalina/SP	53º	74 533,95	3 792
Água Comprida/MG	54º	74 510,07	2 015
Tapira/MG	55º	74 325,79	4 231
Itatiaia/RJ	56º	73 568,93	29 394
Cabreúva/SP	57º	73 013,65	42 889
Mariana/MG	58º	72 298,71	55 353
Betim/MG	59º	72 262,27	388 873
Nova Lima/MG	60º	71 792,07	83 507
Santo Antônio do Leste/MT	61º	70 568,99	4 038
Paranaguá/PR	62º	70 251,04	142 452
Aratiba/RS	63º	69 760,55	6 482
Saudade do Iguaçu/PR	64º	68 935,81	5 092
Nova Ubiratã/MT	65º	67 949,68	9 757
Porteirão/GO	66º	66 848,52	3 427
Macaé/RJ	67º	66 344,64	217 951
Carapebus/RJ	68º	64 804,21	14 024
Cachoeira Dourada/GO	69º	64 778,88	8 214
Brasília/DF	70º	64 653,00	2 648 532
Cabo Frio/RJ	71º	63 940,15	195 197
Ariranha/SP	72º	63 902,46	8 709
São João Batista do Glória/MG	73º	63 856,94	6 981
Jundiá/SP	74º	62 867,69	377 183
São José da Barra/MG	75º	62 655,60	6 888
Indianópolis/MG	76º	62 642,71	6 312
Campo Novo do Parecis/MT	77º	62 562,98	29 078
Pontes Gestal/SP	78º	62 514,05	2 515
Ouro Branco/MG	79º	62 506,73	36 006
Angra dos Reis/RJ	80º	61 961,39	177 101
Nova Mutum/MT	81º	61 944,89	34 374
Borá/SP	82º	61 667,22	807
São Francisco do Conde/BA	83º	61 406,66	34 226
Ouro Preto/MG	84º	61 266,33	70 886
Muitos Capões/RS	85º	61 150,80	3 007
Treze Tílias/SC	86º	61 124,66	6 568
Cerquilha/SP	87º	60 959,53	41 144
Catalão/GO	88º	60 915,30	90 004
Fronteira/MG	89º	60 883,74	14 799
Fortaleza de Minas/MG	90º	60 705,94	4 150
Candeias/BA	91º	60 583,95	84 121
Turvelândia/GO	92º	60 291,86	4 532
Alto Araguaia/MT	93º	59 705,41	16 284
Indianópolis/PR	94º	59 151,47	4 313
Querência/MT	95º	58 958,77	13 903
Queiroz/SP	96º	58 683,72	2 905
Osasco/SP	97º	58 604,08	668 877
Diamantino/MT	98º	58 527,23	20 605
Taciba/SP	99º	57 513,15	5 789
Nova Maringá/MT	100º	57 294,35	6 989

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Desidério/BA	1º	1 143 505	0,58	0,58
Sorriso/MT	2º	982 880	0,50	1,07
Rio Verde/GO	3º	951 809	0,48	1,55
Sapezal/MT	4º	906 100	0,46	2,01
Campo Verde/MT	5º	791 205	0,40	2,41
Primavera do Leste/MT	6º	789 670	0,40	2,81
Cristalina/GO	7º	775 057	0,39	3,20
Campo Novo do Parecis/MT	8º	726 444	0,37	3,57
Jataí/GO	9º	698 941	0,35	3,92
Uberaba/MG	10º	685 221	0,35	4,27
Formosa do Rio Preto/BA	11º	604 137	0,30	4,57
Nova Mutum/MT	12º	592 614	0,30	4,87
Unai/MG	13º	567 530	0,29	5,16
Diamantino/MT	14º	525 062	0,26	5,42
Brasília/DF	15º	511 208	0,26	5,68
Barreiras/BA	16º	499 945	0,25	5,93
Lucas do Rio Verde/MT	17º	498 906	0,25	6,18
Santa Maria de Jetibá/ES	18º	486 459	0,25	6,43
Paracatu/MG	19º	486 078	0,25	6,67
Itiquira/MT	20º	484 393	0,24	6,92
Patrocínio/MG	21º	468 995	0,24	7,15
Uberlândia/MG	22º	446 826	0,23	7,38
Perdizes/MG	23º	444 908	0,22	7,60
Petrolina/PE	24º	436 037	0,22	7,82
Castro/PR	25º	422 740	0,21	8,04
Nova Ubiratã/MT	26º	420 772	0,21	8,25
Maracaju/MS	27º	418 035	0,21	8,46
Campos de Júlio/MT	28º	406 903	0,21	8,67
Chapadão do Céu/GO	29º	393 673	0,20	8,87
Vilhena/RO	30º	380 117	0,19	9,06
Manacapuru/AM	31º	372 661	0,19	9,25
Frutal/MG	32º	371 700	0,19	9,43
Itapetininga/SP	33º	370 042	0,19	9,62
Rio Brilhante/MS	34º	367 710	0,19	9,81
Balsas/MA	35º	347 496	0,18	9,98
Luis Eduardo Magalhães/BA	36º	345 301	0,17	10,16
São Félix do Xingu/PA	37º	332 944	0,17	10,32
Dourados/MS	38º	328 675	0,17	10,49
Porto Velho/RO	39º	325 844	0,16	10,65
Sidrolândia/MS	40º	321 540	0,16	10,82
João Pinheiro/MG	41º	315 972	0,16	10,98
Araguari/MG	42º	307 544	0,16	11,13
Alegrete/RS	43º	306 823	0,15	11,29
Itacoatiara/AM	44º	306 738	0,15	11,44
Ipameri/GO	45º	302 416	0,15	11,59
Coromandel/MG	46º	295 946	0,15	11,74
Querência/MT	47º	294 923	0,15	11,89
Catalão/GO	48º	287 862	0,15	12,04
Tangará da Serra/MT	49º	287 003	0,14	12,18
Juara/MT	50º	284 779	0,14	12,32

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Rondonópolis/MT	51º	284 514	0,14	12,47
Linhares/ES	52º	283 937	0,14	12,61
Aripuanã/MT	53º	283 477	0,14	12,75
Nova Maringá/MT	54º	281 960	0,14	12,90
Luziânia/GO	55º	281 513	0,14	13,04
Costa Rica/MS	56º	281 189	0,14	13,18
Rio Paranaíba/MG	57º	281 131	0,14	13,32
Presidente Figueiredo/AM	58º	280 745	0,14	13,46
Quirinópolis/GO	59º	279 501	0,14	13,61
Açailândia/MA	60º	278 942	0,14	13,75
São Mateus/ES	61º	278 692	0,14	13,89
Ponta Porã/MS	62º	278 610	0,14	14,03
Goiatuba/GO	63º	278 244	0,14	14,17
Mineiros/GO	64º	276 116	0,14	14,31
Morrinhos/GO	65º	275 126	0,14	14,45
Poxoréo/MT	66º	274 692	0,14	14,59
Tapurah/MT	67º	273 976	0,14	14,72
Uruguaiana/RS	68º	271 122	0,14	14,86
Brasnorte/MT	69º	270 119	0,14	15,00
Conceição das Alagoas/MG	70º	269 290	0,14	15,13
Ipiranga do Norte/MT	71º	267 201	0,13	15,27
Tabaporã/MT	72º	266 998	0,13	15,40
Tibagi/PR	73º	263 708	0,13	15,54
Correntina/BA	74º	262 014	0,13	15,67
Feliz Natal/MT	75º	258 317	0,13	15,80
Sacramento/MG	76º	257 584	0,13	15,93
Patos de Minas/MG	77º	255 908	0,13	16,06
Grajaú/MA	78º	251 199	0,13	16,18
Montividiu/GO	79º	248 958	0,13	16,31
Santa Rita do Trivelato/MT	80º	248 422	0,13	16,43
Riachão das Neves/BA	81º	247 441	0,12	16,56
Cascavel/PR	82º	246 962	0,12	16,68
Itumbiara/GO	83º	245 834	0,12	16,81
Telêmaco Borba/PR	84º	243 568	0,12	16,93
Tasso Fragoso/MA	85º	243 072	0,12	17,05
Manicoré/AM	86º	242 561	0,12	17,18
Corumbá/MS	87º	242 417	0,12	17,30
Caxias do Sul/RS	88º	240 599	0,12	17,42
São Gabriel do Oeste/MS	89º	235 300	0,12	17,54
Monte Alegre de Minas/MG	90º	233 855	0,12	17,66
Bom Jesus de Goiás/GO	91º	233 464	0,12	17,77
Paraúna/GO	92º	233 337	0,12	17,89
Dom Pedrito/RS	93º	232 892	0,12	18,01
Ibiá/MG	94º	232 209	0,12	18,13
Lábrea/AM	95º	231 071	0,12	18,24
Novo São Joaquim/MT	96º	230 350	0,12	18,36
Cáceres/MT	97º	227 512	0,11	18,47
Chapadão do Sul/MS	98º	226 097	0,11	18,59
Corumbiara/RO	99º	226 053	0,11	18,70
Barra do Corda/MA	100º	226 016	0,11	18,82

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	73 654 743	7,60	7,60
Campos dos Goytacazes/RJ	2º	35 899 588	3,70	11,30
Rio de Janeiro/RJ	3º	23 096 457	2,38	13,69
Manaus/AM	4º	16 272 139	1,68	15,37
Parauapebas/PA	5º	13 666 500	1,41	16,78
Betim/MG	6º	11 315 060	1,17	17,94
São José dos Campos/SP	7º	11 103 077	1,15	19,09
São Bernardo do Campo/SP	8º	9 928 133	1,02	20,11
Guarulhos/SP	9º	9 478 703	0,98	21,09
Rio das Ostras/RJ	10º	8 927 270	0,92	22,01
Cabo Frio/RJ	11º	8 748 759	0,90	22,91
Brasília/DF	12º	8 431 253	0,87	23,78
Curitiba/PR	13º	7 966 911	0,82	24,61
Belo Horizonte/MG	14º	7 621 381	0,79	25,39
Campinas/SP	15º	7 040 670	0,73	26,12
Fortaleza/CE	16º	6 876 703	0,71	26,83
Joinville/SC	17º	6 710 552	0,69	27,52
Duque de Caxias/RJ	18º	6 473 107	0,67	28,19
Jundiaí/SP	19º	6 401 500	0,66	28,85
Camaçari/BA	20º	6 399 497	0,66	29,51
São José dos Pinhais/PR	21º	6 105 891	0,63	30,14
Macaé/RJ	22º	6 014 325	0,62	30,76
Recife/PE	23º	5 729 456	0,59	31,35
Caxias do Sul/RS	24º	5 643 613	0,58	31,93
Salvador/BA	25º	5 367 635	0,55	32,49
Porto Alegre/RS	26º	5 315 472	0,55	33,04
Presidente Kennedy/ES	27º	5 202 590	0,54	33,57
Vitória/ES	28º	5 174 371	0,53	34,11
Sorocaba/SP	29º	5 029 426	0,52	34,62
Contagem/MG	30º	4 585 411	0,47	35,10
Araucária/PR	31º	4 534 816	0,47	35,57
Uberlândia/MG	32º	4 389 119	0,45	36,02
Barueri/SP	33º	4 313 150	0,45	36,46
Goiânia/GO	34º	4 255 668	0,44	36,90
Foz do Iguaçu/PR	35º	4 205 689	0,43	37,34
São Luís/MA	36º	4 173 297	0,43	37,77
Santo André/SP	37º	4 104 231	0,42	38,19
São João da Barra/RJ	38º	4 095 517	0,42	38,61
Serra/ES	39º	4 025 987	0,42	39,03
Anchieta/ES	40º	4 002 047	0,41	39,44
Diadema/SP	41º	3 935 839	0,41	39,85
Triunfo/RS	42º	3 887 153	0,40	40,25
Maricá/RJ	43º	3 876 447	0,40	40,65
Itapemirim/ES	44º	3 791 901	0,39	41,04
Anápolis/GO	45º	3 772 666	0,39	41,43
São Caetano do Sul/SP	46º	3 771 411	0,39	41,82
Nova Lima/MG	47º	3 606 126	0,37	42,19
Niterói/RJ	48º	3 572 704	0,37	42,56
Blumenau/SC	49º	3 553 029	0,37	42,93
Santos/SP	50º	3 509 482	0,36	43,29

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Quissamã/RJ	51º	3 466 634	0,36	43,65
Matão/SP	52º	3 402 838	0,35	44,00
Taubaté/SP	53º	3 400 070	0,35	44,35
Piracicaba/SP	54º	3 248 627	0,34	44,68
Jaraguá do Sul/SC	55º	3 231 357	0,33	45,02
Petrópolis/RJ	56º	3 174 982	0,33	45,34
Ipatinga/MG	57º	3 085 899	0,32	45,66
Cubatão/SP	58º	3 063 230	0,32	45,98
Canoas/RS	59º	3 001 869	0,31	46,29
Campo Grande/MS	60º	2 970 292	0,31	46,59
Gravataí/RS	61º	2 957 836	0,31	46,90
Ouro Preto/MG	62º	2 941 726	0,30	47,20
Mariana/MG	63º	2 915 645	0,30	47,50
Cabo de Santo Agostinho/PE	64º	2 799 675	0,29	47,79
Ribeirão Preto/SP	65º	2 798 759	0,29	48,08
Osasco/SP	66º	2 774 796	0,29	48,37
Sumaré/SP	67º	2 614 623	0,27	48,64
Jaboatão dos Guararapes/PE	68º	2 612 981	0,27	48,91
Paulínia/SP	69º	2 607 484	0,27	49,18
Canaã dos Carajás/PA	70º	2 594 142	0,27	49,44
Volta Redonda/RJ	71º	2 575 748	0,27	49,71
Belém/PA	72º	2 560 348	0,26	49,97
Belford Roxo/RJ	73º	2 557 151	0,26	50,24
Catalão/GO	74º	2 490 704	0,26	50,49
Casimiro de Abreu/RJ	75º	2 472 399	0,26	50,75
Uberaba/MG	76º	2 461 437	0,25	51,00
Itabira/MG	77º	2 453 963	0,25	51,26
Louveira/SP	78º	2 453 089	0,25	51,51
João Pessoa/PB	79º	2 444 365	0,25	51,76
Mauá/SP	80º	2 439 809	0,25	52,01
Ipojuca/PE	81º	2 391 696	0,25	52,26
Sete Lagoas/MG	82º	2 332 129	0,24	52,50
Limeira/SP	83º	2 287 249	0,24	52,74
Resende/RJ	84º	2 272 085	0,23	52,97
Juiz de Fora/MG	85º	2 175 847	0,22	53,20
Aracruz/ES	86º	2 159 354	0,22	53,42
Teresina/PI	87º	2 147 479	0,22	53,64
Maceió/AL	88º	2 142 322	0,22	53,86
Vinhedo/SP	89º	2 141 873	0,22	54,08
Mogi das Cruzes/SP	90º	2 125 350	0,22	54,30
Tucuruí/PA	91º	2 099 493	0,22	54,52
Jacareí/SP	92º	2 051 081	0,21	54,73
Americana/SP	93º	2 039 054	0,21	54,94
Rio Grande/RS	94º	2 024 582	0,21	55,15
Rio Claro/SP	95º	2 020 889	0,21	55,36
Suzano/SP	96º	1 991 387	0,21	55,56
Angra dos Reis/RJ	97º	1 987 277	0,21	55,77
Ponta Grossa/PR	98º	1 981 039	0,20	55,97
Coari/AM	99º	1 974 752	0,20	56,18
Rio Verde/GO	100º	1 948 575	0,20	56,38

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	332 969 808	13,02	13,02
Rio de Janeiro/RJ	2º	146 771 375	5,74	18,76
Brasília/DF	3º	139 916 619	5,47	24,23
Belo Horizonte/MG	4º	41 372 484	1,62	25,84
Curitiba/PR	5º	38 924 117	1,52	27,37
Porto Alegre/RS	6º	34 440 223	1,35	28,71
Fortaleza/CE	7º	29 879 821	1,17	29,88
Osasco/SP	8º	27 637 884	1,08	30,96
Salvador/BA	9º	27 493 435	1,07	32,04
Guarulhos/SP	10º	26 433 147	1,03	33,07
Recife/PE	11º	24 231 899	0,95	34,02
Campinas/SP	12º	24 146 686	0,94	34,96
Manaus/AM	13º	22 240 821	0,87	35,83
Goiânia/GO	14º	21 177 363	0,83	36,66
Barueri/SP	15º	20 483 371	0,80	37,46
São Bernardo do Campo/SP	16º	17 299 285	0,68	38,14
Duque de Caxias/RJ	17º	17 202 567	0,67	38,81
São Luís/MA	18º	15 491 889	0,61	39,41
Ribeirão Preto/SP	19º	14 963 559	0,59	40,00
Belém/PA	20º	14 268 712	0,56	40,56
Jundiaí/SP	21º	13 252 921	0,52	41,08
Vitória/ES	22º	13 184 272	0,52	41,59
São José dos Campos/SP	23º	12 740 856	0,50	42,09
Contagem/MG	24º	12 497 075	0,49	42,58
Uberlândia/MG	25º	11 620 335	0,45	43,03
Santo André/SP	26º	11 450 995	0,45	43,48
Santos/SP	27º	11 416 301	0,45	43,93
Campo Grande/MS	28º	11 036 465	0,43	44,36
Betim/MG	29º	10 684 185	0,42	44,78
Sorocaba/SP	30º	10 404 945	0,41	45,18
Natal/RN	31º	9 792 285	0,38	45,57
Canoas/RS	32º	9 727 452	0,38	45,95
Itajaí/SC	33º	9 644 532	0,38	46,32
Maceió/AL	34º	9 568 096	0,37	46,70
São Gonçalo/RJ	35º	9 545 165	0,37	47,07
Niterói/RJ	36º	9 513 043	0,37	47,44
Joinville/SC	37º	9 248 009	0,36	47,80
Cuiabá/MT	38º	9 180 173	0,36	48,16
Florianópolis/SC	39º	9 134 547	0,36	48,52
Londrina/PR	40º	8 478 797	0,33	48,85
Nova Iguaçu/RJ	41º	8 305 676	0,32	49,18
Teresina/PI	42º	8 204 266	0,32	49,50
Campos dos Goytacazes/RJ	43º	8 097 844	0,32	49,81
São José do Rio Preto/SP	44º	8 029 021	0,31	50,13
Caxias do Sul/RS	45º	7 926 524	0,31	50,44
Serra/ES	46º	7 658 282	0,30	50,74
Angra dos Reis/RJ	47º	7 631 200	0,30	51,03
João Pessoa/PB	48º	7 186 797	0,28	51,32
Maringá/PR	49º	7 022 585	0,27	51,59
Aracaju/SE	50º	6 869 737	0,27	51,86

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Araucária/PR	51º	6 869 190	0,27	52,13
Louveira/SP	52º	6 817 698	0,27	52,39
Macaé/RJ	53º	6 663 014	0,26	52,65
Piracicaba/SP	54º	6 504 645	0,25	52,91
Juiz de Fora/MG	55º	6 217 420	0,24	53,15
Mogi das Cruzes/SP	56º	6 172 133	0,24	53,39
Bauru/SP	57º	6 131 911	0,24	53,63
São José dos Pinhais/PR	58º	6 086 242	0,24	53,87
Blumenau/SC	59º	6 036 630	0,24	54,11
Porto Velho/RO	60º	5 954 167	0,23	54,34
Diadema/SP	61º	5 810 367	0,23	54,57
Paulínia/SP	62º	5 594 024	0,22	54,79
São Caetano do Sul/SP	63º	5 468 765	0,21	55,00
Jaboatão dos Guararapes/PE	64º	5 397 721	0,21	55,21
Feira de Santana/BA	65º	5 367 869	0,21	55,42
Macapá/AP	66º	5 356 414	0,21	55,63
Ipojuca/PE	67º	5 066 262	0,20	55,83
Petrópolis/RJ	68º	4 966 826	0,19	56,02
Aparecida de Goiânia/GO	69º	4 877 364	0,19	56,21
Vila Velha/ES	70º	4 872 844	0,19	56,40
Volta Redonda/RJ	71º	4 701 913	0,18	56,59
Anápolis/GO	72º	4 640 295	0,18	56,77
São João de Meriti/RJ	73º	4 637 732	0,18	56,95
Uberaba/MG	74º	4 563 714	0,18	57,13
Passo Fundo/RS	75º	4 459 373	0,17	57,30
Itapevi/SP	76º	4 453 170	0,17	57,48
Cotia/SP	77º	4 384 896	0,17	57,65
Mauá/SP	78º	4 316 518	0,17	57,82
Cascavel/PR	79º	4 312 298	0,17	57,99
Cariacica/ES	80º	4 307 670	0,17	58,15
Belford Roxo/RJ	81º	4 281 752	0,17	58,32
Limeira/SP	82º	4 274 563	0,17	58,49
Taubaté/SP	83º	4 272 548	0,17	58,66
Boa Vista/RR	84º	4 170 363	0,16	58,82
Americana/SP	85º	4 115 093	0,16	58,98
Franca/SP	86º	4 084 935	0,16	59,14
Hortolândia/SP	87º	4 028 743	0,16	59,30
Pelotas/RS	88º	3 977 148	0,16	59,45
Rio Grande/RS	89º	3 972 668	0,16	59,61
Ponta Grossa/PR	90º	3 947 978	0,15	59,76
São José/SC	91º	3 881 922	0,15	59,91
Araraquara/SP	92º	3 748 047	0,15	60,06
Camaçari/BA	93º	3 739 804	0,15	60,21
Presidente Prudente/SP	94º	3 531 921	0,14	60,34
Novo Hamburgo/RS	95º	3 498 392	0,14	60,48
Santa Maria/RS	96º	3 493 225	0,14	60,62
Montes Claros/MG	97º	3 492 133	0,14	60,75
Araçatuba/SP	98º	3 471 440	0,14	60,89
Santana de Parnaíba/SP	99º	3 432 545	0,13	61,02
Rio Branco/AC	100º	3 427 140	0,13	61,16

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Brasília/DF	1º	82 213 017	13,29	13,29
Rio de Janeiro/RJ	2º	30 586 207	4,95	18,24
São Paulo/SP	3º	29 768 377	4,81	23,05
Belo Horizonte/MG	4º	6 301 740	1,02	24,07
Porto Alegre/RS	5º	5 882 519	0,95	25,02
Manaus/AM	6º	5 116 843	0,83	25,85
Fortaleza/CE	7º	5 104 483	0,83	26,67
Curitiba/PR	8º	4 733 639	0,77	27,44
Recife/PE	9º	4 226 022	0,68	28,12
Salvador/BA	10º	4 206 608	0,68	28,80
São Gonçalo/RJ	11º	4 138 772	0,67	29,47
Duque de Caxias/RJ	12º	4 077 599	0,66	30,13
Goiânia/GO	13º	3 503 534	0,57	30,70
Nova Iguaçu/RJ	14º	3 370 864	0,55	31,24
Guarulhos/SP	15º	3 178 755	0,51	31,76
Campinas/SP	16º	3 027 056	0,49	32,25
Campo Grande/MS	17º	2 888 665	0,47	32,71
Macapá/AP	18º	2 701 686	0,44	33,15
Belém/PA	19º	2 597 187	0,42	33,57
Niterói/RJ	20º	2 473 463	0,40	33,97
Campos dos Goytacazes/RJ	21º	2 439 899	0,39	34,37
Natal/RN	22º	2 409 816	0,39	34,75
João Pessoa/PB	23º	2 203 761	0,36	35,11
Boa Vista/RR	24º	2 195 046	0,35	35,47
São Bernardo do Campo/SP	25º	2 106 570	0,34	35,81
Porto Velho/RO	26º	2 083 057	0,34	36,14
Belford Roxo/RJ	27º	1 988 230	0,32	36,47
Maceió/AL	28º	1 971 985	0,32	36,78
Cuiabá/MT	29º	1 873 753	0,30	37,09
São Luís/MA	30º	1 871 787	0,30	37,39
São João de Meriti/RJ	31º	1 857 433	0,30	37,69
Teresina/PI	32º	1 783 590	0,29	37,98
Aracaju/SE	33º	1 779 737	0,29	38,27
Osasco/SP	34º	1 767 779	0,29	38,55
Santo André/SP	35º	1 696 180	0,27	38,83
Caxias do Sul/RS	36º	1 691 860	0,27	39,10
São José dos Campos/SP	37º	1 690 161	0,27	39,37
Ribeirão Preto/SP	38º	1 668 189	0,27	39,64
Joinville/SC	39º	1 567 727	0,25	39,90
Jaboatão dos Guararapes/PE	40º	1 565 195	0,25	40,15
Uberlândia/MG	41º	1 548 045	0,25	40,40
Macaé/RJ	42º	1 546 047	0,25	40,65
Sorocaba/SP	43º	1 507 935	0,24	40,89
Contagem/MG	44º	1 500 240	0,24	41,14
Rio Branco/AC	45º	1 420 686	0,23	41,37
Petrópolis/RJ	46º	1 391 349	0,22	41,59
Vitória/ES	47º	1 382 912	0,22	41,81
Santos/SP	48º	1 375 774	0,22	42,04
Florianópolis/SC	49º	1 356 879	0,22	42,26
Serra/ES	50º	1 348 190	0,22	42,47

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Londrina/PR	51º	1 302 028	0,21	42,68
Juiz de Fora/MG	52º	1 288 434	0,21	42,89
Volta Redonda/RJ	53º	1 280 381	0,21	43,10
Vila Velha/ES	54º	1 241 078	0,20	43,30
Betim/MG	55º	1 231 956	0,20	43,50
Canoas/RS	56º	1 219 749	0,20	43,70
Pelotas/RS	57º	1 140 409	0,18	43,88
Jundiaí/SP	58º	1 087 632	0,18	44,06
Campina Grande/PB	59º	1 060 588	0,17	44,23
Cabo Frio/RJ	60º	1 038 204	0,17	44,40
Magé/RJ	61º	1 022 967	0,17	44,56
Itaboraí/RJ	62º	1 016 539	0,16	44,73
Diadema/SP	63º	1 011 963	0,16	44,89
Angra dos Reis/RJ	64º	997 400	0,16	45,05
Barueri/SP	65º	994 279	0,16	45,21
Piracicaba/SP	66º	987 380	0,16	45,37
Aparecida de Goiânia/GO	67º	983 356	0,16	45,53
Palmas/TO	68º	969 008	0,16	45,69
Cariacica/ES	69º	957 603	0,15	45,84
Blumenau/SC	70º	954 994	0,15	46,00
Gravataí/RS	71º	942 058	0,15	46,15
São José do Rio Preto/SP	72º	940 788	0,15	46,30
Santa Maria/RS	73º	935 661	0,15	46,45
Maringá/PR	74º	921 059	0,15	46,60
Mogi das Cruzes/SP	75º	905 034	0,15	46,75
Feira de Santana/BA	76º	902 607	0,15	46,89
Bauru/SP	77º	887 895	0,14	47,04
Olinda/PE	78º	885 584	0,14	47,18
Mauá/SP	79º	875 585	0,14	47,32
Guarujá/SP	80º	865 336	0,14	47,46
Novo Hamburgo/RS	81º	862 511	0,14	47,60
São Leopoldo/RS	82º	856 153	0,14	47,74
Taubaté/SP	83º	841 040	0,14	47,88
Anápolis/GO	84º	839 586	0,14	48,01
Nova Friburgo/RJ	85º	839 077	0,14	48,15
Ananindeua/PA	86º	829 772	0,13	48,28
São Vicente/SP	87º	824 118	0,13	48,41
Montes Claros/MG	88º	821 156	0,13	48,55
Caruaru/PE	89º	813 008	0,13	48,68
Barra Mansa/RJ	90º	794 750	0,13	48,81
Várzea Grande/MT	91º	777 231	0,13	48,93
Teresópolis/RJ	92º	772 733	0,12	49,06
Praia Grande/SP	93º	767 524	0,12	49,18
Carapicuíba/SP	94º	765 687	0,12	49,31
Mossoró/RN	95º	763 526	0,12	49,43
Ponta Grossa/PR	96º	757 801	0,12	49,55
Viamão/RS	97º	753 839	0,12	49,67
Petrolina/PE	98º	745 858	0,12	49,79
Rio Grande/RS	99º	741 406	0,12	49,91
Itaquaquecetuba/SP	100º	723 657	0,12	50,03

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
Manaus/AM	1º	49 824 579	21,53	21,53
Belém/PA	2º	20 557 946	8,88	30,42
Parauapebas/PA	3º	16 733 726	7,23	37,65
Porto Velho/RO	4º	9 775 427	4,22	41,88
Macapá/AP	5º	6 453 597	2,79	44,66
Boa Vista/RR	6º	5 322 964	2,30	46,96
Rio Branco/AC	7º	4 946 632	2,14	49,10
Marabá/PA	8º	4 423 290	1,91	51,01
Ananindeua/PA	9º	4 155 795	1,80	52,81
Palmas/TO	10º	4 130 976	1,79	54,60
Barcarena/PA	11º	3 467 361	1,50	56,09
Canaã dos Carajás/PA	12º	3 118 591	1,35	57,44
Tucuruí/PA	13º	2 722 134	1,18	58,62
Coari/AM	14º	2 592 501	1,12	59,74
Santarém/PA	15º	2 510 123	1,08	60,82
Araguaína/TO	16º	2 201 523	0,95	61,78
Ji-Paraná/RO	17º	2 043 809	0,88	62,66
Castanhal/PA	18º	1 959 595	0,85	63,51
Vilhena/RO	19º	1 879 427	0,81	64,32
Santana/AP	20º	1 594 983	0,69	65,01
Paragominas/PA	21º	1 557 692	0,67	65,68
Ariquemes/RO	22º	1 537 870	0,66	66,34
Cacoal/RO	23º	1 324 657	0,57	66,92
Gurupi/TO	24º	1 323 450	0,57	67,49
Altamira/PA	25º	1 228 811	0,53	68,02
Oriximiná/PA	26º	1 174 342	0,51	68,53
Itacoatiara/AM	27º	1 040 442	0,45	68,98
Jaru/RO	28º	952 525	0,41	69,39
Marituba/PA	29º	887 599	0,38	69,77
Cruzeiro do Sul/AC	30º	859 430	0,37	70,14

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Fortaleza/CE	1º	43 402 190	7,29	7,29
Salvador/BA	2º	39 866 168	6,70	13,99
Recife/PE	3º	36 821 898	6,18	20,17
São Luís/MA	4º	24 601 718	4,13	24,30
Maceió/AL	5º	13 694 808	2,30	26,60
Natal/RN	6º	13 291 177	2,23	28,83
Camaçari/BA	7º	12 669 924	2,13	30,96
Teresina/PI	8º	12 306 772	2,07	33,03
Ipojuca/PE	9º	11 595 851	1,95	34,98
João Pessoa/PB	10º	11 225 777	1,89	36,86
Aracaju/SE	11º	9 813 852	1,65	38,51
Jaboatão dos Guararapes/PE	12º	9 480 125	1,59	40,10
Feira de Santana/BA	13º	8 635 051	1,45	41,55
Cabo de Santo Agostinho/PE	14º	6 006 252	1,01	42,56
Campina Grande/PB	15º	5 487 353	0,92	43,48
Candeias/BA	16º	5 096 383	0,86	44,34
Maracanaú/CE	17º	4 789 878	0,80	45,14
Mossoró/RN	18º	4 493 958	0,75	45,90
Simões Filho/BA	19º	4 023 462	0,68	46,58
Vitória da Conquista/BA	20º	3 955 643	0,66	47,24
Caruaru/PE	21º	3 872 947	0,65	47,89
Petrolina/PE	22º	3 786 065	0,64	48,53
Olinda/PE	23º	3 687 724	0,62	49,15
Caucaia/CE	24º	3 657 134	0,61	49,76
Lauro de Freitas/BA	25º	3 586 654	0,60	50,36
Luís Eduardo Magalhães/BA	26º	3 560 633	0,60	50,96
Cabedelo/PB	27º	3 381 452	0,57	51,53
Itabuna/BA	28º	2 982 059	0,50	52,03
Parnamirim/RN	29º	2 963 518	0,50	52,53
Imperatriz/MA	30º	2 853 989	0,48	53,01

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
São Paulo/SP	1º	499 375 401	20,60	20,60
Rio de Janeiro/RJ	2º	220 924 561	9,11	29,72
Belo Horizonte/MG	3º	58 374 103	2,41	32,12
Campos dos Goytacazes/RJ	4º	45 129 215	1,86	33,99
Guarulhos/SP	5º	44 670 723	1,84	35,83
Campinas/SP	6º	42 766 024	1,76	37,59
Osasco/SP	7º	39 198 919	1,62	39,21
Santos/SP	8º	37 722 531	1,56	40,77
São Bernardo do Campo/SP	9º	34 185 281	1,41	42,18
Barueri/SP	10º	33 075 587	1,36	43,54
Vitória/ES	11º	28 655 025	1,18	44,72
Betim/MG	12º	28 100 845	1,16	45,88
São José dos Campos/SP	13º	28 089 096	1,16	47,04
Duque de Caxias/RJ	14º	27 121 886	1,12	48,16
Jundiaí/SP	15º	23 712 625	0,98	49,14
Uberlândia/MG	16º	21 420 638	0,88	50,02
Contagem/MG	17º	20 647 181	0,85	50,87
Ribeirão Preto/SP	18º	20 300 802	0,84	51,71
Sorocaba/SP	19º	19 019 098	0,78	52,50
Santo André/SP	20º	18 085 141	0,75	53,24
Niterói/RJ	21º	15 112 496	0,62	53,86
Serra/ES	22º	14 850 851	0,61	54,48
Macaé/RJ	23º	14 459 881	0,60	55,07
São Caetano do Sul/SP	24º	12 620 623	0,52	55,59
Cabo Frio/RJ	25º	12 480 926	0,51	56,11
São Gonçalo/RJ	26º	11 976 716	0,49	56,60
Piracicaba/SP	27º	11 887 388	0,49	57,09
Diadema/SP	28º	11 645 673	0,48	57,57
Rio das Ostras/RJ	29º	11 327 340	0,47	58,04
Louveira/SP	30º	11 173 992	0,46	58,50

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Curitiba/PR	1º	59 151 308	8,32	8,32
Porto Alegre/RS	2º	48 002 209	6,75	15,07
Itajaí/SC	3º	19 754 199	2,78	17,85
Joinville/SC	4º	18 299 283	2,57	20,43
Caxias do Sul/RS	5º	16 651 357	2,34	22,77
São José dos Pinhais/PR	6º	15 419 051	2,17	24,94
Canoas/RS	7º	14 856 173	2,09	27,03
Araucária/PR	8º	13 282 426	1,87	28,90
Londrina/PR	9º	12 826 470	1,80	30,70
Florianópolis/SC	10º	12 614 711	1,77	32,48
Blumenau/SC	11º	10 927 079	1,54	34,01
Maringá/PR	12º	10 246 122	1,44	35,45
Paranaguá/PR	13º	10 007 402	1,41	36,86
Rio Grande/RS	14º	8 965 447	1,26	38,12
Foz do Iguaçu/PR	15º	7 771 320	1,09	39,22
Gravataí/RS	16º	6 936 437	0,98	40,19
Ponta Grossa/PR	17º	6 930 451	0,97	41,17
Jaraguá do Sul/SC	18º	6 686 194	0,94	42,11
Cascavel/PR	19º	6 282 718	0,88	42,99
Passo Fundo/RS	20º	6 275 589	0,88	43,87
Triunfo/RS	21º	6 071 171	0,85	44,73
Novo Hamburgo/RS	22º	5 836 593	0,82	45,55
São José/SC	23º	5 768 771	0,81	46,36
Pelotas/RS	24º	5 532 992	0,78	47,14
Chapecó/SC	25º	5 259 307	0,74	47,88
Santa Cruz do Sul/RS	26º	5 128 333	0,72	48,60
Criciúma/SC	27º	5 072 699	0,71	49,31
São Francisco do Sul/SC	28º	5 068 800	0,71	50,03
Santa Maria/RS	29º	4 682 859	0,66	50,69
São Leopoldo/RS	30º	4 571 509	0,64	51,33

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Brasília/DF	1º	171 235 534	39,78	39,78
Goiânia/GO	2º	30 131 330	7,00	46,78
Campo Grande/MS	3º	16 970 656	3,94	50,72
Cuiabá/MT	4º	13 298 345	3,09	53,81
Anápolis/GO	5º	11 690 888	2,72	56,53
Aparecida de Goiânia/GO	6º	7 437 833	1,73	58,25
Rio Verde/GO	7º	6 264 991	1,46	59,71
Rondonópolis/MT	8º	5 888 661	1,37	61,08
Catalão/GO	9º	5 482 621	1,27	62,35
Dourados/MS	10º	4 940 434	1,15	63,50
Várzea Grande/MT	11º	4 069 000	0,95	64,44
Senador Canedo/GO	12º	3 952 232	0,92	65,36
Sorriso/MT	13º	3 814 714	0,89	66,25
Corumbá/MS	14º	3 741 556	0,87	67,12
Três Lagoas/MS	15º	3 385 077	0,79	67,90
Itumbiara/GO	16º	3 074 992	0,71	68,62
Primavera do Leste/MT	17º	2 867 798	0,67	69,29
Jataí/GO	18º	2 820 879	0,66	69,94
Sinop/MT	19º	2 632 196	0,61	70,55
Lucas do Rio Verde/MT	20º	2 483 215	0,58	71,13
Luziânia/GO	21º	2 423 079	0,56	71,69
Nova Mutum/MT	22º	2 129 294	0,49	72,19
Sapezal/MT	23º	1 940 240	0,45	72,64
Campo Novo do Parecis/MT	24º	1 819 206	0,42	73,06
Campo Verde/MT	25º	1 725 552	0,40	73,46
São Simão/GO	26º	1 710 879	0,40	73,86
Tangará da Serra/MT	27º	1 657 738	0,39	74,24
Cristalina/GO	28º	1 502 696	0,35	74,59
Ponta Porã/MS	29º	1 365 906	0,32	74,91
Itiquira/MT	30º	1 359 048	0,32	75,23

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
São Félix do Tocantins/TO	1º	10 411	0,00	0,00
Rio da Conceição/TO	2º	12 832	0,01	0,01
Oliveira de Fátima/TO	3º	13 430	0,01	0,02
Chapada de Areia/TO	4º	14 507	0,01	0,02
Cachoeirinha/TO	5º	14 870	0,01	0,03
Lavandeira/TO	6º	15 301	0,01	0,04
Taipas do Tocantins/TO	7º	15 460	0,01	0,04
Santa Terezinha do Tocantins/TO	8º	16 684	0,01	0,05
Novo Alegre/TO	9º	18 803	0,01	0,06
Juarina/TO	10º	19 313	0,01	0,07
Porto Alegre do Tocantins/TO	11º	21 012	0,01	0,07
Centenário/TO	12º	21 470	0,01	0,08
Santa Tereza do Tocantins/TO	13º	21 539	0,01	0,09
Tupiratins/TO	14º	21 551	0,01	0,10
Maurilândia do Tocantins/TO	15º	21 592	0,01	0,11
Luzinópolis/TO	16º	22 074	0,01	0,12
São João da Ponta/PA	17º	22 314	0,01	0,13
Abreulândia/TO	18º	22 770	0,01	0,14
Lizarda/TO	19º	23 080	0,01	0,15
Sampaio/TO	20º	23 872	0,01	0,16
Monte Santo do Tocantins/TO	21º	23 891	0,01	0,17
São Salvador do Tocantins/TO	22º	23 904	0,01	0,18
Carrasco Bonito/TO	23º	24 150	0,01	0,19
Lagoa do Tocantins/TO	24º	24 507	0,01	0,20
Angico/TO	25º	24 542	0,01	0,21
Carmolândia/TO	26º	25 666	0,01	0,22
Ipueiras/TO	27º	25 899	0,01	0,24
Crixás do Tocantins/TO	28º	26 365	0,01	0,25
Santa Maria do Tocantins/TO	29º	26 548	0,01	0,26
Santarém Novo/PA	30º	27 111	0,01	0,27

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Santo Antônio dos Milagres/PI	1º	8 343	0,00	0,00
Miguel Leão/PI	2º	9 179	0,00	0,00
São Miguel da Baixa Grande/PI	3º	10 627	0,00	0,00
Aroeiras do Itaim/PI	4º	10 677	0,00	0,01
São Luis do Piauí/PI	5º	10 684	0,00	0,01
Tamboril do Piauí/PI	6º	10 941	0,00	0,01
Viçosa/RN	7º	10 980	0,00	0,01
Olho D'Água do Piauí/PI	8º	11 005	0,00	0,01
Areia de Baraúnas/PB	9º	11 087	0,00	0,02
Quixabá/PB	10º	11 130	0,00	0,02
Floresta do Piauí/PI	11º	11 244	0,00	0,02
Coxixola/PB	12º	11 331	0,00	0,02
Lagoinha do Piauí/PI	13º	11 337	0,00	0,02
Pedro Laurentino/PI	14º	11 855	0,00	0,03
Francisco Macedo/PI	15º	11 883	0,00	0,03
Riacho de Santo Antônio/PB	16º	12 064	0,00	0,03
Tanque do Piauí/PI	17º	12 122	0,00	0,03
Zabelê/PB	18º	12 136	0,00	0,03
São José do Brejo do Cruz/PB	19º	12 193	0,00	0,04
Parari/PB	20º	12 246	0,00	0,04
Amparo/PB	21º	12 376	0,00	0,04
São Miguel do Fidalgo/PI	22º	12 426	0,00	0,04
Prata do Piauí/PI	23º	12 688	0,00	0,04
Curral Velho/PB	24º	12 852	0,00	0,05
Barreiras do Piauí/PI	25º	12 933	0,00	0,05
São Félix do Piauí/PI	26º	13 000	0,00	0,05
Cajazeiras do Piauí/PI	27º	13 070	0,00	0,05
Belém do Piauí/PI	28º	13 125	0,00	0,05
Curralinhos/PI	29º	13 554	0,00	0,06
Monte das Gameleiras/RN	30º	13 842	0,00	0,06

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
Serra da Saudade/MG	1º	12 176	0,00	0,00
Cedro do Abaeté/MG	2º	12 657	0,00	0,00
São Sebastião do Rio Preto/MG	3º	14 478	0,00	0,00
Passabém/MG	4º	14 495	0,00	0,00
Consolação/MG	5º	14 660	0,00	0,00
Paiva/MG	6º	15 267	0,00	0,00
Pedro Teixeira/MG	7º	15 436	0,00	0,00
Itambé do Mato Dentro/MG	8º	16 184	0,00	0,00
Antônio Prado de Minas/MG	9º	16 365	0,00	0,01
Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	10º	16 948	0,00	0,01
Senador Cortes/MG	11º	18 104	0,00	0,01
Carmésia/MG	12º	18 191	0,00	0,01
Olaria/MG	13º	18 437	0,00	0,01
Seritinga/MG	14º	18 572	0,00	0,01
Santana do Garambéu/MG	15º	18 606	0,00	0,01
Catas Altas da Noruega/MG	16º	18 629	0,00	0,01
Aracitaba/MG	17º	19 509	0,00	0,01
Grupiara/MG	18º	19 576	0,00	0,01
Passa-Vinte/MG	19º	19 728	0,00	0,01
Oliveira Fortes/MG	20º	19 815	0,00	0,01
Queluzito/MG	21º	19 875	0,00	0,01
São Sebastião do Rio Verde/MG	22º	20 258	0,00	0,02
Silveirânia/MG	23º	20 465	0,00	0,02
Casa Grande/MG	24º	20 548	0,00	0,02
Serranos/MG	25º	20 550	0,00	0,02
Rio Doce/MG	26º	20 617	0,00	0,02
Nova Guataporanga/SP	27º	21 031	0,00	0,02
Monte Formoso/MG	28º	21 597	0,00	0,02
Wenceslau Braz/MG	29º	21 629	0,00	0,02
São Gonçalo do Rio Preto/MG	30º	21 642	0,00	0,02

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Santiago do Sul/SC	1º	19 730	0,00	0,00
Paial/SC	2º	20 213	0,00	0,01
Tigrinhos/SC	3º	20 483	0,00	0,01
Flor do Sertão/SC	4º	20 752	0,00	0,01
Benjamin Constant do Sul/RS	5º	21 452	0,00	0,01
Lajeado Grande/SC	6º	21 705	0,00	0,02
Cunhataí/SC	7º	22 047	0,00	0,02
São Miguel da Boa Vista/SC	8º	22 413	0,00	0,02
Presidente Castello Branco/SC	9º	22 899	0,00	0,03
Barra Bonita/SC	10º	23 416	0,00	0,03
Itati/RS	11º	23 902	0,00	0,03
Macieira/SC	12º	24 848	0,00	0,04
Ibiam/SC	13º	25 374	0,00	0,04
Irati/SC	14º	25 644	0,00	0,04
Novo Xingu/RS	15º	25 666	0,00	0,05
Carlos Gomes/RS	16º	26 124	0,00	0,05
Jardim Olinda/PR	17º	26 236	0,00	0,06
Sete de Setembro/RS	18º	26 577	0,00	0,06
Alto Bela Vista/SC	19º	26 580	0,00	0,06
Coronel Martins/SC	20º	26 715	0,00	0,07
Porto Vera Cruz/RS	21º	26 875	0,00	0,07
Arvoredo/SC	22º	27 253	0,00	0,07
Bom Jesus do Oeste/SC	23º	27 315	0,00	0,08
São Valério do Sul/RS	24º	27 820	0,00	0,08
Sul Brasil/SC	25º	27 913	0,00	0,09
São Pedro das Missões/RS	26º	28 142	0,00	0,09
Entre Rios/SC	27º	28 343	0,00	0,09
Esperança Nova/PR	28º	28 377	0,00	0,10
Pinhal de São Bento/PR	29º	28 595	0,00	0,10
Rio Rufino/SC	30º	28 721	0,00	0,11

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Anhanguera/GO	1º	11 070	0,00	0,00
Araguainha/MT	2º	14 718	0,00	0,01
Cachoeira de Goiás/GO	3º	17 880	0,00	0,01
Jesúpolis/GO	4º	18 663	0,00	0,01
Teresina de Goiás/GO	5º	18 822	0,00	0,02
Palmelo/GO	6º	19 441	0,00	0,02
Guaraíta/GO	7º	19 814	0,00	0,03
Buritinópolis/GO	8º	19 885	0,00	0,03
São Patrício/GO	9º	20 093	0,00	0,04
Serra Nova Dourada/MT	10º	20 705	0,00	0,04
Lagoa Santa/GO	11º	21 083	0,00	0,05
Aloândia/GO	12º	21 586	0,01	0,05
Nova América/GO	13º	21 631	0,01	0,06
Moiporá/GO	14º	21 945	0,01	0,06
Guarinos/GO	15º	22 364	0,01	0,07
Damianópolis/GO	16º	22 798	0,01	0,07
Luciara/MT	17º	22 912	0,01	0,08
Morro Agudo de Goiás/GO	18º	23 097	0,01	0,08
Nova Aurora/GO	19º	23 296	0,01	0,09
Novo Santo Antônio/MT	20º	23 961	0,01	0,09
Buriti de Goiás/GO	21º	24 728	0,01	0,10
Adelândia/GO	22º	24 764	0,01	0,11
Damolândia/GO	23º	26 781	0,01	0,11
São João da Paraúna/GO	24º	27 119	0,01	0,12
Davinópolis/GO	25º	27 279	0,01	0,12
Nova Iguaçu de Goiás/GO	26º	27 507	0,01	0,13
Ponte Branca/MT	27º	27 809	0,01	0,14
Israelândia/GO	28º	28 764	0,01	0,14
Colinas do Sul/GO	29º	28 817	0,01	0,15
Sítio d'Abadia/GO	30º	29 030	0,01	0,16

Referências

ÁREA territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial>. Acesso em: nov. 2014.

CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

CONTAS regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 54 p. (Contas nacionais, n. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

CONTAS regionais do Brasil 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 54 p. (Contas nacionais, n. 42). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

EUROPE brent spot price FOB: dollars per barrel. Washington, DC: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RB RTE&f=M>>. Acesso em: nov. 2014.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes abr./jun. 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/>. Acesso em: nov. 2014.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: nov. 2014.

NOVA série do produto interno bruto dos municípios referência 2002 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/PIBMun_novaserie.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Rio de Janeiro: IBGE, [2014]. Recomendações adotadas pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, New York, 1994. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/Principiosfundamentais.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2012. Rio de Janeiro: IBGE, v. 39, 2013. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2014.

PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 55 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

SÉRIES temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: nov. 2014.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/SRM_contasnacionais.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

Apêndices

1 Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012

3 Atividades de extração de petróleo e refino de petróleo: breves considerações metodológicas

Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(continua)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, Silvicultura e Exploração florestal	Valor da produção	PAM, PEVS e Censo Agropecuário 1995-1996
Pecuária e Pesca	Efetivo dos rebanhos, produção por produto e Pessoal ocupado	PPM, Censo Agropecuário 1995-1996 e Censo Demográfico 2000
Indústria		
Indústria extrativa	Petróleo: Quantidade produzida de petróleo	ANP
	Restante dos produtos: Valor das saídas de mercadorias da extrativa mineral	SEFAZ
Indústria de transformação	Valor das saídas de mercadorias da indústria de transformação	SEFAZ
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Quantidade gerada e consumida de energia elétrica	ELETRÓBRAS - ANEEL
Construção civil	Obras públicas: Pessoal ocupado na atividade Demais obras: Soma do valor adicionado bruto municipal das atividades: produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); atividades imobiliárias e aluguéis; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis	RAIS PIB dos Municípios
	Informal: População residente	Estimativa populacional - IBGE
Serviços		
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio	SEFAZ
Serviços de alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio e de alojamento e alimentação	SEFAZ
Transportes, armazenagem e correio	Transporte terrestre (rodoviário e ferroviário): Soma do valor da produção municipal das atividades: agropecuária, indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural), indústrias de transformação, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, outros dos transportes e serviços de informação (somente a parcela referente à telefonia fixa)	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Receita de carga e passageiros embarcados	INFRAERO - ANAC
	Transporte aquaviário: Receita de carga embarcada	ANTAQ
	Outros dos transportes: Receita operacional dos correios	CORREIOS
Serviços de informação	Telefonia fixa: Número de terminais de telefonia fixa Telefonia móvel: Soma do valor adicionado bruto municipal do setor de serviços, exclusive as parcelas da telefonia fixa e móvel dos serviços de informação, os serviços prestados às empresas e os serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos	ANATEL PIB dos Municípios
	Outros serviços: Pessoal ocupado	RAIS
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Operações ativas e passivas selecionadas: aplicações, depósitos do governo, depósitos do setor privado, depósitos de poupança e depósitos a prazo	BACEN
Atividades imobiliárias e aluguéis	Consumo de energia elétrica residencial	ELETRÓBRAS - ANEEL

Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(conclusão)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Serviços		
Serviços prestados às empresas	Soma do valor adicionado bruto municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População residente	Estimativa populacional - IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada com pessoal pelas prefeituras	FINBRA - TCE - STN - TCM
Educação e Saúde mercantis	Empresas instaladas em apenas um município: Valor da produção	IRPJ
	Empresas instaladas em mais de um município: Educação: Número de matrículas por segmento educacional ponderado pela massa salarial	INEP - RAIS
	Saúde: pessoal ocupado na saúde	RAIS
Serviços prestados às famílias e associativos	Soma do valor adicionado bruto municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Serviços domésticos	Soma do valor adicionado bruto municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

**Apêndice 2 - Índice de Gini, por atividade econômica,
segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini, por atividade econômica				Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública	
Brasil	0,61	0,89	0,86	0,77	0,86
Norte	0,54	0,91	0,78	0,66	0,80
Rondônia	0,34	0,76	0,70	0,59	0,64
Acre	0,34	0,77	0,68	0,60	0,64
Amazonas	0,57	0,95	0,84	0,67	0,87
Roraima	0,33	0,79	0,73	0,65	0,72
Pará	0,46	0,90	0,73	0,56	0,77
Amapá	0,31	0,74	0,77	0,73	0,74
Tocantins	0,52	0,80	0,71	0,59	0,69
Nordeste	0,65	0,86	0,79	0,62	0,80
Maranhão	0,48	0,82	0,74	0,53	0,72
Piauí	0,62	0,83	0,76	0,59	0,78
Ceará	0,48	0,86	0,79	0,61	0,80
Rio Grande do Norte	0,60	0,86	0,79	0,65	0,79
Paraíba	0,62	0,86	0,76	0,62	0,79
Pernambuco	0,56	0,84	0,78	0,60	0,80
Alagoas	0,53	0,83	0,76	0,58	0,77
Sergipe	0,46	0,80	0,73	0,59	0,72
Bahia	0,67	0,86	0,76	0,55	0,78
Sudeste	0,58	0,90	0,89	0,80	0,88
Minas Gerais	0,62	0,88	0,81	0,67	0,81
Espírito Santo	0,45	0,85	0,78	0,62	0,78
Rio de Janeiro	0,56	0,84	0,83	0,77	0,83
São Paulo	0,50	0,87	0,88	0,79	0,87
Sul	0,44	0,84	0,81	0,70	0,79
Paraná	0,39	0,86	0,81	0,68	0,79
Santa Catarina	0,41	0,81	0,80	0,67	0,79
Rio Grande do Sul	0,45	0,85	0,81	0,72	0,79
Centro-Oeste	0,60	0,85	0,89	0,91	0,85
Mato Grosso do Sul	0,46	0,77	0,73	0,63	0,69
Mato Grosso	0,54	0,78	0,74	0,62	0,68
Goiás	0,63	0,86	0,83	0,73	0,80

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Apêndice 3 Atividades de extração de petróleo e refino de petróleo: breves considerações metodológicas

O valor de produção da atividade extração de petróleo é calculado imputando-se um preço de mercado à produção que é gerada, mas consumida pela própria Petrobras. O valor de produção do produto petróleo é obtido multiplicando-se, mês a mês, a quantidade mensal produzida pelo preço mensal estimado.

O preço mensal estimado para o petróleo nacional é igual ao preço internacional do barril de petróleo (petróleo tipo Brent), em dólares, com um redutor para refletir a diferença de qualidade em relação ao petróleo nacional (- US\$ 4,61), multiplicado pela taxa de câmbio do mês.

O mesmo preço é utilizado para calcular o consumo intermediário de petróleo na atividade de refino. Nessa atividade, o total do consumo intermediário de petróleo é dividido em duas partes: para o petróleo importado, é utilizado o preço médio de importação do mês, e, para o petróleo nacional, é utilizado o preço médio estimado para a produção nacional. As quantidades de petróleo nacional e importado refinadas são informadas, mensalmente, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Além do petróleo, a atividade de refino possui custos diversos que são estimados aplicando-se uma margem ao valor do petróleo refinado.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (Censo Demográfico 2000) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data. **2.** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de

consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Carlos Cesar Bittencourt Sobral (em exercício)

Projeto PIB dos Municípios

Coordenação

Sheila Cristina Zani

Comitê Técnico

Roberto Luís Olinto Ramos

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Alex Ribeiro

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Joao Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Martinho Roberto Lazzari

Suryane Nabhem Kalluf

Wilson Grimaldi

Planejamento e análise

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Informática²²

Raquel Callegario Gomes

Organização e elaboração do texto²³

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Revisão do texto

Valdilson Batista de Moraes

Colaboradores
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Cláudio Stenner

Elaboração dos mapas

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

Órgãos Estaduais de Estatística²⁴
Rondônia
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

Teresa Cristina Simoni

Hilda Coelho Gomes Denny

Acre
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/AC

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Roney Wellington da Silva Caldera

Shirley Brana Vilela

Amazonas
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico -
SEPLAN/AM

Francisco Alves de Freitas

Casemiro Rodrigues de Souza

Ezio Lacerda Lopes

José Sandro da Mota Ribeiro

Julio Afonso da Silva Filho

Roraima
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima -
SEPLAN/RR

Milton Antonio do Nascimento

Fábio Rodrigues Martinez

Natalino Araújo Paiva

²² A compilação dos dados para a publicação foi realizada utilizando os algoritmos desenvolvidos por Carlos Alberto Mendonça dos Santos, da Gerência do Cadastro Central de Empresas do IBGE.

²³ O Apêndice 3 foi desenvolvido por Cristiano de Almeida Martins, também da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

²⁴ Os resultados dos municípios paulistas referentes ao ano de 2012 foram elaborados com a colaboração da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Pará

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará -

IDESP

Ana Cláudia Oliveira Andrade
José Dias de Carvalho Zurutuza
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Marcílio da Silva Matos
Omira da Silva Araújo
Renan Alves Brandão

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN/AP

Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza
Carlos José Gonçalves Neves
Francisco de Assis Souza Costa
Regina Celis Martins Ferreira

Tocantins

Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública -

SEPLAN/TO

Kézia Araújo
Geizianne Pereira da Cunha
Grazielle Azevedo Evangelista

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos -

IMESC

Sadick Nahuz Neto
Dionatan Silva Carvalho

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa
Evaristo Alves dos Reis Júnior
Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Nicolino Trompieri Neto
Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Cleyber Nascimento de Medeiros
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Maurício Cabrera Baca
Witalo de Lima Paiva

Rio Grande do Norte**Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA**

José Leônidas Galvão Neto

Wagner Rodrigues

Paraíba**Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - IDEME**

Leilah Silva Barros

Geraldo Lopes de Oliveira

Rosimélia Lima Santos de Araújo

Simone Ana Olimpio

Pernambuco**Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM**

Wilson Grimaldi

Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha

Claudia Baptista Ferreira Pereira

Mariana Haack Meira Lins

Maurílio Lima

Alagoas**Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE**

Roberson Leite Silva Junior

Gilvandro Freitas

Ilmo Wanderley Gallindo

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG**

Josefa Maria Góis de Mello

Michele Santos Oliveira Dória

Bahia**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI**

Simone Borges Medeiros Pereira

Denis Veloso da Silva

Gustavo Casseb Pessoti

João Paulo Caetano Santos

Karina Carneiro da Silva

Minas Gerais**Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações – FJP/CEI**

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Carla Cristina Aguilar de Souza

Joana de Oliveira Neuenschwander (estagiária)

Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN

Edna Moraes Tresinari
Estefania Ribeiro da Silva
Victor Nunes Toscano
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ

Seráfita Azeredo Ávila
Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Suryane Nabhem Kalluf
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento - SPG/SC

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Jorge Augusto Perozin
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística – FEE

Juarez Meneghetti (supervisor)
Martinho Roberto Lazzari (coordenador)
Carlos Bertolli de Gouveia
Carolina Agranonik
Jéfferson Augusto Colombo
Rodrigo de Sá da Silva
Sérgio Fischer
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC/MS

Eliandres Pereira Saldanha
Giorgia dos Santos Cara Vilela

Loraine Osterberg Benites Pereira

Sebastião Carvalho de Oliveira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/MT

Breno Augusto de Barros Antunes

Geonir Paulo Schnorr

Junior José Amorim

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB/SEGPLAN /GO

Dinamar Maria Ferreira Marques

Alex Felipe Rodrigues Lima

Luiz Batista Alves

Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

Elaboração de tabulações especiais para o PIB dos Municípios

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Thelma Faria Wall Barbosa de Carvalho

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Herbert Koehne de Castro

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

<http://www.anp.gov.br>

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Gilmar Santos

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

<http://www.infraero.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

<http://www.inep.gov.br/>

Receita Federal do Brasil

Jorge Darcy Osório

Secretarias Estaduais da Fazenda – SEFAZ

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual e tabular

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Neuza Damásio

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Carlos Amaro Feliciano da Silva

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Raphaella Machado Borges (Estagiária)

Solange de Oliveira Santos

Talita Daemon James

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quarta capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2.v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

- Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).
- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).
- Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
- Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
- Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
- Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
- Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).
- Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).
- Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).
- Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).
- Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).
- Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).
- Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).
- Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).
- Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).
- Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).
- Contas regionais do Brasil 2011. (Contas nacionais, n. 40).
- Contas regionais do Brasil 2012. (Contas nacionais, n. 42).
- Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).
- Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).
- Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).
- Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).
- Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).
- Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 30).
- Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).

Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).

Produto interno bruto dos municípios 2012. (Contas nacionais, n. 43).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2007-2009. (Contas nacionais, n. 37).